

ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS – ETAPA 3

Relatório Final
Audiência Pública Santos/SP
06/03/2018

Revisão 00
23 de março de 2018



E&P

ÍNDICE GERAL

I – INTRODUÇÃO	4
II – DIVULGAÇÃO.....	4
1 – FAIXAS.....	4
2 – CARTAZES	5
3 – CARRO DE SOM	5
4 – ANÚNCIOS EM RÁDIO.....	5
5 – ANÚNCIOS EM JORNAL.....	5
6 – CONVITES IMPRESSOS	6
7 – CONVITES DIGITAIS.....	6
8 – WHATSAPP	6
9 – MÍDIA ESPONTÂNEA.....	6
10 – SITE	6
III – CENTRAL DE ATENDIMENTO	6
IV – MOBILIZAÇÃO / TRANSPORTE PARA A AUDIÊNCIA	6
V – REGISTRO FOTOGRÁFICO.....	7
VI – FILMAGEM DO EVENTO.....	7
VII – ÁUDIO E TRANSCRIÇÃO.....	7
VIII – ATA DA AUDIÊNCIA	7
IX – RESPONSÁVEL TÉCNICO.....	7

ANEXOS

- I. Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos (v01)
- II. Site comunicabaciadesantos.com.br
- III. Questionamentos e respostas da Central de Atendimento
- IV. Transporte e lista de passageiros
- V. Registro fotográfico da audiência
- VI. Filmagem da audiência
- VII. Áudio da audiência e transcrição
- VIII. Ata da audiência
- IX. Listas de presença

I – INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tornou público no dia 22 de dezembro de 2017, no Diário Oficial da União, Seção 3, que promoveria Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental —EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental — RIMA, da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos — Etapa 3, que foram desenvolvidas pela empresa Petrobras, nas seguintes datas e locais:

- Dia 27 de fevereiro, às 14h, no Teatro Popular Niemayer (Rua Jornalista Rogério Coelho, s/nº - Centro), Niterói – RJ.
- Dia 06 de março, às 18h, no Teatro Sindipetro (Av. Conselheiro Nébias, 248 – Paquetá), Santos – SP.
- Dia 13 de março, às 18h, no late Clube Aquidabã (Praia no Anil, 213 – Centro), Angra dos Reis – RJ.
- Dia 20 de março, às 18h, no Teatro Mário Covas (Av. Goiás, 187 – Indaiá), Caraguatatuba – RJ.

Este relatório contém evidências da divulgação e realização da Audiência Pública no município de Santos, no estado de São Paulo, para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos – Etapa 3 (Processo IBAMA nº 02001.007928/2014-44).

Nesta audiência estiveram presentes 154 pessoas, sendo: 96 público geral, 52 da Petrobras e 6 do Ibama. A lista de presença original foi entregue ao Ibama logo após o término da audiência, no próprio teatro, no dia 06/03/2018. As cópias estão anexadas a este relatório final, no Anexo IX – Listas de presença.

II – DIVULGAÇÃO

A divulgação da Audiência Pública em Santos contemplou os municípios de Santos, Itanhaém e Cananéia, que estão na área de estudo do EIA/RIMA do Projeto Etapa 3.

As evidências da divulgação realizada até dia 28/02/2018 foram apresentadas no Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos/SP, disponibilizado no Anexo I deste relatório final.

1. FAIXAS

As faixas de rua para divulgação da Audiência Pública foram afixadas nos dias 16 e 17 de fevereiro em Cananéia, e nos dias 19, 20 e 26 de fevereiro nos municípios de Santos e Itanhaém. Neste último, a

escolha dos locais para fixação foi mais limitada, pois a Prefeitura possui locais próprios para a instalação de faixas – os “faixódromos”. Este município cobra uma taxa para termos acesso a estes locais.

Todas as evidências foram apresentadas no Anexo I – Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos.

2. CARTAZES

Os cartazes para divulgação da Audiência Pública foram afixados em diversos locais previamente autorizados, nos municípios de Santos, Itanhaém e Cananéia.

Todas as evidências foram apresentadas no Anexo I – Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos.

3. CARROS DE SOM

Os carros de som para divulgação da Audiência Pública circularam nos dias 22, 26 e 28 de fevereiro e 2, 4 e 6 de março em Itanhaém e Cananéia.

Todas as evidências foram apresentadas no Anexo I – Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos.

4. ANÚNCIOS DE RÁDIO

O período de veiculação dos anúncios de rádio iniciou-se em 22/02/2018 e foi até 02/03/2018. As rádios contratadas foram:

4.1. Rádio Tribuna FM – Santos

4.2. Rádio Jovem Pan – Santos

4.3. Rádio Guarujá FM – Santos

Todas as evidências foram apresentadas no Anexo I – Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos.

5. ANÚNCIOS DE JORNAL

Os anúncios de divulgação contendo as informações sobre a Audiência Pública em Santos foram publicados nos seguintes jornais:

5.1. A Tribuna – 17 de fevereiro de 2018;

5.2. Folha de S. Paulo – 17 de fevereiro de 2018;

5.3. A Tribuna – 27 de fevereiro de 2018;

5.4. Folha de S. Paulo – 27 de fevereiro de 2018

Todas as evidências foram apresentadas no Anexo I – Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos.

6. CONVITES IMPRESSOS

Os convites impressos foram enviados para o mailing apresentado no Anexo I – Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos.

7. CONVITES DIGITAIS

Os convites digitais para a Audiência Pública foram disparados em 21 de fevereiro de 2018 às 11h29.

A planilha contendo as instituições e e-mails para os quais foram enviados os convites eletrônicos está no Anexo I – Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos.

8. WHATSAPP

Grupos e lideranças receberam o convite para a Audiência Pública via Whatsapp.

A planilha contendo os contatos para os quais foram enviadas as mensagens está no Anexo I – Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos.

9. MÍDIA ESPONTÂNEA

A audiência pública foi divulgada pelo jornal do Sindipetro. A matéria integra o clipping apresentado no Anexo I – Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos.

10. SITE

No site www.comunicabaciadesantos.com.br foram publicados o convite, no início da divulgação da audiência, e uma breve cobertura em 12/03/2018. As imagens desta matéria estão no Anexo II – Site comunicabaciadesantos.

III – CENTRAL DE ATENDIMENTO

A central de atendimento, através do telefone 0800 77 00 112 e do e-mail comunica.uobs@petrobras.com.br, registrou 16 atendimentos solicitando informações sobre a Audiência Pública em Santos. Todos os registros foram respondidos conforme planilha que se encontra no Anexo III – Questionamentos e respostas da Central de Atendimento.

IV – MOBILIZAÇÃO / TRANSPORTE PARA AUDIÊNCIA

Foram disponibilizados ônibus todas as cidades envolvidas na audiência conforme roteiro prévio e/ou solicitação dos interessados. Todo o roteiro e lista de passageiros encontram-se no Anexo I – Relatório de Divulgação e Mobilização para a Audiência Pública em Santos.

O município de Cananéia teve transporte disponibilizado sob demanda.

No dia 15 de fevereiro foi realizado o treinamento da equipe responsável pelo acompanhamento dos ônibus. Como foram planejados três ônibus, três profissionais foram treinados. Além da distribuição do material para a atividade, foram passadas informações sobre os itinerários e orientações para conduta.

As listas dos passageiros que foram transportados, bem como as fotos que evidenciam a disponibilização dos ônibus, estão no Anexo IV – Transporte e lista de passageiros.

V – REGISTRO FOTOGRÁFICO

As fotos do evento encontram-se no Anexo V – Registro fotográfico da audiência.

VI – FILMAGEM DO EVENTO

A filmagem integral do evento encontra-se no Anexo VI – Filmagem da audiência.

VII – AUDIO DE TRANSCRIÇÃO

A transcrição do áudio do evento encontra-se no Anexo VII – Áudio da audiência e transcrição.

VIII – ATA DA AUDIÊNCIA

A ata do evento encontra-se no Anexo VIII – Ata da audiência.

IX – RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME	DANIEL FERRARI PENGO
ÁREA PROFISSIONAL	RELAÇÕES PÚBLICAS
REGISTRO PROFISSIONAL	CONRERP 2ª REGIÃO 3716
ASSINATURA	

ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS – ETAPA 3

Relatório de Divulgação da Audiência Pública realizada em Santos/SP

Revisão 01
22 de março de 2018



E&P

ÍNDICE GERAL

I – INTRODUÇÃO	4
II – DIVULGAÇÃO.....	4
1 – FAIXAS	4
2 – CARTAZES	6
3 – CARROS DE SOM.....	7
4 – ANÚNCIOS EM RÁDIO.....	8
5 – ANÚNCIOS EM JORNAL.....	9
6 – CONVITES IMPRESSOS.....	9
7 – CONVITES DIGITAIS.....	9
8 – WHATSAPP	9
9 – MÍDIA ESPONTÂNEA.....	9
III – CENTRAL DE ATENDIMENTO	9
IV – TRANSPORTE PARA A AUDIÊNCIA	10
V – RESPONSÁVEL TÉCNICO.....	10

ANEXOS

I.	Layout e fotos das faixas instaladas.....	11
II.	Layout e fotos dos cartazes instalados.....	26
III.	Texto, planilha de contratação e relatórios de circulação dos carros de som.....	47
IV.	Spot de rádio, planilha de contratação e comprovante de irradiação	57
V.	Modelo do anúncio, clipping e planilha de contratação	61
VI.	Layout dos convites e mailing do envio por correio.....	66
VII.	Mailing de envio do convite digital	75
VIII.	Contatos por whatsapp	78
IX.	Clipping de mídia espontânea	79
X.	Questionamentos e respostas da Central de Atendimento	80
XI.	Roteiro dos ônibus e lista de passageiros	81
XII.	Fotos do treinamento dos mobilizadores.....	82

I – INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tornou público no dia 22 de dezembro de 2017, no Diário Oficial da União, Seção 3, que promoverá Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental —EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental — RIMA, da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos — Etapa 3, a ser desenvolvida pela empresa Petrobras, nas seguintes datas e locais:

- Dia 27 de fevereiro, às 14h, no Teatro Popular Niemayer (Rua Jornalista Rogério Coelho, s/nº - Centro), Niterói – RJ.
- Dia 06 de março, às 18h, no Teatro Sindipetro (Av. Conselheiro Nébias, 248 – Paquetá), Santos – SP.
- Dia 13 de março, às 18h, no late Clube Aquidabã (Praia no Anil, 213 – Centro), Angra dos Reis – RJ.
- Dia 20 de março, às 18h, no Teatro Mário Covas (Av. Goiás, 187 – Indaiá), Caraguatatuba – RJ.

Este relatório contém evidências da divulgação e realização da Audiência Pública no município de Santos, no estado de São Paulo, para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos – Etapa 3 (Processo IBAMA nº 02001.130785/2017-16).

Vale ressaltar que este relatório é uma apresentação dos esforços de comunicação e mobilização realizados até o dia 6 de março de 2018. O relatório final será entregue após a realização da audiência.

II – DIVULGAÇÃO

A divulgação da Audiência Pública em Santos contemplou os municípios de Santos, Itanhaém e Cananéia.

1. FAIXAS

As faixas de rua para divulgação da Audiência Pública foram afixadas nos dias 16 e 17 de fevereiro em Cananéia, e nos dias 19, 20 e 26 de fevereiro nos municípios de Santos e Itanhaém. Neste último, a escolha dos locais para fixação foi mais limitada, pois a Prefeitura possui locais próprios para a instalação de faixas – os “faixódromos”. Este município cobra uma taxa para termos acesso a estes locais.

1.1. Santos

1.1.1 Catraia de Santos

- 1.1.2 Desembarque da barca em Ilha Diana
- 1.1.3 Praça da rodoviária
- 1.1.4 Unimonte – Campus Vila Matias
- 1.1.5 Mercado do Peixe
- 1.1.6 Mercado Municipal
- 1.1.7 Praça da Independência
- 1.1.8 Praça do Fórum
- 1.1.9 Praça da Prefeitura Municipal
- 1.1.10 Rua do Peixe
- 1.1.11 Rua principal – Bairro de Caruara
- 1.1.12 Rua principal – Bairro Monte Cabrão
- 1.1.13 Unifesp – Campus Carvalho de Mendonça
- 1.1.14 Unifesp – Campus Silva Jardim
- 1.1.15 Unimes – av. Conselheiro Nébias 536
- 1.1.16 Unimonte – Campus Rangel Pestana
- 1.1.17 Universidade Católica de Santos – Campus Dom Idílio José soares (Av. Conselheiro Nébias, 300)
- 1.1.18 Universidade Santa Cecília de Santos

1.2. Itanhaém

- 1.2.1 Av. Flacidez Viana x Via férrea
- 1.2.2 Av. Jaime de Castro x Rui Barbosa – Centro
- 1.2.3 Av. José Batista – Jd. Oásis.
- 1.2.4 Av. Lourival Muniz – Jr. Corumba
- 1.2.5 Av. Mario Beni – Suarão
- 1.2.6 Balneário Sr. Luzia (em frente ao quiosque)
- 1.2.7 Estrada Gentil Peres – Jd. Umuarama
- 1.2.8 Ponte Praia do Sonho
- 1.2.9 Praça da Bíblia – Belas Artes
- 1.2.10 Praça Kardec – Praia do Sonho
- 1.2.11 Rua Amazonas 936 – Jd. Umuarama

1.3. Cananéia

- 1.3.1 Av. Beira Mar – fila da balsa
- 1.3.2 Bairro Acaru – Ginásio Mário Covas
- 1.3.3 Bairro Carijó – próximo ao Bar do Zezinho
- 1.3.4 Bairro Pitangui – em frente à escola municipal
- 1.3.5 Bairro Porto Cubatão – próximo à escola estadual
- 1.3.6 Igreja Bola de Neve

1.3.7 Praça Martim Afonso no Centro Histórico

1.3.8 Rotatória Cananéia

O layout e as fotos das faixas instaladas encontram-se no ANEXO I.

2. CARTAZES

Os cartazes para divulgação da Audiência Pública foram afixados em diversos locais previamente autorizados, nos municípios de Santos, Itanhaém e Cananéia.

2.1. Santos

- 2.1.1 All Net – próxima à Unimonte Vila Matias – av. Conselheiro Nébias
- 2.1.2 Biblioteca Caruara
- 2.1.3 Casa de Ração São Jorge – Caruara
- 2.1.4 Centro Comunitário Ilha Diana
- 2.1.5 Colônia dos Pescadores.
- 2.1.6 Deck do Pescador
- 2.1.7 Loja rua Campos Melo
- 2.1.8 Mercadinho Monte Cabrão
- 2.1.9 Mercado do Peixe
- 2.1.10 Padaria Requite – Rua Pedro Américo x Rua Amazonas
- 2.1.11 Poupa Farma – Rua Pedro Américo.
- 2.1.12 Prefeitura e Secretaria do Meio Ambiente.
- 2.1.13 Restaurante Grace – Rua Campos Melo
- 2.1.14 Rua do Peixe
- 2.1.15 Sindicato de Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo (Rua Vereador Henrique Soler, 282 - Ponta da Praia)
- 2.1.16 Supermercado Atacadista Roldão- av. Nossa Senhora de Fátima

2.2. Itanhaém

- 2.2.1 Auto escola Carlinhos – Centro Rui Barbosa
- 2.2.2 Banca Cerro Azul – Rui Barbosa
- 2.2.3 Bomboniere – Centro João Mariano
- 2.2.4 Cabeleireiro – Centro Rui Barbosa
- 2.2.5 Comércio local Umuarama – estrada Gentil Peres
- 2.2.6 Praça Pio XII – Centro
- 2.2.7 Quiosque Centro – Rui Barbosa
- 2.2.8 Câmara Municipal, Secretaria do Meio Ambiente e Câmara dos Vereadores
- 2.2.9 Quiosque do café.
- 2.2.10 Quiosque Fazendinha
- 2.2.11 Quiosque Litoral Centro
- 2.2.12 Quiosque da Susi – Centro
- 2.2.13 Quiosque Ventania – Praia Centro

2.2.14 Recanto da Sereia

Obs.: a equipe de divulgação também tentou contato com o aeroporto e a colônia de pescadores, mas nas 3 visitas que fez a cada lugar, os encontrou fechados.

2.3. Cananéia

- 2.3.1 Associação Rede Cananéia
- 2.3.2 Câmara Municipal de Cananéia
- 2.3.3 Prefeitura de Cananéia
- 2.3.4 Casa Verde Hostel
- 2.3.5 CEAGESP Cananéia (Rua Dom João III)
- 2.3.6 Centro Náutico
- 2.3.7 Colônia de Pescadores Z-9
- 2.3.8 Ginásio Esportivo
- 2.3.9 Instituto de Pesca de Cananéia
- 2.3.10 Instituto de Pesca Regional Litoral Sul
- 2.3.11 Magazina Campus
- 2.3.12 Mercado Municipal
- 2.3.13 Museu Municipal
- 2.3.14 Paróquia São João Batista
- 2.3.15 Polícia Militar Ambiental
- 2.3.16 Restaurante Dois Irmãos
- 2.3.17 Secretaria de Meio Ambiente

O layout e as fotos dos cartazes instalados encontram-se no ANEXO II.

3. CARRO DE SOM

Os carros de som para divulgação da Audiência Pública circularam nos dias 22, 26 e 28 de fevereiro e nos dias 2, 4 e 6 de março em Itanhaém e Cananéia. Os roteiros contratados foram:

3.1. Itanhaém

- 3.1.1. Praia dos Sonhos;
- 3.1.2. Praia dos Pescadores;
- 3.1.3. Centro da cidade.

3.2. Cananéia

- 3.2.1. Av. Washington Luis
- 3.2.2. Rua Pero Lobo - Centro
- 3.2.3. Av. Beira mar – Centro

- 3.2.4. Rua do artesanato - Centro
- 3.2.5. Rua Tristão Lobo – Centro
- 3.2.6. Rua Dom João III – centro
- 3.2.7. Rua Francisco Chaves – Centro
- 3.2.8. Av. Independência - Bairro Rocio
- 3.2.9. Rua Frederico Trudes da Veiga - Bairro Rocio
- 3.2.10. Rua Josino Carneiro - Bairro Rocio
- 3.2.11. Rua Silvino de Araujo - Centro
- 3.2.12. Estrada de itapitangui - Ariri
- 3.2.13. Rua Wilson Luiz Barbosa
- 3.2.14. Frederico de A Paiva
- 3.2.15. Alameda dos Atracadores
- 3.2.16. Alameda dos Piratas
- 3.2.17. Alameda dos Capitães
- 3.2.18. Alameda dos Maestros
- 3.2.19. Rua Platina
- 3.2.20. Ruas dos Brilhantes
- 3.2.21. Rua 9 / Rua Ametista
- 3.2.22. Rua Antonio Paulino de Almeida
- 3.2.23. Rua Jose Bernardes
- 3.2.24. Av. Municipal
- 3.2.25. Estrada do telegrafo

No ANEXO III encontram-se o roteiro do áudio e a planilha de contratação do carro de som.

4. ANÚNCIOS DE RÁDIO

Os anúncios para divulgação nas rádios estão sendo veiculados. O período de veiculação iniciou-se em 22/02/2018 e vai até 02/03/2018. As rádios contratadas foram:

- 4.1. Rádio Tribuna FM – Santos
- 4.2. Rádio Jovem Pan – Santos
- 4.3. Rádio Guarujá FM – Santos

Encontram-se no ANEXO IV a transcrição dos spots e a planilha de contratação é a mesma do carro de som, ANEXO III.

5. ANÚNCIOS DE JORNAL

Os anúncios de divulgação contendo as informações sobre a Audiência Pública em Santos foram publicados nos seguintes jornais:

- 5.1. A Tribuna – 17 de fevereiro de 2018;

5.2.Folha de S. Paulo – 17 de fevereiro de 2018;

5.3.A Tribuna – 27 de fevereiro de 2018;

5.4.Folha de S. Paulo – 27 de fevereiro de 2018

Encontram-se no ANEXO V o modelo do anúncio, o clipping e planilha de contratação.

6. CONVITES IMPRESSOS

Os convites impressos foram enviados para o mailing apresentado no Anexo VI.

7. CONVITES DIGITAIS

Os convites digitais para a Audiência Pública foram disparados em 21 de fevereiro de 2018 às 11h29.

Encontra-se no ANEXO VII a planilha contendo as instituições e e-mails para os quais foram enviados os convites eletrônicos.

8. WHATSAPP

Grupos e lideranças receberam o convite para a Audiência Pública via Whatsapp.

Encontra-se no ANEXO VIII a planilha contendo os contatos para os quais foram enviadas as mensagens.

9. MÍDIA ESPONTÂNEA

A audiência pública foi divulgada nas matérias relacionadas a seguir:

- <http://www.sindipetrolp.org.br/noticias/26017/ibama-divulga-projeto-etapa-3-e-abre-audiencias-publicas/>

As matérias integram o clipping apresentado no Anexo IX.

III – CENTRAL DE ATENDIMENTO

A central de atendimento, através do telefone 0800 77 00 112 e do e-mail comunica.uobs@petrobras.com.br, registrou, até o dia 28/02/2018, três atendimentos solicitando informações sobre a Audiência Pública em Santos. Todos os registros foram respondidos conforme planilha que se encontra no ANEXO VIII.


O atendimento continua até o dia da audiência.

IV – TRANSPORTE PARA AUDIÊNCIA

Foram disponibilizados ônibus todas as cidades envolvidas na audiência conforme roteiro prévio e/ou solicitação dos interessados. Todo o roteiro e lista de passageiros encontram-se no ANEXO XI.

O município de Cananéia terá transporte disponibilizado sob demanda. As inscrições estão abertas até dia 02/03/2018. Até dia 28/02/2018 foram recebidas duas inscrições.

IV – RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME	DANIEL FERRARI PENGO
ÁREA PROFISSIONAL	RELAÇÕES PÚBLICAS
REGISTRO PROFISSIONAL	CONRERP 2ª REGIÃO 3716
ASSINATURA	

ANEXO I – LAYOUT E FOTOS DAS FAIXAS INSTALADAS

Layout das faixas.



Santos



Litoral sul

Fotos das faixas instaladas.

SANTOS

Cataraia de Santos.



Desembarque da barca em Ilha Diana.



Praça da rodoviária.



Unimonte – Campus Vila Matias



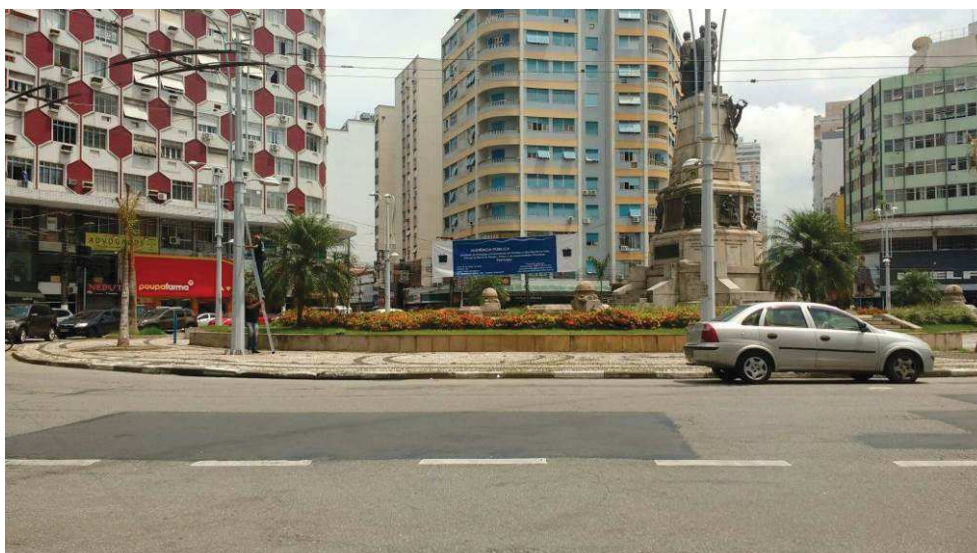
Mercado do Peixe.



Mercado Municipal.



Praça da Independência.



Praça do Fórum.



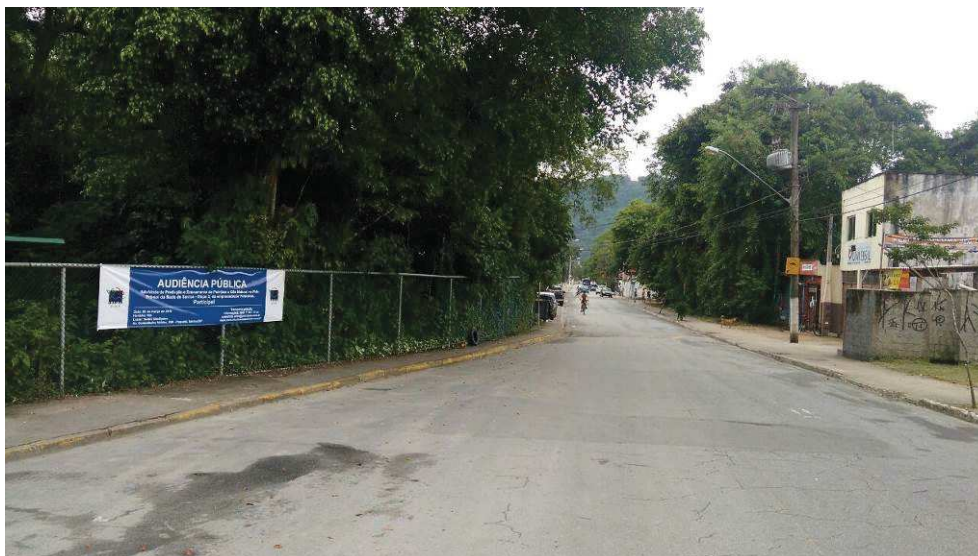
Praça da Prefeitura Municipal.



Rua do Peixe.



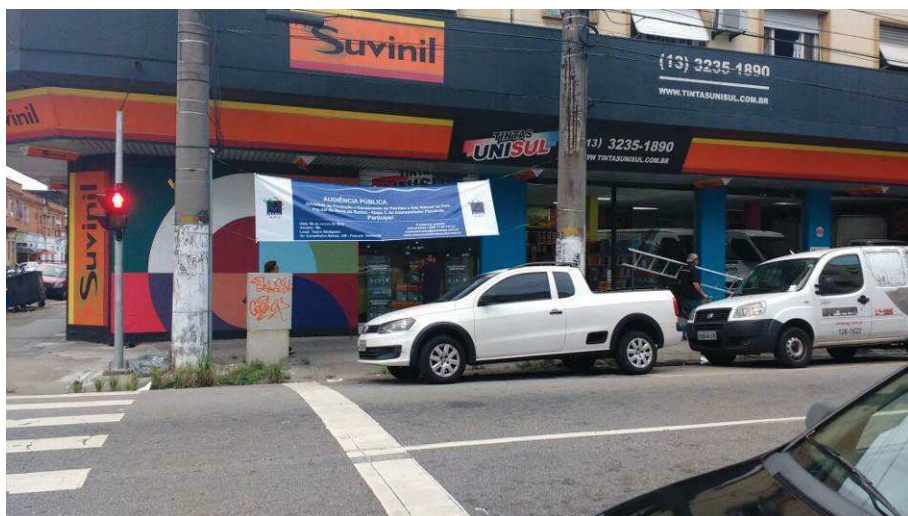
Rua principal – Bairro de Caruara.



Rua principal – Bairro Monte Cabrão



Unifesp – Campus Carvalho de Mendonça.



Unifesp – Campus Silva Jardim.



Unimes – av. Conselheiro Nébias 536.



Unimonte – Campus Rangel Pestana.



Universidade Católica de Santos – Campus Dom Idílio José soares (Av. Conselheiro Nébias, 300)



Universidade Santa Cecília de Santos.



ITANHAÉM

Av. Flacidez Viana x Via férrea



Av. Jaime de Castro x Rui Barbosa – Centro.



Av. José Batista – Jd. Oásis.



Av. Lourival Muniz – Jr. Corumba



Av. Mario Beni – Suarão.



Balneário Sr. Luzia (em frente ao quiosque)



Estrada Gentil Peres – Jd. Umuarama.



Ponte Praia do Sonho.



Praça da Bíblia – Belas Artes.



Praça Kardec – Praia do Sonho.



Rua Amazonas 936 – Jd. Umuarama



CANANÉIA

Av. Beira Mar – fila da balsa.



Bairro Acaru – Ginásio Mário Covas.



Bairro Carijó – próximo ao Bar do Zezinho.



Bairro Pitangui – em frente à escola municipal.



Bairro Porto Cubatão – próximo à escola estadual.



Igreja Bola de Neve.



Praça Martim Afonso no Centro Histórico.





Rotatória Cananéia.



ANEXO II – LAYOUT E FOTOS DOS CARTAZES INSTALADOS

Layout dos cartazes.

<div><h1>AUDIÊNCIA PÚBLICA</h1><p>da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos - Etapa 3, do empreendedor Petrobras</p><h2>Participe!</h2><p>Data: 06 de março de 2018 Horário: 18h Local: Teatro Sindipetro Av. Conselheiro Nébias, 248 - Paquetá, Santos/SP</p><p>Transporte gratuito. Faça sua inscrição até 1º de março pelo 0800 77 00 112. Informações: comunica.uobs@petrobras.com.br www.comunicabaciadesantos.com.br</p><p>Geral</p></div>	<div><h1>AUDIÊNCIA PÚBLICA</h1><p>da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos - Etapa 3, do empreendedor Petrobras.</p><h2>Participe!</h2><p>Data: 06 de março de 2018 :: Horário: 18h</p><p>Local: Teatro Sindipetro Av. Conselheiro Nébias, 248 - Paquetá, Santos/SP</p><div><p>Transporte gratuito Retorno após o término do evento</p><p>Ponto de Embarque - Santos 1 (Caruara / Monte Cabrão) 16h00 - Rotatória Andrade Soares - em frente a Subprefeitura de Caruara 16h30 - Policlínica Monte Cabrão</p><p>Ponto de Embarque - Santos 2 (Barca Ilha Diana) 16h30 - Em frente ao desembarque da barca (atrás da alfândega)</p><p><small>(*) Para o transporte, é necessário apresentar um documento com foto.</small></p></div><p>Informações: 0800 77 00 112 comunica.uobs@petrobras.com.br www.comunicabaciadesantos.com.br</p><p>Santos com informações sobre o transporte</p></div>
--	--

AUDIÊNCIA PÚBLICA

da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e
Gás Natural no Polo Pré-sal da Bacia de Santos - Etapa 3,
do empreendedor Petrobras.

Participe!

Data: 06 de março de 2018 :: Horário: 18h

Local: Teatro Sindipetro
Av. Conselheiro Nébias, 248 - Paquetá, Santos/SP

Transporte gratuito
Retorno após o término do evento

Ponto de Embarque - Itanhaém

16h00 - Avenida Padre Anchieta em frente Quiosque da tia
Lena
16h20 - Avenida Rui Barbosa, esquina com Rua Cesário
Bastos (feira do artesanato)

(*) Para o transporte, é necessário apresentar um documento com foto.



Informações: 0800 77 00 112
comunica.uobs@petrobras.com.br
www.comunicabaciadesantos.com.br

Itanhaém

Fotos dos cartazes instalados.

SANTOS

All Net – próxima à Unimonte Vila Matias – av. Conselheiro Nébias



Biblioteca Caruara



Casa de Ração São Jorge – Caruara.



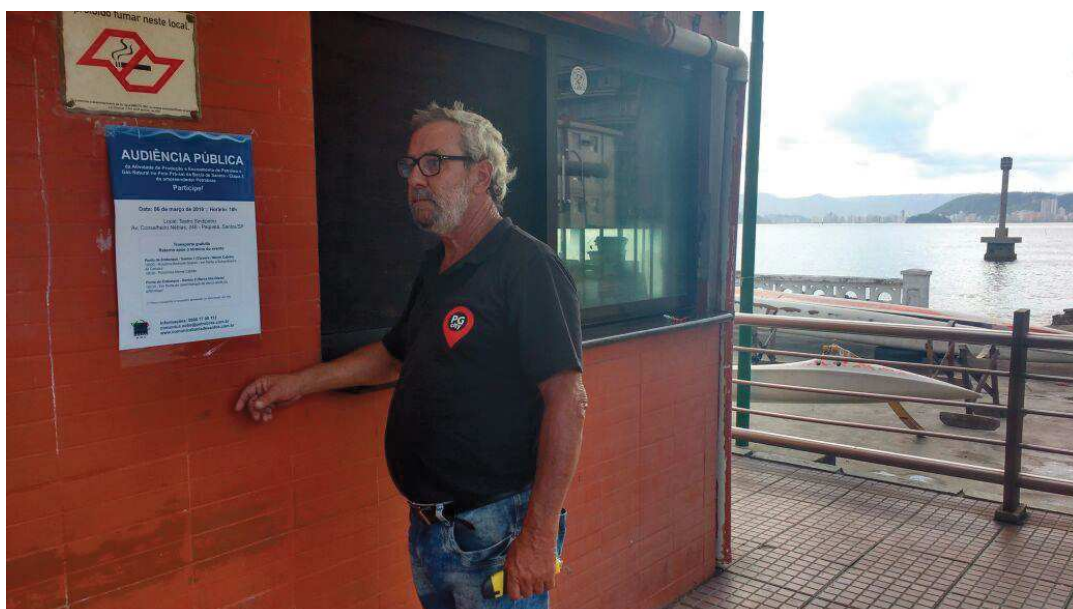
Centro Comunitário Ilha Diana.



Colônia dos Pescadores.



Deck do Pescador.



Loja rua Campos Melo.



Mercadinho Monte Cabrão.



Mercado do Peixe.



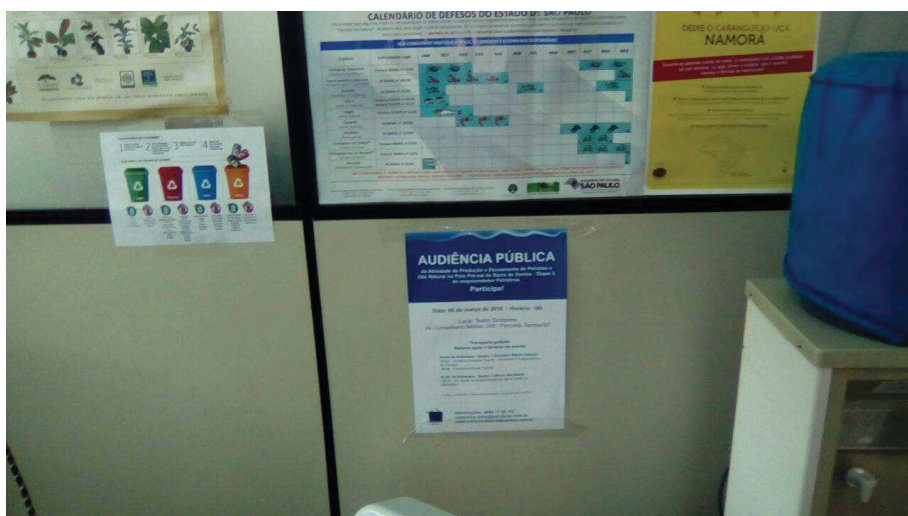
Padaria Requite – Rua Pedro Américo x Rua Amazonas.



Poupa Farma – Rua Pedro Américo.



Prefeitura e Secretaria do Meio Ambiente.



Restaurante Grace – Rua Campos Melo.



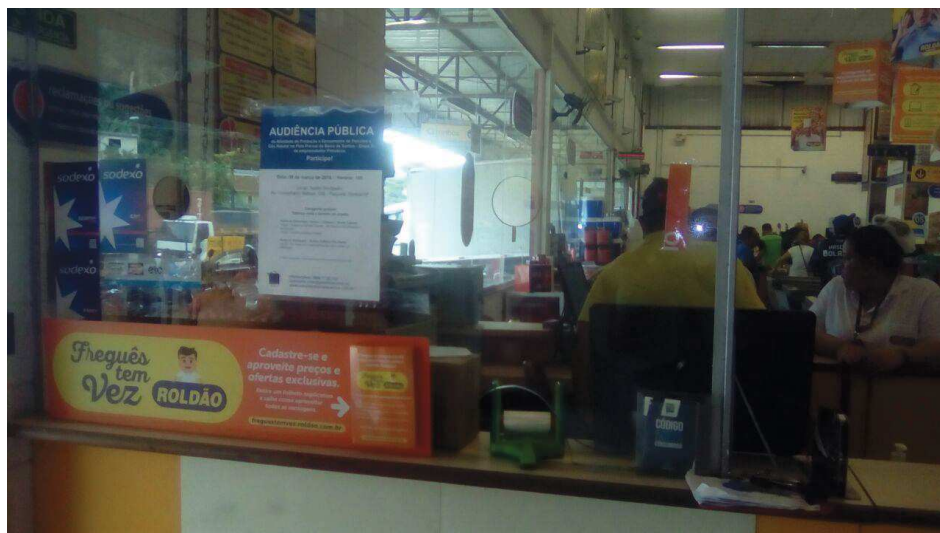
Rua do Peixe.



Sindicato de Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo (Rua Vereador Henrique Soler, 282 - Ponta da Praia).



Supermercado Atacadista Roldão- av. Nossa Senhora de Fátima.



ITANHAÉM

Auto escola Carlinhos – Centro Rui Barbosa



Banca Cerro Azul – Rui Barbosa.



Bomboniere – Centro João Mariano.



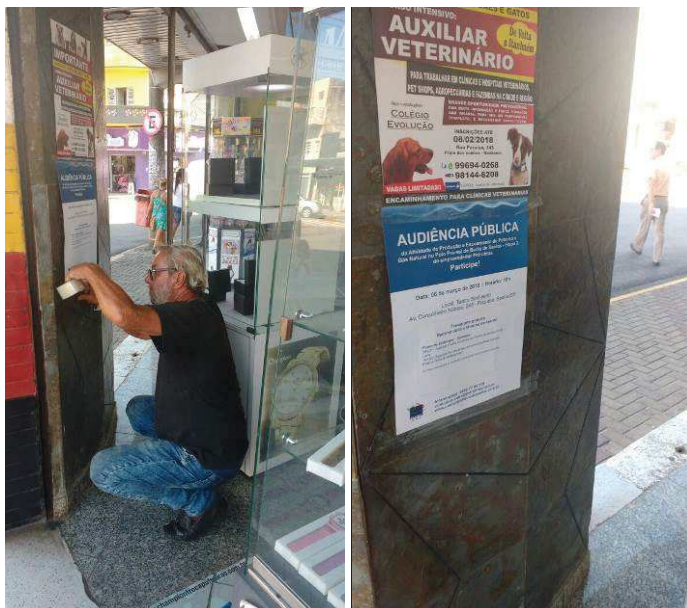
Cabeleireiro – Centro Rui Barbosa.



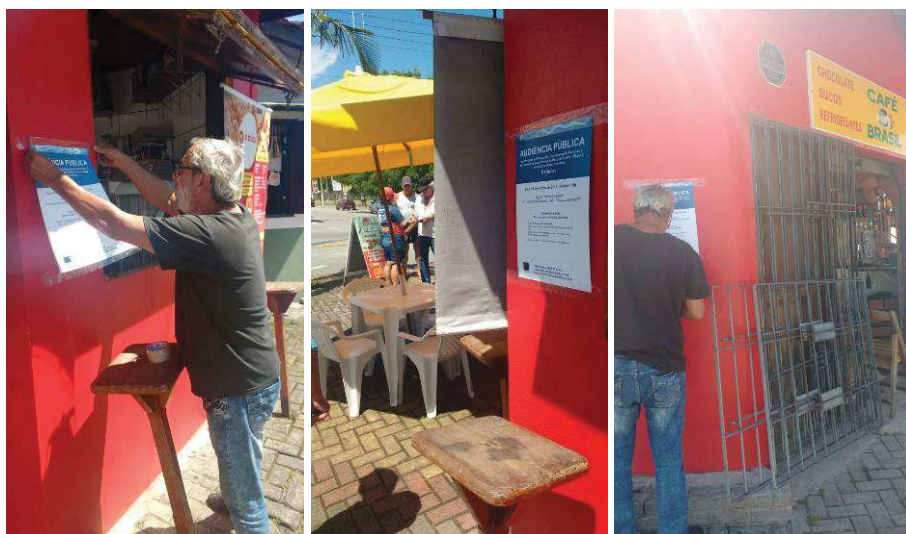
Comércio local Umuarama – estrada Gentil Peres.



Praça Pio XII – Centro.



Quiosque Centro – Rui Barbosa.



Câmara Municipal, Secretaria do Meio Ambiente e Câmara dos Vereadores (o mural é conjunto).



Quiosque do café.



Quiosque Fazendinha.



Quiosque Litoral Centro.



Quiosque da Susi – Centro.



Quiosque Ventania – Praia Centro.

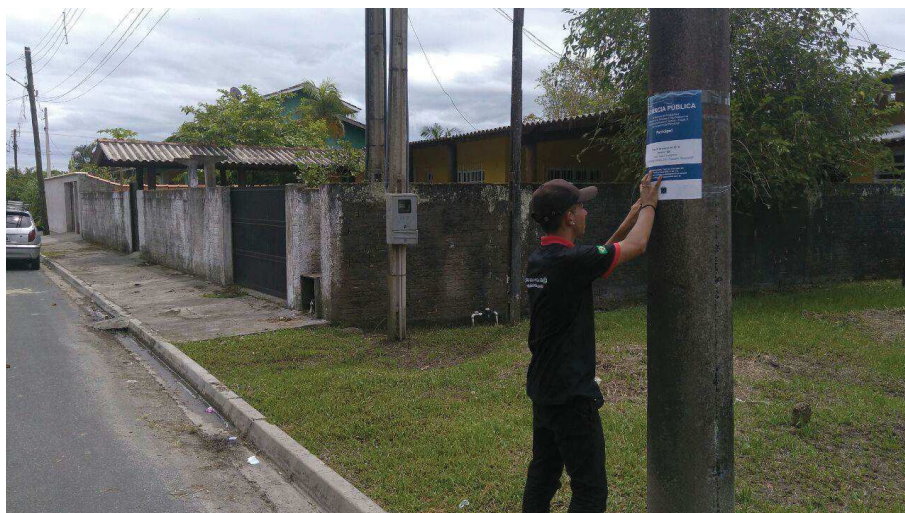


Recanto da Sereia.



CANANÉIA

Associação Rede Cananéia.



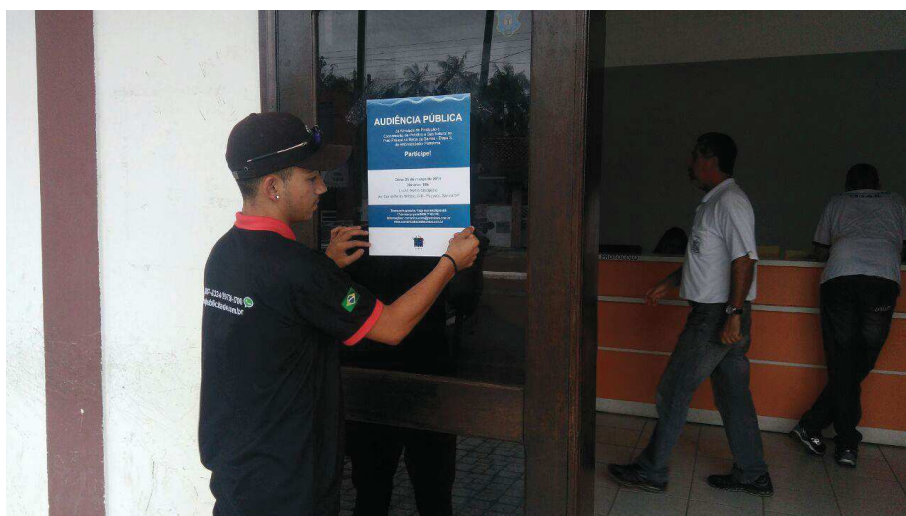
Câmara Municipal de Cananéia.



Prefeitura de Cananéia (momento de pegar a autorização).



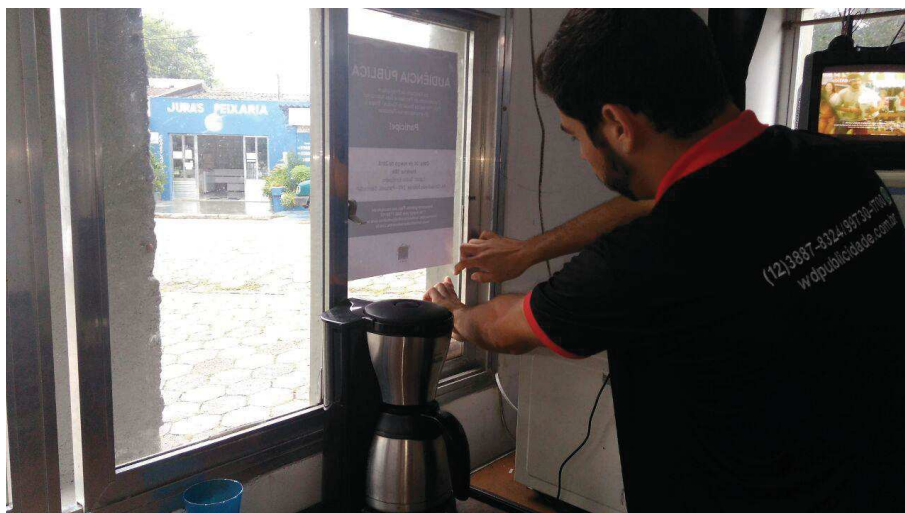
Prefeitura de Cananéia.



Casa Verde Hostel.



CEAGESP Cananéia (Rua Dom João III).



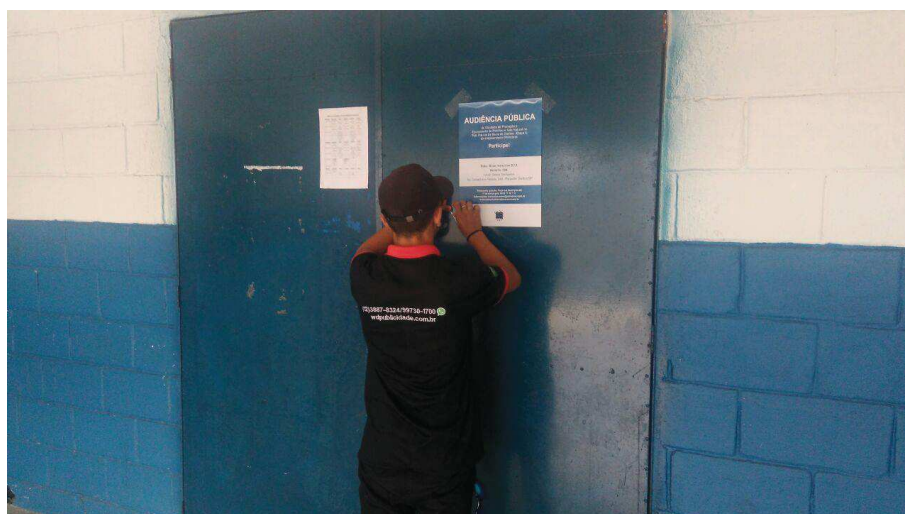
Centro Náutico



Colônia de Pescadores Z-9.



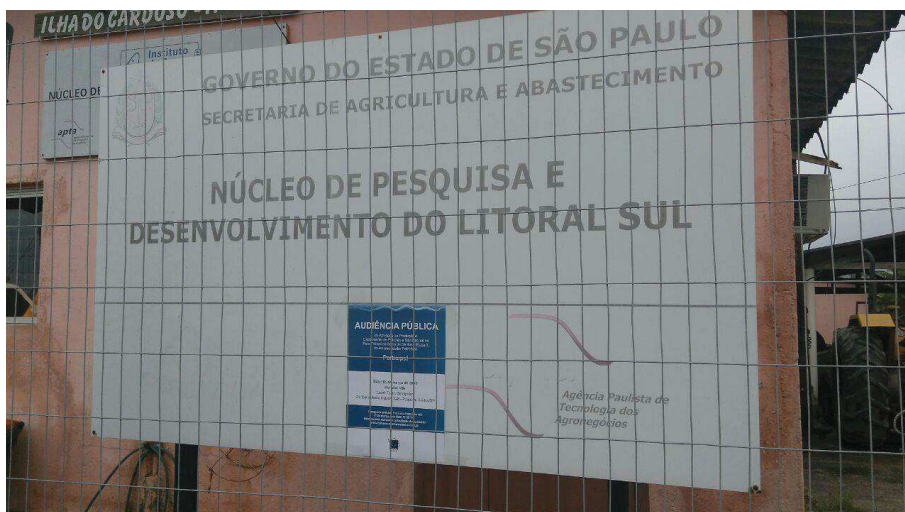
Ginásio Esportivo.



Instituto de Pesca de Cananéia.



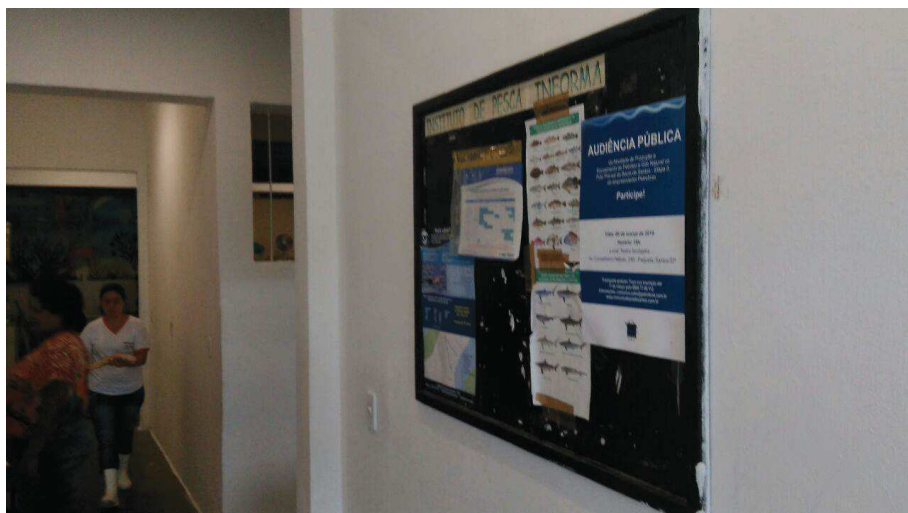
Instituto de Pesca Regional Litoral Sul.



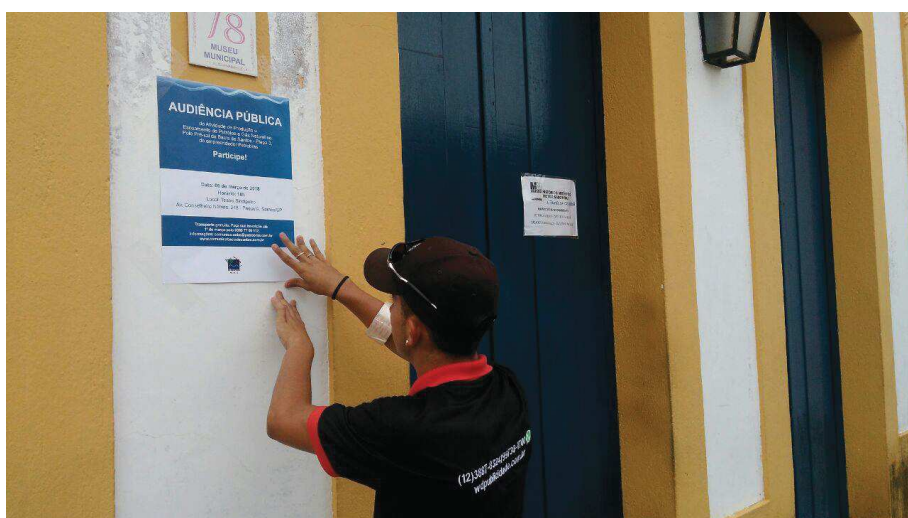
Magazina Campus.



Mercado Municipal.



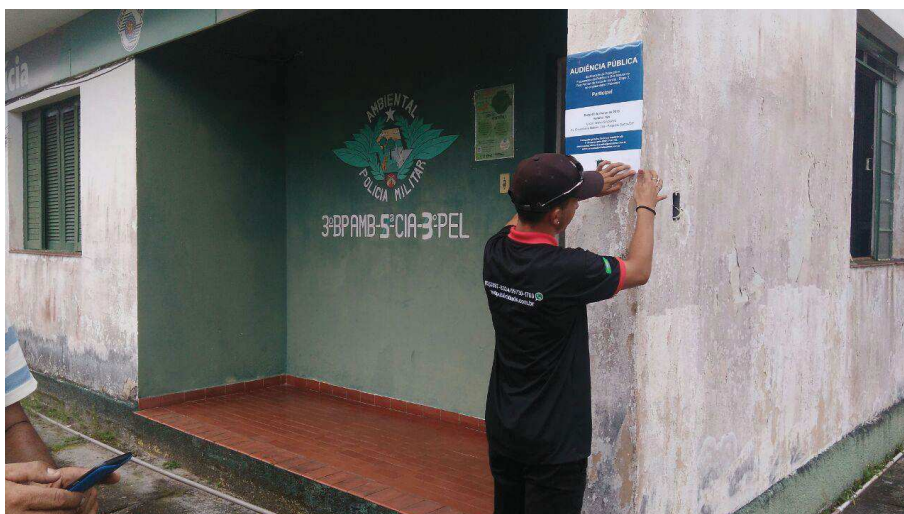
Museu Municipal.



Paróquia São João Batista.



Polícia Militar Ambiental.



Restaurante Dois Irmãos.



Secretaria de Meio Ambiente.



ANEXO III – TEXTO, PLANILHA DE CONTRATAÇÃO E RELATÓRIOS DE CIRCULAÇÃO DOS CARROS DE SOM

Áudio

Arquivo digital.

Texto:


O Ibama convida você a participar da Audiência Pública para Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3, da Petrobras.

A audiência será realizada em Santos, no dia 6 de março, às 18 horas, no Teatro do Sindicatos dos Petroleiros - Sindipetro - Avenida Conselheiro Nébias, 248.

Haverá transporte gratuito. Para mais informações, ligue 0800 77 00 112. Repetindo: 0800 77 00 112.

Participe!

Planilha de contratação.

 EBC EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO SCS Q.8 BI.B-50, Ed. Venâncio 2000 - 1º Subsolo - Asa Sul - CEP 70333-900 Brasília - DF CP08840 - Tele: (61) 3799-5200 - CNPJ: 09.168.704/0001-42		Planilha: 0062/2018 Data de Emissão 20/02/18 12:40						
Planilha de Ações de Divulgação								
CLIENTE: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS / PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS ENDEREÇO: AV. REPUBLICA DO CHILE - SALA 1902 - N° 65 - CENTRO CEP: 20031-912 CIDADE: Rio de Janeiro - RJ CNPJ: 33.000.167/0001-01 INS. ESTADUAL: DATA: 20/02/201								
Veículo	Programa	Horário	Período / Número de Inserções Fevereiro / 2018	Qtde.	Sec.	Valor Unitário R\$	Desc. %	Valor Total R\$
Rádio Tribuna FM (SP) (Santos)		07 ÀS 19H	24 25 26 27 28 29 30 31 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	14	30"	213,60	50,00	1.495,20
Rádio Jovem Pan (SP) (Santos)		07 ÀS 19H	24 25 26 27 28 29 30 31 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	14	30"	176,00	42,00	1.429,12
Minas de Idéias (AmericanSat) Carro de som (São Paulo)	Itanhaém	DETERMINADO	24 25 26 27 28 29 30 31 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	18	30"	265,00	46,00	2.575,80
Minas de Idéias (AmericanSat) Carro de som (São Paulo)	Cananéia	DETERMINADO	24 25 26 27 28 29 30 31 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	12	30"	265,00	46,00	1.717,20
Rádio Guarujá FM (SP) (Santos)		07 ÀS 19H	24 25 26 27 28 29 30 31 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	14	30"	250,00	58,00	1.470,00
Total Negociado:								R\$ 8.687,32
Observações: De acordo com roteiro enviado anexo; Centro de Custos: 10009850900030 ; 10010512800010 ; 10008284040070; 10007133530120; 1000893626 0010; 10009453740030; 1000829151 0040; 1000913806 0020; 10009463460030; 10009765680030								
Cidade - UF		Contato:			Identificação do Solicitante:			
Rio de Janeiro -					Alcides Amadeu Junior			

CLIENTE:
PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS / PETROLEO
CAMPANHA: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETAPA 3
PI 005334/2018

CARRO DE SOM

RELATÓRIO DE CIRCULAÇÃO

CIDADE: CANANÉIA - SP

Período: 22, 26 e 28 de Fevereiro de 2018 - 03 DIAS

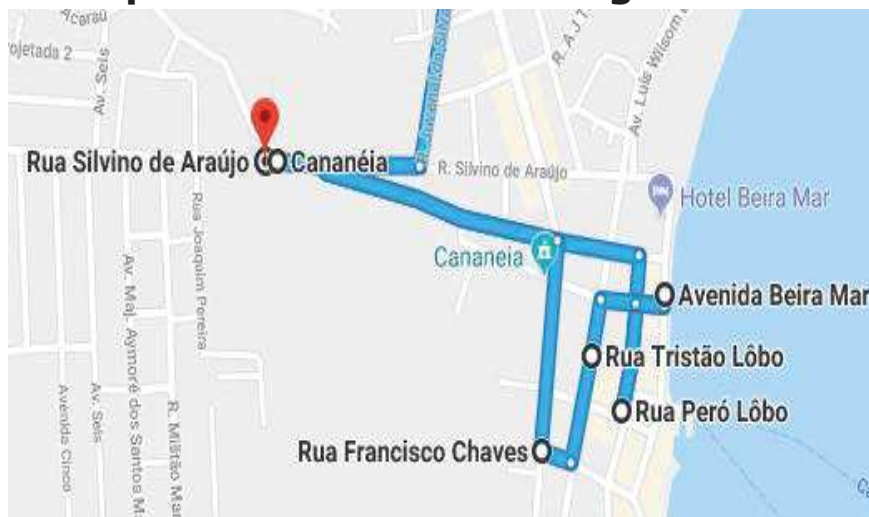
1 – Datas e Horários de veiculação

Horários de Rodagem

Data	Inicio	Termino	Tempo
22/fev	08:56:38	11:02:31	02:05:53
22/fev	12:57:45	15:04:07	02:06:22
26/fev	09:58:15	12:01:43	02:03:28
26/fev	13:57:29	16:05:21	02:07:52
28/fev	08:59:47	11:00:20	02:00:34
28/fev	12:59:08	15:01:27	02:02:19

Total de horas : 12:26:28

2 - Mapa Referencial de Rodagem



08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI


Marco Antônio G. de Oliveira
Departamento de Checking
CPF: 003.102.788-13
AmericanSat



DIAGRAMAÇÃO DE ROTAS PERCORRIDAS

Version,212

WGS 1984 (GPS),125, 6378137, 298.257223563, 0, 0, 0
USER GRID,0,0,0,0,0

-25.012258, -47.933236
-25.012099, -47.933314
-25.011788, -47.933613
-25.011933, -47.933441
-25.011743, -47.934650
-25.011773, -47.933636
-25.011624, -47.934258
-25.011687, -47.934530
-25.011949, -47.934911
-25.011678, -47.934506
-25.012054, -47.934993
-25.013268, -47.934929
-25.013066, -47.935064
-25.013380, -47.934818
-25.013109, -47.935040
-25.013598, -47.933961
-25.013170, -47.935004
-25.013607, -47.934324
-25.013192, -47.934988
-25.013326, -47.933461
-25.013517, -47.933728
-25.013363, -47.933500
-25.012772, -47.933180
-25.013052, -47.933267

TEMPO 12:26:28
VEL. MEDIA 15,38
PERCORRIDO 191,344

08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI


Marco Antônio G. de Oliveira
Departamento de Checking
CPF: 003.102.788-13
AmericanSat

Código de Aferição do Rastreador: GRM ETREX CGPS2836707790075-125BR

CLIENTE:
PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS / PETROLEO
CAMPANHA: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETAPA 3
PI 005334/2018

CARRO DE SOM

RELATÓRIO DE CIRCULAÇÃO

CIDADE: ITANHAÉM - SP

Período: 22, 26 e 28 de Fevereiro de 2018 - 03 DIAS

1 – Datas e Horários de veiculação

Horários de Rodagem

Data	Inicio	Termino	Tempo
22/fev	08:59:27	12:03:16	03:03:49
22/fev	12:54:36	16:03:18	03:08:42
26/fev	09:59:34	13:00:21	03:00:47
26/fev	13:59:18	17:03:29	03:04:11
28/fev	08:59:49	12:04:39	03:04:51
28/fev	12:58:07	16:05:10	03:07:03

Total de horas : 18:29:22

2 - Mapa Referencial de Rodagem



08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI


Marco Antônio G. de Oliveira
Departamento de Checking
CPF: 003.102.788-13
AmericanSat



DIAGRAMAÇÃO DE ROTAS PERCORRIDAS

Version,212

WGS 1984 (GPS),124, 6378137, 298.257223563, 0, 0, 0
USER GRID,0,0,0,0,0

-24.182422, -46.785697
-24.182995, -46.785194
-24.183306, -46.785140
-24.182320, -46.786131
-24.182651, -46.785395
-24.182325, -46.786247
-24.182368, -46.786448
-24.182353, -46.785883
-24.182614, -46.786848
-24.182648, -46.786881
-24.183466, -46.787129
-24.184130, -46.786726
-24.183519, -46.787119
-24.184058, -46.786814
-24.183703, -46.787063
-24.184043, -46.786829
-24.184255, -46.786492
-24.184204, -46.785674
-24.183259, -46.787138
-24.184229, -46.785723
-24.184047, -46.785454
-24.183830, -46.785280
-24.183590, -46.785177
-24.183426, -46.785145

TEMPO 18:29:22
VEL. MEDIA 14,27
PERCORRIDO 263,844

08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI


Marco Antônio G. de Oliveira
Departamento de Checking
CPF: 003.102.788-13
AmericanSat

Código de Aferição do Rastreador: GRM ETREX CGPS2836707790075-124BR

CLIENTE:
PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS / PETROLEO
CAMPANHA: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETAPA 3
PI 005339/2018

CARRO DE SOM

RELATÓRIO DE CIRCULAÇÃO

CIDADE: CANANÉIA - SP

Período: 02 de Março de 2018 - 01 DIA

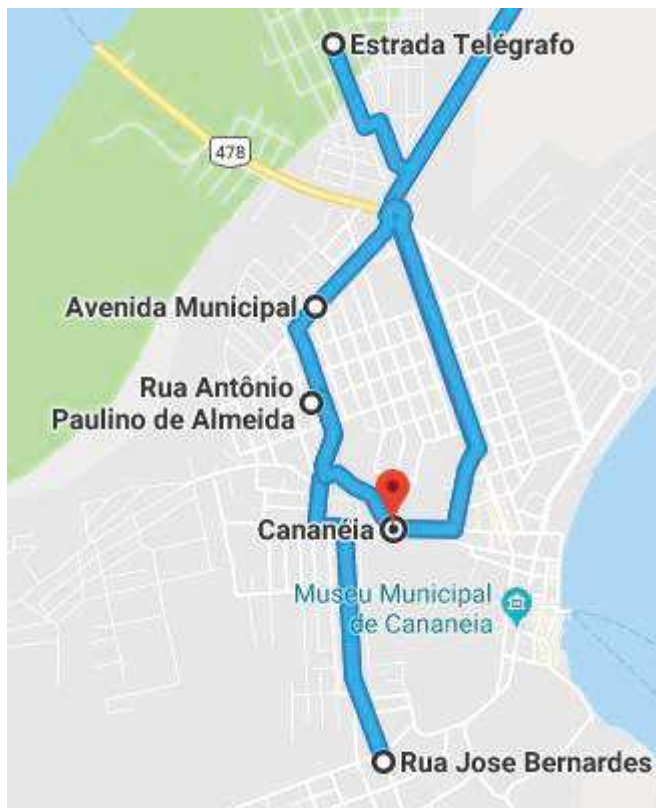
1 – Datas e Horários de veiculação

Horários de Rodagem

Data	Inicio	Termino	Tempo
02/mar	08:56:53	11:02:51	02:05:58
02/mar	12:58:08	15:00:33	02:02:25

Total de horas : 04:08:24

2 - Mapa Referencial de Rodagem



08.998.104/0001-49
DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI


Marco Antônio G. de Oliveira
Departamento de Checking
CPF: 003.102.788-13
AmericanSat



DIAGRAMAÇÃO DE ROTAS PERCORRIDAS

Version,212

WGS 1984 (GPS),127, 6378137, 298.257223563, 0, 0, 0
USER GRID,0,0,0,0,0

-25.013457, -47.933555
-25.012362, -47.933740
-25.012090, -47.934178
-25.012510, -47.933624
-25.012115, -47.934829
-25.012057, -47.934328
-25.012239, -47.935056
-25.012108, -47.934810
-25.012158, -47.934925
-25.013038, -47.935467
-25.013140, -47.935463
-25.013149, -47.935462
-25.013678, -47.935244
-25.013481, -47.935369
-25.013980, -47.934829
-25.013417, -47.935397
-25.013904, -47.934984
-25.014007, -47.934750
-25.013470, -47.935374
-25.013746, -47.933752
-25.014043, -47.934377
-25.013813, -47.933824
-25.012924, -47.933475
-25.013747, -47.933753

TEMPO 4:08:24
VEL. MEDIA 15,35
PERCORRIDO 63,549

08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI


Marco Antônio G. de Oliveira
Departamento de Checking
CPF: 003.102.788-13
AmericanSat

Código de Aferição do Rastreador: GRM ETREX CGPS2836707790075-127BR

CLIENTE:
PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS / PETROLEO
CAMPANHA: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETAPA 3
PI 005339/2018

CARRO DE SOM

RELATÓRIO DE CIRCULAÇÃO

CIDADE: ITANHAÉM - SP

Período: 02 de Março de 2018 - 01 DIA

1 – Datas e Horários de veiculação

Horários de Rodagem

Data	Inicio	Termino	Tempo
02/mar	08:54:33	12:02:24	03:07:51
02/mar	12:55:02	16:03:24	03:08:22

Total de horas : 06:16:14

2 - Mapa Referencial de Rodagem



08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI


Marco Antônio G. de Oliveira
Departamento de Checking
CPF: 003.102.788-13
AmericanSat



DIAGRAMAÇÃO DE ROTAS PERCORRIDAS

Version,212

WGS 1984 (GPS),126, 6378137, 298.257223563, 0, 0, 0
USER GRID,0,0,0,0,0

-24.183118, -46.784552
-24.183430, -46.784347
-24.182906, -46.784852
-24.183129, -46.784542
-24.182974, -46.784728
-24.182816, -46.785215
-24.182885, -46.785639
-24.183257, -46.786100
-24.183420, -46.786188
-24.183000, -46.785849
-24.183372, -46.786166
-24.183692, -46.786262
-24.184482, -46.786014
-24.184419, -46.786066
-24.184451, -46.786041
-24.184803, -46.785421
-24.184798, -46.785089
-24.184814, -46.785253
-24.184771, -46.785560
-24.184461, -46.784506
-24.184769, -46.784971
-24.184269, -46.784379
-24.183861, -46.784271
-24.184208, -46.784350

TEMPO 6:16:14
VEL. MEDIA 16,25
PERCORRIDO 101,897

08.998.104/0001-49

DESTAC PROMOÇÕES CRIATIVAS EIRELI


Marco Antônio G. de Oliveira
Departamento de Checking
CPF: 003.102.788-13
AmericanSat

Código de Aferição do Rastreador: GRM ETREX CGPS2836707790075-126BR

ANEXO IV – SPOT DE RÁDIO, PLANILHA DE CONTRATAÇÃO E COMPROVANTE DE IRRADIAÇÃO**Áudio**

Arquivo digital.

Texto:

O Ibama convida você a participar da Audiência Pública para Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3, da Petrobras.

A audiência será realizada em Santos, no dia 06 de março, às 18 horas, no Teatro do Sindicatos dos Petroleiros - Sindipetro - Avenida Conselheiro Nébias, 248.

Haverá transporte gratuito. Para mais informações, ligue 0800 77 00 112. Repetindo: 0800 77 00 112.

Comprovante de irradiação – Rádio Tribuna FM (fevereiro).

01/03/2018 14:53

Rua João Pessoa, 129 - 9º andar
Centro | Santos - SP | CEP 11013-900
Deppto. comercial 13 2102-7207

SUCURSAL SÃO PAULO
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.685
Salas 4F/4G - 4º Andar
Jd. Paulistano | São Paulo - SP | CEP 01452-916
Deppto. comercial 11 2188-5960

trifm.com.br

**Comprovante Irradiado**

Emissora: TRIBUNA FM

Cliente: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A

CNPJ: 33.000.167/0001-01

Agência: EBC SERVIÇOS

PI: 005333/2018

Autorização: 13994

Produto:

Campanha:

Material: 43089/1 - PETROBRAS AUDIENCIA PUBLICA ETAPA 03

Vigência de: 22/02/2018 até 28/02/2018

Contrato: 13304

Vigência de: 22/02/2018 até 28/02/2018

Data de Contrato: 21/02/2018

Período de: 22/02/2018 até 28/02/2018

Praça:

Observação: TÍTULO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETAPA 3

Duração: 30 seg

Código Áudio: 43089

Data	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.	IRRAD.
22/02-Qui	08:18	13:50																	
23/02-Sex	08:31	12:31																	
24/02-Sáb	08:46	11:07	14:58																
25/02-Dom	11:22	16:50																	
26/02-Seg	08:18	14:42																	
27/02-Ter	08:17	14:58																	
28/02-Qua	08:38	15:18																	

Total Material

Total de Inserções Programado:0

Total de Inserções Irradiado:15

Total Geral

Total de Inserções Programado:0

Total de Inserções Irradiado:15

CNPJ:

:58.178.393/0001-08

Razão Social :RÁDIO A TRIBUNA DE SANTOS LTDA

Endereço :RUA JOÃO PESSOA, 129 - 8 ANDAR

54.346.861/0001-55
RÁDIO SANTOS LTDA - EPP
Rua Escolas da Cunha, 11 - Cj. 702
Gonzaga - CEP 11065-100
SANTOS - SP

Comprovante de irradiação – Rádio Jovem Pan FM (março).

JOVEM PAN FM



Razão Social RÁDIO SANTOS LTDA - EPP
Endereço RUA EUCLIDES DA CUNHA, 11 CONJ 702 - CEP 11065-100
Cidade SANTOS, SP GONZAGA

Cliente PETROLEO BRASILEIRO SA Cnpj. 33.000.167/0001-01
Endereço RUA REPUBLICA DO CHILE, 65 SL 1202 - CEP 20035-900 I.E.
Cidade RIO DE JANEIRO, RJ GONZAGA

Agência EBC EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO PI 005337 / 2018

COMPROVANTE DE IRRADIAÇÃO DO PERÍODO DE 01/03/2018 à 02/03/2018

Dia Total AUDIENCIA PUBLICA ETAPA3- 00:30s

Dia 01/03 02 Vez(es) 07:23:28 14:34:18
Dia 02/03 02 Vez(es) 08:33:09 16:57:25

TOTAL 4

TOTAL 4

Luciana Silva
Dep. Financeiro
PF: 252.345.188-33
RG: 24.822.858-7

54.346.861/0001-55

RÁDIO SANTOS LTDA - EPP

Rua Euclides da Cunha, 11 - Cj. 702

Gonzaga - CEP 11065-100

SANTOS - SP

Justificativa da rádio Guarujá FM, que não veiculou o anúncio contratado.



Re: URGENTE - Enc: Orçamento Divulgação Audiência Pública Etapa 3 - Santos (SP) -
06.03.2018
Comel EBC
16/03/2018 15:32
Para:
alcides amadeu
Cc:
"carolinacruz", "denisemary", "ericacrgomes FALCAO BAUER", "claudiolemos", "danielpengo"
Ocultar detalhes
De: "Comel EBC" <comel@ebc.com.br> Classificar lista...
Para: "alcides amadeu" <alcides.amadeu@petrobras.com.br>
Cc: "carolinacruz" <carolinacruz@petrobras.com.br>, "denisemary"
<denisemary@petrobras.com.br>, "ericacrgomes FALCAO BAUER"
<ericacrgomes.FALCAO_BAUER@petrobras.com.br>, "claudiolemos"
<claudiolemos@petrobras.com.br>, "danielpengo" <danielpengo@petrobras.com.br>

boa tarde Alcides,

sim, infelizmente tive a informação que a rádio Guarujá não veiculou, problemas de email no recebimento da mídia. A empresa de carro de som disse já ter enviado por email para o financeiro, junto com a nota e reforcei a necessidade de receber por email, pedi que me enviasse hoje ainda. Eu trato com o escritório de Brasília que pede as informações às unidades de cada estado.

Já estou cobrando a do litoral do RJ tb,

att

Juliana

--

Instruções para faturamento: caso este veículo emita nota fiscal eletrônica, favor enviá-la junto com o comprovante de veiculação para este email logo após a execução da mídia.

FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO RESPONDENDO ESTE EMAIL

JULIANA ZANCANARO
Mídia Eletrônica
Gerência de Publicidade
EBC Serviços
fone: 61 3799 5633
fax: 61 3799 5599
email: comel@ebc.com.br

ANEXO V - MODELO DO ANÚNCIO, CLIPPING E PLANILHA DE CONTRATAÇÃO

Modelo do anúncio



INSTITUTO
BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS - IBAMA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Clipping na sequência.

Sábado 17
fevereiro de 2018A TRIBUNA
www.atribuna.com.br

Cidades A-7

Santos, SV e PG prorrogam campanha

Baixada Santista realiza hoje o último dia do mutirão da vacinação contra a febre amarela, mas cobertura ainda está abaixo da meta

GABRIEL LOUVIRA
DA REDAÇÃO

Diante da baixíssima adesão à campanha de imunização contra a febre amarela, três cidades da Baixada Santista – Santos, São Vicente e Praia Grande – continuarão vacinando contra a doença, mesmo com o encerramento do mutirão previsto para hoje.

Em Santos, onde o último balanço aponta que só 61,925 das 420 mil pessoas do público-alvo tomaram a dose, a Prefeitura decidiu que, depois do Dia D de hoje, seguirá oferecendo a vacina a partir de segunda-feira nas 22 policlínicas que participam da campanha.

“Nossa preocupação é grande. O Poder Público tem feito a sua parte e agora os moradores têm que aderir e buscar os postos para que possam estar realmente imunizados”, diz o secretário de Saúde de Santos, Fábio Ferraz.

Ele não estabelece prazo para o término da oferta da vacina em todas as unidades de saúde. “Enquanto nós tivermos vacinas, estaremos disponibilizando a população”.

O secretário ressalta ainda que, a partir da próxima semana, a gestão Paulo Alexandre



Santistas aproveitam posto montado na Praça Mauá para se imunizar contra a febre amarela. Prefeitura vai investir em campanha itinerante

Barbosa passará a adotar uma postura mais ativa, com novos postos volantes, como o instalado na quinta e sexta na Praça Mauá, no Centro.

Em Praia Grande, a administração Alberto Mourão prorro-

ga a campanha até o próximo dia 23. Dos 170 mil moradores que devem ser imunizados, 36 mil receberam a dose desde o início da campanha, em 25 de janeiro.

A Prefeitura de São Vicente,

sob o comando de Pedro Gouveia, continuará vacinando até o fim do estoque. A Cidade tem a meta de imunizar 295 mil pessoas, mas só 40.447 tomaram a vacina.

A partir de segunda-feira, a

vacina será oferecida em 24 unidades de saúde e em alguns postos itinerantes.

Consultados por A Tribuna, os demais municípios da região informaram ainda não ter definição sobre continuidade

da vacinação. Em todos a cobertura vacinal está pequena.

A Secretaria de Estado da Saúde não respondeu à reportagem se o mutirão será prorrogado. O Governo do Estado costuma estender as campanhas quando as metas não são atingidas, mas geralmente anuncia isso no último dia de mobilização.

CASO CONFIRMADO

A Prefeitura de São Vicente divulgou ontem que uma moradora da Cidade, a confeiteira Maria Cristina Zanetti, de 53 anos, teve mesmo febre amarela.

Ela contraiu a doença em Nova Lima (MG), ficou internada na Santa Casa de Santos de 14 a 26 de janeiro e agora está bem (confira a história dela abaixo).

Já o exame de um idoso de 74 anos, antes considerado como caso suspeito, deu negativo para a doença.

A Baixada Santista tem até o momento uma morte confirmada (em Iguape), uma morte em investigação (morador de Santos) e sete casos suspeitos – três de moradores de Peruibe e quatro de São Vicente.

Hoje é Dia D da vacina

Hoje será mais um Dia D de vacinação contra a febre amarela. Os nove municípios da Baixada Santista terão 132 unidades de saúde e postos móveis atendendo, das 8 às 17 horas, exclusivamente às pessoas que querem se proteger da doença.

O segundo Dia D já estava previsto desde o início da campanha, em 25 de janeiro, mas ganhou importância maior diante da baixíssima adesão do público. Só 17,1% do público-alvo na região tomou a vacina até ontem.

Em Santos, por exemplo, a meta, desta vez, é vacinar 10 mil pessoas, superando o número de 8.560 imunizados no primeiro Dia D, em 10 de janeiro.

Para isso, 22 policlínicas estarão de portas abertas e haverá um posto volante montado na Praça das Bandeiras, na

orla do Gonzaga. O atendimento, assim como na maioria dos demais municípios, será das 8 às 17 horas.

Só em Mongaguá o mutirão terminará mais cedo, às 16 horas, conforme a Prefeitura.

QUE LEVAR

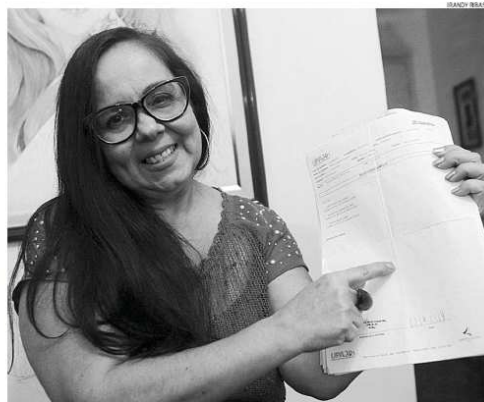
Para tomar a vacina é necessário apresentar documento de identidade com foto. É recomendado levar a caderneta de vacinação. No caso das crianças, deve-se levar documento de certidão de nascimento.

Quem tomou a vacina alguma vez não deve tentar se imunizar de novo, pois uma dose aplicada antes da campanha protege pela vida inteira.

É essencial ficar atento às contraindicações. Pessoas com 60 anos ou mais precisam de autorização médica.

Moradora que teve o vírus faz alerta

RECADO



“Hoje, eu estou muito feliz, mas eu pensava que iria morrer. Eu fui para o hospital de bobagem, porque não tinha tomado vacina (contra a febre amarela). Tem que se prevenir, eu podia não ter sobrevivido”.

Maria Cristina Zanetti

moradora de SV, cujo último exame atestou que ela está curada da doença

QUEM NÃO PODE SER VACINADO

- Bebês menores de 9 meses; contagem de células CD4 menor que 350;
- Grávidas;
- Mulheres amamentando crianças menores de 6 meses de idade;
- Pessoas com alergia grave a ovo;
- Pessoas que vivem com HIV e têm contagem de células CD4 menor que 350;
- Pessoas em tratamento com quimioterapia ou radioterapia;
- Pessoas portadoras de doenças autoimunes;
- Pessoas submetidas a tratamento com imunossupressores, que diminuem a defesa do corpo.

QUEM DEVE CONSULTAR O MÉDICO ANTES

- Idosos a partir de 60 anos;
- Pessoas em uso de corticóides;
- Pessoas com 60 anos ou mais será obrigada, na maioria das cidades da Baixada Santista, a apresentar autorização por escrito do médico para ser vacinada.
- Pessoas com doenças do sangue, renais e hepáticas;

Brasil soma 464 casos e 154 óbitos

Em novo balanço sobre a febre amarela, o Ministério da Saúde informou ontem que o Brasil tem, desde 1º de julho de 2017, 464 casos confirmados da doença, com 154 mortes.

Nesse período, houve notificações de 1.626 casos, sendo que 694 foram descartados após análise e 478 permane-

cem em investigação. No ano epidemiológico anterior, de 1º julho de 2016 a 16 fevereiro de 2017, eram 532 casos confirmados e 166 óbitos.

SÃO PAULO

No Estado de São Paulo, o boletim divulgado também ontem pela Secretaria de Estado da

Saúde aponta 202 casos confirmados de febre amarela desde janeiro de 2017, sendo que 76 evoluíram para morte.

O óbito do morador de uma área rural de Iguape, informado na semana passada, aparece na lista. Mas o caso antes suspeito confirmado pela Prefeitura de São Vicente (leia ma-

téria acima) ainda não está na relação.

De acordo com as estatísticas do Governo Estadual, 53,9% das infecções foram contraindicações em Mariporã e 16,8% em Aruaçu, municípios do Interior. Eles respondem por cerca de dois terços dos casos do Estado.

AUÍVO

A confeiteira recebeu alta do hospital em 26 de janeiro,

recuperada e com a recomendação de evitar frituras e leite para poupar o fígado, órgão que é atacado pelo vírus da febre amarela. “Hoje, eu estou muito feliz, mas eu pen-

sava que iria morrer”.

Maria Cristina Zanetti, para casa com a certeza da importância da proteção e agradecida pela vida. “Eu fui para o hospital de bobagem, porque não tinha tomado vacina. Tem que se prevenir, eu podia não ter sobrevivido”.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama convoca a população a participar da audiência pública para Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3, de Petrópolis, que será realizada no dia 6 de março de 2018, às 10h, no Teatro do Sindicato dos Petrolíferos – Sindipetro, Av. Conselheiro Nébias, 248 – Santos / SP.

Haverá transporte gratuito, com retorno após o evento. Para mais informações, ligue 0800 77 00 112.

Terça-feira 27
fevereiro de 2018A TRIBUNA
www.tribuna.com.br

A-11

FALE COM A GENTE!

Editor: Marcelo Santos
e-mail: hvalvada@tribuna.com.br
Telefone: 2102-7274**Raquel quer afastar Segovia em caso de novas declarações**
A procuradora-geral Raquel Dodge pediu ao STF "ordem judicial" para que o diretor da PF, Fernando Segovia, se abstenha de declarações sobre inquéritos, sob pena de afastamento. A medida está relacionada ao caso do Decreto dos Portos, que atinge o presidente Michel Temer.

BRASIL

LEITURA RÁPIDA

**Lava Jato
Japonês da Federal
se aposenta**

Famoso pelas aparições ao lado dos presos mais notáveis da Operação Lava Jato, o agente Newton Ishii, o Japonês da Federal, se aposentou. Ishii chegou a inspirar marchinha ("ai meu Deus, me dá mal, bateu na minha porta o Japonês da Federal") no Carnaval de 2016. Em 2009, ele foi condenado por corrupção e desaminado por supostamente facilitar entrada de contrabando do Paraguai. O Superior Tribunal de Justiça referendou decisão de primeira instância, rejeitando recurso de Ishii.

**Imprensa
Justiça nega pedido de
indenização a Wyllis**

A juíza substituta da 4ª Vara Cível de Brasília, Acácia Regina Soares de Sá, rejeitou pedido de indenização feito pelo deputado federal Jean Wyllis (PSOL-RJ) contra o jornal O Estado de S. Paulo. A magistrada julgou que não houve ofensa na notícia da existência de uma investigação no Ministério Público Federal contra ele. Wyllis havia pedido uma reparação de R\$ 30 mil alegando que a publicação continha informação falsa.

**Número de deputados
TVs poderão excluir
Marina dos debates**

Os deputados federais Alessandro Molon (RJ) e Aílton Machado (PR) anunciaram desfiliação da Rede Sustentabilidade, partido liderado pela ex-ministra Marina Silva. Os dois comunicaram oficialmente a ida para o PSB. Com a saída, o partido fica sem o número mínimo de cinco representantes no Congresso exigido para garantir a participação nos debates eleitorais no rádio e na TV, tornando obrigatória a TV com o partido Marina Silva.

**Vazamento
Ministro pede embargo
de mineradora no PA**

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, recomendou ao Ibama que embargue as atividades e multe a mineração Hydro Alunorte, responsável pelo vazamento de rejeitos de bauxita em Barcarena (PA). Sarney Filho disse que ficou comprovado que houve vazamento de resíduos nas localidades próximas à mineradora e que boa parte da população local está sem meios de consumir água potável. O Ministério da Integração tem enviado água para abastecer a região.

PF acusa Jaques Wagner de receber propina de R\$ 82 mi

Corporação pediu prisão preventiva do petista, mas Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou a medida

SALVADOR

O ex-governador da Bahia Jaques Wagner (PT) foi indiciado ontem pela Polícia Federal por suspeita de ter recebido R\$ 82 milhões em propina e caixa 2 para campanhas eleitorais. Segundo a investigação, o dinheiro foi desviado das obras da Arena Fonte Nova, estádio construído em Salvador para a Copa do Mundo de 2014.

A PF diz que o inquérito abrange apuração de irregularidades na contratação dos serviços de demolição, reconstrução e gestão do estádio.

Wagner, que governou o Estado entre 2007 e 2014, foi alvo, ontem, de mandado de busca e apreensão na Operação Cartão Vermelho. A investigação apura irregularidades na contratação dos serviços de demolição, reconstrução e gestão do estádio.

Em entrevista coletiva, o petista afirmou que nunca recebeu pagamentos indevidos em toda a sua vida pública.

A PF pediu a prisão preventiva do ex-governador, o que foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). Inicialmente, os investigadores queriam a condução coercitiva (obrigado a depor) de Wagner, mas a medida está suspensa desde dezembro por decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a delegada federal Luciana Matutino, a PF, o superintendente das obras em 2009 ultrapassava os R\$ 200 milhões. O valor atualizado, afirmou, está em R\$ 450 milhões. Os R\$ 82 milhões que Wagner recebeu, segundo a PF, vieram desse montante.

A PF identificou que a licitação do estádio foi direcionada para beneficiar o consórcio Fonte Nova Participações (FNP), formado pelas empresas Odebrecht e OAS. Verificamos que, de fato, o então governador recebeu uma boa parte do valor desviado do superfaturamento para pagamento de campanha eleitoral e de propina, afirmou a delegada.

OUTROS ALVOS

Além de Wagner, foram alvo da operação o secretário da Casa Civil do Estado, Bruno Dauter, e um empresário próximo ao ex-governador.

Ao todo, a Operação Cartão



Polícia Federal apreendeu 15 relógios de luxo na casa de Wagner, além de computadores e documentos

'DENÚNCIAS SÃO INFUNDADAS'

O ex-governador Jaques Wagner (PT) afirmou que nunca recebeu pagamentos indevidos em toda a vida pública e classificou as denúncias como "infundadas". "Eu não peço nem autorizo ninguém a pedir qualquer tipo de recibo de obra ou de caixa 2", afirmou a PF. "Não há nada de superfaturamento em PPP". "O valor está entre os mais baixos entre os estádios da Copa de 2014".

Vermelho cumpriu sete mandados de busca e apreensão em Salvador.

Houve buscas e apreensão no gabinete de Wagner, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado da Bahia, pasta comandada pelo petista, e também em sua residência.

Na casa de Wagner, a PF

apreendeu 15 relógios de luxo, mídias, computadores e documentos. "É sabido que ele tem interesse em relógios. Hoje (ontem) foram apreendidos 15 relógios de luxo. A gente ainda vai analisar o valor desses relógios, porque vai ser submetido à perícia técnica para calcular o valor", afirmou a delegada federal.

CASA DA MÃE

Após deflagrar a operação, a PF afirmou que a Odebrecht entregou dinheiro na casa da mãe do ex-governador, no Rio de Janeiro. "A maioria das vezes em espécie", disse a delegada. "Através de prepostos, não era o senhor Jaques Wagner que recebia de forma direta. A exceção foi feita na casa da mãe do senhor, Jaques Wagner, no Rio de Janeiro".

Segundo o superintendente Daniel Justo Madruga, da PF na Bahia, a entrega do dinheiro na casa da mãe do ex-governador ocorreu porque, segundo ele, doleiros em Salvador não tinham capacidade de entregar a quantia desviada. (Estado Conteúdo)

Relator dos supersalários recebe auxílio-moradia

BRASILIA

Relator do projeto que regulamenta o teto remuneratório, que pretende limitar os "pêndulos" nos salários de servidores, o deputado Rubens Bueno (PPS-PI) recebe auxílio-moradia de R\$ 4.253 mensais da Câmara, mesmo morando em um apartamento que pertence à mulher em Brasília.

Procurado, o deputado negou constrangimento com a situação. "Não fico (constrangido) porque o patrimônio é dele, não é meu", disse. Ele afirmou que ainda avaliaria "nesse final de mês" se abateria do auxílio. Cerca de duas horas depois, distribuiu comunicado à imprensa informando ter protocolado ofício na Câmara renunciando ao benefício.

O imóvel em que o deputado afirmou morar em Brasília é um apartamento de 44,96 m² de área privativa no Setor Hotelário Norte, em Brasília, a menos de dez minutos de carro do Congresso. A área total no registro é de 72,30 m².

O imóvel tem valor declarado de R\$ 400 mil e está no nome de Rosemaria Eitelwein Bueno, com quem o parlamentar é casado. Há ainda uma vaga de garagem, registrada pelo valor de R\$ 60 mil.

O apartamento foi adquirido em setembro de 2015 e não constava na declaração de bens à Justiça Eleitoral feita pelo então candidato. Na declaração de 2014, consta um imóvel no Complexo Ilhas do Lago, em área nobre de Brasília, no valor

de R\$ 980 mil – que Bueno diz ter vendido. Em setembro do ano passado, o próprio relator havia declarado à reportagem que não tinha a pressão de categorias do funcionalismo que deixam manter vantagens de foro e limites salariais. "Onde houver privilégio e abusos, vamos enfrentar", disse à época.

Os auxílios têm sido usados pelos órgãos públicos para turbinar a remuneração dos servidores fora da alçada do teto remuneratório, que limita os

vencimentos mensais ao salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje de R\$ 33,7 mil. (Estado Conteúdo)

Ligue e assine

2102-7200

A TRIBUNA

Porto de Santos registra maior lucro em exportações

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS – IBAMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama convida a população a participar da audiência pública para Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoramento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3, da Petrobras, que será realizada no dia 6 de março de 2018, às 18h, no Teatro do Sindicato dos Petroleiros – Sindipetro, Av. Conselheiro Nébias, 248 – Santos / SP.

Haverá transporte gratuito, com retorno após o evento. Para mais informações, ligue 0800 77 00 112.

QUER UMA MOTO MAIS POSSANTE?

Motor

Quer uma moto mais potente? Então escolha a moto mais potente do Brasil.

TODA QUARTA NO JORNAL A TRIBUNA

ANEXO VI – LAYOUT DOS CONVITES E MAILING DO ENVIO POR CORREIO

Layout dos convites


**O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -
convida para a**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA da Atividade de Produção e
Escoamento de Petróleo e Gás natural no Pólo Pré-sal da
Bacia de Santos - Etapa 3, do empreendedor Petrobras.**

Data: 06 de março de 2018
Horário: 18h
Local: Teatro Sindipetro
Av. Conselheiro Nébias, 248 - Paquetá, Santos

**Transporte gratuito. Informações: 0800 77 00112 ou comunica.uobs@petrobras.com.br
www.comunicabaciadesantos.com.br**

Mailing específico para esta audiência.

Cidade	Destinatário	Órgão / Entidade	Endereço
Guarujá	Valeria Raquel de Araujo	Instituto Greomar	Rua Avedis Simonian, 654 - Bairro Guaiuba - Guarujá/SP. CEP: 11.421-060
Itanhaem	Ruy Santos	Secretário de Planejamento e Meio Ambiente	Av. Washington Luiz, 75 – Bloco 2 – Sala 12, 2º andar – Centro
	Marco Aurélio Gomes dos Santos	Prefeito Municipal	Avenida Washington Luiz, 071 - Centro - Itanhaém - 11740-001
	Rodrigo Dias	Presidente da Câmara Municipal de Itanhaém	Rua João Mariano Ferreira, 229 Itanhaém, SP - CEP: 11740-000
	Cristiano Vieira Gonçalves Hutter	Coordenação Regional Litoral Sudeste - Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Avenida Condessa de Vimieiros, 700 - Centro - Itanhaem/SP CEP: 11.740-000
	Ademilson Mendes "Baiano"	Colônia de Pescadores Z-13 - "José de Anchieta"	Rua Cesário Bastos, 04 - 11740-000
	Kátia Akemi Unten	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (Setor Pesqueiro)	Avenida Washington Luiz, 65 - Bl 3 sl 60 - Centro - Itanhaém - 11740-000
		MAE USP - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo	Rua Urcezino Ferreira, 646 - Baixio - Itanhaém - 11740-000
	Carmelino Marques da Conceição - Sr.	Observatório Oceanográfico	Rua José Izídio da Silva, 24 - Jd. Mosteiro - Itanhaém

	Marques		
		Marina Água na Boca	Rua Augusto de Lima, 860 - Itanhaém - 11740-000
	Edison e Marcos	Marina Daipré	Rua Urcezino Ferreira, 448 - Baixio - Itanhaém - 11740-000
		Marina Dona Rosa	Rua Sebastião das Dores, 114 - Praia dos Sonhos - Itanhaém - 11740-000
	Marcelo	Marina Jet Club Porta do Sol	Rua Urcezino Ferreira, 646 - Baixio - Itanhaém - 11740-000
	Cecília/Sérgio	Marina Maitá	Rua Urcezino Ferreira, 755 - Baixio - Itanhaém - 11740-000
		Estaleiro do Lutz	Washington Luís, N 73, bloco 3, segundo andar sala 62 - Centro - Itanhaém - 11740-000
	Lúcia Guaraldo	Estação Ecológica Tupiniquins	Rua Dom Sebastião Leme, 135 - Vl. Ivoty - Itanhaém - 11740-000
	Luiz Mauricio Passos de Carvalho Pereira	Comite da Bacia Hidrografica da Baixada Santista (CBH-BS)	Rua Urcezino Ferreira, 294 - Baixio - Itanhaem/SP CEP: 11.740-000
Praia Grande	Sonia Pacheco Bertozzi	Projeto Biopesca	Rua Carlos Eduardo Conte Castro, 93 - Canto do Forte - Praia Grande/SP CEP: 11.700-570
Santos	Prefeito Paulo Alexandre Barbosa	Prefeitura Municipal de Santos	Praça Visc. de Mauá, s/n - Centro, Santos - SP, 11010-900
	Adilson dos Santos Júnior	Presidente da Câmara Municipal de Santos	Praça Tenente Mauro Baptista de Miranda, 1 - Vila Nova - Santos/SP CEP: 11013-360
	Marcos Liborio	Prefeitura Municipal de Santos Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Praca dos Expedicionarios, 10 - 5º andar - Gonzaga - Santos/SP. CEP: 11065-922
	Dr. Felipe Jow Namba	Procuradoria da Republica em Santos - Ministerio Publico Federal	Avenida Washington Luis, 452 - Gonzaga - Santos/SP. CEP: 11.055-000
	Flávia Maria Gonçalves	GAEMA/BS (Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente/ Núcleo Baixada Santista) - Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo	vA. Conselheiro Nébias, nº 756 – 5º andar - Conjunto 505, CEP: 11013-300 – Santos, SP.
	Dra. Nelisa Olivetti de França Neri de Almeida	GAEMA/BS (Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente/ Núcleo Baixada Santista) - Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo	Av. Conselheiro Nébias, nº 756 – 5º andar - Conjunto 505, CEP: 11013-300 – Santos, SP.
	Almachia Zwarg Acerbi	GAEMA/BS (Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente/ Núcleo Baixada Santista) - Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo	Av. Conselheiro Nébias, nº 756 – 5º andar - Conjunto 505, CEP: 11013-300 – Santos, SP.
		Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista - SINDIPETRO-LP	Av. Conselheiro Nebias, 248 - Vila Mathias - Santos/SP CEP: 11.015-901
	CMG Alberto Jose Pinheiro de Carvalho	Capitania dos Portos de Sao Paulo - Marinha do Brasil	Cais da Marinha, s/n - Porto de Santos - Macuco - Santos CEP.: 11015-911

Antonio Olinto Avila da Silva	Instituto de Pesca - Agencia Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento - Governo do Estado de Sao Paulo	Avenida Bartolomeu de Gusmao, 192 - Ponta da Praia - Santos/SP CEP: 11.030-906
Fabia de Oliveira Luna	Centro Nacional de Pesquisa e Conservacao de Mamiferos Aquaticos (CMA)	Rua Alexandre Herculano, 197 / 1709 - Edificio Vistamar Premium Offices - Gonzaga - Santos/SP CEP: 11.050-031
	Fisheries and Food Institute	Rua Oswaldo Cruz, 277 - ECOMAR-UNISANTA Santos/SP - CEP: 11045-907
Tatiana Neves	Instituto Albatroz – IA	Rua Marechal Hermes, 35 - Boqueirão Santos/SP - CEP: 11.025-040
	Sindicato da Indústria da Pesca no Estado de São Paulo – SIPEP	Rua Otávio Corrêa, 115 - Estuário Santos/SP - CEP: 11.025-230
	Sindicato de Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo	Rua Vereador Henrique Soler, 282 - Ponta da Praia Santos/SP - CEP: 11.030-010
	Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo – SAPIESP	Rua Dr. Egídio Martins, 229 altos - Ponta da Praia Santos/SP - CEP: 11.030-161
	Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo - FEPEP	Av. Dino Bueno, 114 - Ponta da Praia Santos/SP - CEP: 11.030-350
Ana Patrícia Arantes	Associação Tuim Proteção e Educação Ambiental	Rua Jurubatuba, 20 – porta 02/106 - Aparecida Santos/SP - CEP: 11.035-100
Paulo Lazlo Magassy "Alemão"	Associação dos Pescadores Artesanais do Canal de Santos, Caruara e Bertioiga do Estado de São Paulo	R. Maranhão, 102 - Pompeia- Santos
	Associação Oceano Brasil	Avenida Vicente de Carvalho , 46 - Santos
	Associação Tuim - Proteção e Educação Ambiental	Rua Delfim Moreira, 35 - Embaré - Santos
Tércio Garcia	CBH - Comitê das Bacias Hidrográficas da Baixada Santista	Rua Assis Corrêa, 20 - Gonzaga - Santos
Paulo Sérgio Fonseca	CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo Agência Ambiental de Santos	Rua Delfim Moreira, 56 - Embaré - Santos - 11040-100
	Clube de Pesca de Santos	Avenida Almirante Saldanha da Gama, 95 - Ponta da Praia - Santos - 11030-400
Kleber B. Baraldo	CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo	Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, s/n - Macuco - Santos
Márcia Trindade Jovito	CODESP - Companhia Docas do Estado de	Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, s/n - Macuco - Santos

		São Paulo	
	Luis Antonio Nogueira Junior	CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo	Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, s/n - Macuco - Santos
	Antonio Aparecido Guirle	Comunidade Caruara	Rua Tupi, 258 - Caruara - Santos
	Francisco Balbino da Silva	Comunidade Monte Cabrão	Rua Principal, 35 - Monte Cabrão - Santos
	Sandra Pellegrini	IBAMA	Av. Cel. Joaquim Montenegro, 0297 - Ponta da Praia - Santos - 11035-001
	Geraldo Frederico Rocha Motta	IBAMA	Av. Cel. Joaquim Montenegro, 0297 - Ponta da Praia - Santos - 11035-001
	Bete	ICS - Iate Clube de Santos	Rua Funchal, 1140 - Vila Funchal - Guarujá
	Luiz Carlos Palmeira	ICS - Iate Clube de Santos	Rua Funchal, 1140 - Vila Funchal - Guarujá
	Fabio	Instituto Florestal do Estado de São Paulo	Avenida Bartolomeu de Gusmão, 097 - apto 134 B - Aparecida - Santos - 11045-401
	Fabricio Gandini Caldeira	Instituto Maramar	Travessa Léia, 93 apto 13 - aparecida - Santos - 11030-000
	José Ciaglia	SAPESP - Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo	Rua Doutor Emílio Ribas, 0229 - Altos - Santos - 11015-070
	Maria Elizabeth Domingues Cechin	Secretaria da Economia e Planejamento	Avenida Doutor Epitácio Pessoa, 415 - aparecida - Santos - 11030-601
		SOS Mata Atlântica - Santos	Rua Augusto Severo, 7 - 14º andar - Santos
	Otto Bismarck Fazzano Gadig	UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Praça Infante Dom Henrique, s/n - Pq Bitarú - São Vicente - 11330-900
	Denis Moledo de Souza Abessa	UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Praça Infante Dom Henrique, s/n - Pq Bitarú - São Vicente - 11330-901
	Diana Gurgel Cavalcante	Escritório Regional do Ministério da Pesca e Aquicultura	Avenida Bartolomeu de Gusmão, 194 - Pta da praia - Santos - 11030-500
	Jorge Machado da Silva	Sindicato dos Pescadores e Trabalhadores	Avenida Rei Alberto, 450 - Pta da Praia - Santos - 11030-380
	Valéria Valadão.	Agência Nacional de Desenvolvimento Eco-Social - Andes	Rua Teixeira de Freitas, 153 - Campo Grande Santos/SP - CEP: 11075-721
	Ozires Silva	Unimonte	Rua Comendador Martins, 52 Santos/SP – SP CEP: 11015-530
	Marcos Medina Leite	Universidade Católica de Santos - Unisantos	Av. Conselheiro Nébias, 300 - Vila Matias, Santos/ SP. CEP: 11015-002
	Sílvia Ângela Teixeira Penteado	Universidade Santa Cecília - Unisanta	Rua Osvaldo Cruz, 277 - Boqueirão, Santos/ SP CEP: 11045-907.
		AGEM - Agência Metropolitana da Baixada Santista	Rua Joaquim Távora, Vila Mathias - Santos - 11075-300
		Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	Unidade administrativa - Av. Ana Costa, 95 - Vila Belmiro - Santos/SP CEP: 11060-000
Cananéia	Gabriel dos Santos Oliveira Rosa	Prefeitura Municipal	Avenida Independência, 374, Rocio, Cananéia/SP, CEP: 11990-000
	DOUGLAS GODOY DA	Presidente da Câmara	Pero Lobo, 41

SILVA	Municipal de Cananéia	Centro - Cx. Postal CEP 11990-000 - Cananéia -SP
Erick Wiily Weissenberg Batista	Diretor Departamento Municipal de Meio Ambiente	Rua Frederico Trudes da Veiga, nº336 – Rocio/ Cananéia
Edson Sassamoto	Diretor Departamento Municipal de Agricultura e Pesca	Rua Frederico Trudes da Veigas, nº 336 – Rocio/ Cananéia
	Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo Base de Pesquisas	Rua Prof. Besnard, 193, Cananéia/ SP – CEP: 11990-000
	AMOANCA - Associação de Monitores Ambientais Cananéia	Av. Independência Retiro das Caravelas
Sérgio L. Lopes / Ilzo e Adriano	AMOIP - Comunidade do Itacuruça e Pereirinha	Rua Vladimir Besnard
Letícia Quito	APA Marinha do Litoral Sul	Rua Vladimir Besnard
Letícia Quito	ARIE do Guará	Rua Vladimir Besnard
	ASA - Associação Socioambiental "Comunidade Ativa"	Av.Independência, 885 sala 2
Luiz Carlos dos Reis	Associação Comercial e Empresarial (ACEC)	Rua Frederico Trudes da Veiga 360
André Pires	Associação de Moradores do bairro Acaraú	Rua João de Oliveira Rosa Junior, 111
Maria Santana Ricardo de Godoi	Associação de Moradores do bairro Carijó	Rua Apolinário de Araújo 138
	Associação de Moradores do bairro do Morro São João	Rua Clodocil José de Lima, 45 - Morro São João
	Associação de Moradores do bairro Retiro das Caravelas	Av. Luis Wilson Barbosa, 573
	CEAGESP Cananéia	Rua Dom João III, 99
	Centro Nautico de Cananéia	Av.Beira Mar, s/n
	Colônia Z9 de Pescadores Apolinário de Araújo	Rua Apolinário de Araújo, 85 - Cananéia
José Paulo Santiago	Conselho de municipal de assistência social da Prefeitura de Cananéia	Rua Dr. Paulo de Almeida Gomes 106
Mario Jose Nunes	Conselho municipal de Meio Ambiente de Cananéia (CONDEMA)	Rua Paulo Porphirio Paiva, s/n
Agnaldo Coutinho	Cooperativa dos produtores de ostra de Cananéia (COOPEROSTRA)	Av. Prof. José Herculano de Oliveira Rosa, s/n
	Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN) Cananéia	Rua Dom João III, 99
Rodrigo Henriques de Araújo	Departamento jurídico da Prefeitura de Cananéia	Avenida Beira Mar, 287
Edison Rodrigues do Nascimento	Estação Ecológica dos Chauás	Av.Prof. Wladimir Besnard , s/n

Jaques	Fazenda Jacostrá	Sítio Ponta do Torrado, s/n
	Fundação Florestal (Núcleo Integrador Cananéia)	Av. Prof. Wladimir Besnard, s/n
Jocemar ou Edison Barbieri	Instituto de Pesca Regional Litoral Sul	Av. Prof. Wladimir Besnard, s/n
Lisa V. de Oliveira	Instituto de Pesquisas Cananéia (IPEC)	Rua Tristão Lobo, 199
Daniela Ferro de Godoy	Instituto de Pesquisas Cananéia (IPEC)	Rua Tristão Lobo, 199
Emygdio L.A. Monteiro Filho	Instituto de Pesquisas Cananéia (IPEC)	Rua Tristão Lobo, 199
Clayton Pontes Vieira	Instituto Oceanográfico da USP - Base de Cananéia	Av. Prof. Wladimir Besnard 193
Edson Rodrigues	Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC)	Av. Prof. Wladimir Besnard, s/n
Mário José Nunes de Souza	Parque Estadual do Lagamar	Rua Vladimir Besnard, s/n
Laerte	Pastoral de Pesca de Cananéia (Paróquia São João Batista)	Pça. Martim Afonso de Souza, s/n
Leandro Queiroz	Polícia Ambiental de Cananéia	Rua Apolinário de Araújo
José Firmino Marques	REDE - Associação Rede Cananéia	Rua Antonio Colasso de Souza 120
Osmar Gomes	RESEX Taquari / RESEX Ilha do Tumba / RDS de Itapanhapima	Rua Vladimir Besnard s/n
Jocélio Costa	Associação dos Amigos do Terminal Pesqueiro de Cananéia	Rua Dom João III, 99
Ismael Coelho	Miami Comércio e Exportação de Pescados Ltda	Rua Thales Bernardes 130
Paulo Hanae	Terminal Público de Cananéia (CEAGESP)	Rua Dom João III, 99
Francisco Sales Coutinho	Associação da Reserva Extrativista da Comunidade do Quilombo do Mandira	Estrada do Ariri, Km 11

Mailing regional do Estado SP (para as audiências realizadas neste estado).

Mauricio Brusadin	Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Sao Paulo Governo do Estado de Sao Paulo	Av. Professor Frederico Hermann Jr., nº 345 - Alto dos Pinheiros - Sao Paulo/SP. CEP: 05489-900
Geraldo do Amaral Filho	Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental Companhia Ambiental do Estado de Sao Paulo- CETESB	Av. Professor Frederico Hermann Jr., nº 345 - Alto dos Pinheiros - Sao Paulo/SP. CEP: 05459-900

	Renato Cymbalista	Instituto Pólis	Rua Araujo, 124 - Centro - Sao Paulo/SP. CEP: 01220-020
	Ana Cristina Pasini da Costa	Diretoria de Avaliacao de Impacto Ambiental Companhia Ambiental do Estado de Sao Paulo- CETESB	Av. Professor Frederico Hermann Jr., nº 345 - Alto dos Pinheiros - Sao Paulo/SP. CEP: 05459-900
	Dra. Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva	Instituto Oceanografico da Universidade de Sao Paulo (IO-USP)	Praca do Oceanografico, 191 - Cidade Universitaria - Sao Paulo/SP CEP:05508-120
	Dra. Sueli Angelo Furlan	Nucleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas em Areas Umidas Brasileiras da Universidade de Sao Paulo (NUPAUB/USP)	Rua do Anfiteatro, 181 - Colmeia - Favo 6 - Cidade Universitaria - Sao Paulo/SP CEP: 05508-060
		Instituto Planeta Azul – IPA	Rua Camberra, 233 - Vila Formosa São Paulo - SP - CEP: 03357-010.
		Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IARBMA	Rua do Horto, 931 – Horto Florestal São Paulo/SP - CEP: 02377-000
		Conselho Nacional de Defesa Ambiental – CNDA	Rua Dr. Renato Paes de Barros, 512, cj 131 - Itaim Bibi São Paulo/SP - CEP: 04530-000
		Associação Brasileira de Organizações não Governamentais – ABONG	Rua General Jardim, 660 – Cj. 81 CEP: 01223-010
		Fundação SOS Mata Atlântica	Av. Paulista, 2073 – 24º andar - Bela Vista São Paulo/SP - CEP: 01311-300
		Greenpeace Brasil	Rua Fradique Coutinho, 352, - Pinheiros São Paulo/SP - CEP 05416-000
	Carlos Alberto Hailer Bocuhi	Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental – PROAM	Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811 - 1º andar – conj. 127/28 Jardim Paulista – São Paulo/SP - CEP: 01452-913
		Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEMA	Rua Ferreira de Araújo, 202 – 10º andar Pinheiros – São Paulo/SP - CEP: 05428-000
		Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP	Av. Paulista, 1313, São Paulo/SP CEP: 01311-923
		Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo - Adema-SP	Rua Pedroso Alvarenga, 1245 5º Andar - Itaim Bibi - São Paulo/SP CEP: 04531-012
		Instituto Socioambiental – ISA	Av. Higienópolis, 901 CEP: 01238-001
Vargem Grande Paulista		INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS	Rua Avelino Soares Rodrigues, nº90, sala 03. Vargem Grande Paulista - SP. CEP 06730-000.

Mailing nacional (para todas as audiências).

ES	Vitória	Joao Carlos Alciati Thome	Centro Nacional de Pesquisa e Conservacao das Tartarugas Marinhas (TAMAR) Instituto Chico Mendes de Conservacao da Biodiversidade	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 451 / 1601 - Ed. Petro Tower - Enseada do Sua - Vitória/ES CEP: 29.050-335
DF	Brasília	Rodrigo Paranhos Faleiro	Diretoria de Promocao ao Desenvolvimento Sustentavel - Fundacao Nacional do Indio - FUNAI	SBS - Quadra 02 - Lote 14 - Ed. Cleto Meireles - Brasilia/DF CEP 70.070-120 / Endereco REENVIO: Edifício Parque Cidade Corporate, setor comercial sul, quadra 9, bloco B, lote C. CEP: 70307-902
		Dr. Nivio de Freitas Silva Filho	Coordenador da 4a Camara de Coordenacao e Revisao - Meio Ambiente e Patrimonio Cultural - Procuradoria-Geral da Republica - Ministerio Publico Federal	SAF Sul Quadra 4 Conjunto C - Brasilia/DF. CEP 70.050-900
		Dr. Luciano Mariz Maia	Coordenador da 6a Camara de Coordenacao e Revisao - Populacoes Indigenas e Comunidades - Tradicionais - Procuradoria-Geral da Republica - Ministerio Publico Federal	SAF Sul, Q. 04, Conjunto C, Bl. A, Cobertura C2 - Brasilia/DF. CEP 70.050-900
			Associação Nacional dos Municípios Produtores – ANAMUP	SAS – Setor de Autarquias Sul, Quadra 05 Lote 5ª – Bloco F – Térreo – Brasília/DF CEP: 70.070-910
		Carolina Conceição Nascimento	Departamento de Protecao ao Patrimonio Afro-Brasileiro - Fundacao Cultural Palmares	Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 02, Bloco C, nº 256 - Ed. Toufic - Brasilia/DF CEP 70.302-000
PB	Cabedelo	Priscilla Prudente do Amaral	Centro Nacional de Pesquisa e Conservacao de Aves Silvestres (CEMAVE) Instituto Chico Mendes de Conservacao da Biodiversidade	BR 230, KM 10 - Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo - Renascer - Cabedelo/PB CEP: 58.108-012
MA	São Luís	Louiziane Souza Soeiro Gabrielle	Centro Nacional de Pesquisa e Conservacao da S6cio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) - Instituto Chico Mendes de Conservacao da Biodiversidade	Avenida Beira Mar, 111 - Centro - Sao Luis/MA CEP: 65.010-070

ANEXO VII – MAILING DE ENVIO DO CONVITE DIGITAL

PLANEJAMENTOEMEIOAMBIENTE@ITANHAEM.SP.GOV.BR

PREFEITO@ITANHAEM.SP.GOV.BR

ALCIONE@VIVAMAR.ORG.BR

COMITEBS@AMBIENTE.SP.GOV.BR

BAIANOPESCADOR@HOTMAIL.COM

LUIZBERINGUI@HOTMAIL.COM

WILLIAM.SCARRILLO@ITANHAEM.SP.GOV.BR

KATINHAUN@HOTMAIL.COM

JOAOMALAVOLTA@GMAIL.COM

LUIZ.NETTO@ICMBIO.GOV.BR

FALADIRETORA@HOTMAIL.COM

ECOFAXINA@GMAIL.COM

ITAMARZWARG@HOTMAIL.COM

MARINADEPAULAMAITA@UOL.COM.BR

ENRIQUEMIEZA@GMAIL.COM

NAUTICOITANHAEM@UOL.COM.BR

ITANHAEMIAE@UOL.COM.BR

FANATICO.PESCA@HOTMAIL.COM

MARINA.MORENA@TERRA.COM.BR

WILLIAM.SCARRILLO@ITANHAEM.SP.GOV.BR

MAMBIENTE@ITANHAEM.SP.GOV.BR

TURISMO@ITANHAÉM.SP.GOV.BR

LUCIA.GUARALDO@ICMBIOSP.GOV.BR

PESM.CURUCUTU@FFLORESTAL.SP.GOV.BR

QUEIMADASUB@QUEIMADASUB.COM.BR

TNEVES@PROJETOALBATROZ.ORG.BR

TUIMAMBIENTAL@YAHOO.COM.BR

AGNPERICIAS@SUPERIG.COM.BR

DANIEL_CAPELL@YAHOO.COM.BR

PAULOMAGASSY@GMAIL.COM

ORIONSUB@UOL.COM.BR

TUIMAMBIENTAL@YAHOO.COM.BR

LAISASSIS@YAHOO.COM.BR

RODRIGUES.NEWTON@GMAIL.COM

TONI-DAM@SANTOS.SP.GOV.BR

SANTOS@CETESBNET.SP.GOV.BR

PFONSECA@SP.GOV.BR

ILHADASPALMAS@GMAIL.COM

KLEBER.BARALDO@PORTODESANTOS.COM.BR

MARCIAJOVITO@YAHOO.COM.BR

LANOGUEIRAJR@PORTODESANTOS.COM.BR

COLONIA.PESCADORES@TERRA.COM.BR
SANDRA.PELLEGRINI@IBAMA.GOV.BR
GERALDO.MOTTA@IBAMA.GOV.BR
LUIZ@ITAFISH.COM.BR
ALVES@ICSANTOS.COM.BR
PALMEIRA@ICSANTOS.COM.BR
PRYRESAFFE@HOTMAIL.COM
FABIODIB@CAAOPY.ORG.BR
STUTUI@PESCA.SP.GOV.BR
ROBGRALOPES@UOL.COM.BR
F-OLMOS@UOL.COM.BR
FABRICIO@INSTITUTOMARAMAR.ORG.BR
FRANCINE.SALGADO@MPA.GOV.BR
JRCAE@IG.COM.BR
SEDUC@SANTOS.SP.GOV.BR
RICARDOITAMO@TERRA.COM.BR
FPEPPES@PROJETOALBATROZ.ORG.BR
SAPESP@IRON.COM.BR
RICARDO@COOPESMAR.COM.BR
MCECHIN@PLANEJAMENTO.SP.GOV.BR
ANALUIZA@AMBIENTE.SP.GOV.BR
COSTA.APOIO@SOSMA.ORG.BR
GADIG@CLP.UNESP.BR
DMABESSA@CSV.UNESP.BR
MARCELO.CAIXETA@YAHOO.COM.BR
DIANA.GURGEL@MPA.GOV.BR
SINDPESCADORES@HOTMAIL.COM
CONTATO@ANDESBRASIL.ORG.BR
REITORIA@UNIMONTE.BR
RODRIGO.ZAUBERAS@UNIMONTE.BR
REITOR@UNISANTOS.BR
COORD.BIO@UNISANTOS.BR
FRANCINI@UNISANTOS.BR
MARIO.SILVA@UNISANTOS.BR
MIRAGAIA@UNISANTA.BR
COORD.BIOLOGIA@UNISANTA.BR
ZMELLO@UNISANTA.BR
FALECONOSCO@AGEM.SP.GOV.BR
GABINETE@CANANEIA.SP.GOV.BR
MEIOAMBIENTE@CANANEIA.SP.GOV.BR
AGRICULTURA@CANANEIA.SP.GOV.BR
GRUPORESGATE_IPEC@YAHOO.COM.BR
KAMONTEIRO@UOL.COM.BR
CRUZEIROS_CIENTIFICOS@YAHOO.COM.BR
RFUSCO79@YAHOO.COM.BR
AMOAMCA2001@YAHOO.COM.BR
PEREQUERECGOLFINHO@HOTMAIL.COM

APAMARINHALS@FFLORESTAL.SP.GOV.BR
APAMARINHALSSP@GMAIL.COM
APAMARINHALS@FFLORESTAL.SP.GOV.BR
ACCANANEIA@YAHOO.COM.BR
NAUTICOCANANEIA@TERRA.COM.BR
COLONIAZ9@YAHOO.COM.BR
MEIOAMBIENTE@CANANEIA.SP.GOV.BR
COMTURCANANEIA@GMAIL.COM
NEIMANDIRA@YAHOO.COM.BR
PROCJURIDICA@CANANEIA.SP.GOV.BR
PESCACAN@PESCACANANEIA.COM.BR
HOFFNIO@HOTMAIL.COM
IPSULCANANEIA@PESCA.SP.GOV.BR
DANYFGODOY@YAHOO.COM.BR
IPEC PESQUISAS@GMAIL.COM
BASECAN@USP.BR
APREY@BOL.COM.BR
PE.ILHACARDOSO@FFLORESTAL.SP.GOV.BR
MARCIA.PAR@HOTMAIL.COM
PE.LAGAMARCANANEIA@FFLORESTAL.SP.GOV.BR
PE.LAGAMARCANANEIA@GMAIL.COM
MARIOPARARE@YAHOO.COM
PSJBCANANEIA@IG.COM.BR
3BPAMB2CIA4PEL@POLICIAMILITAR.SP.GOV.BR
REDECANANEIA@YAHOO.COM.BR JULIANAGRECO@GMAIL.COM
OSMAR_PONTES@HOTMAIL.COM
MIAMIPESCADORES@UOL.COM.BR
ELIZETPIGA@HOTMAIL.COM
MIAMIPESCADOS@UOL.COM.BR
PAULOHANAE@GMAIL.COM

ANEXO VIII – CONTATOS POR WHATSAPP

DESTINATÁRIO	TEL	REPRESENTAÇÃO
IBSON	13-99711-9791 13-98189-2658	PRESIDENTE DA COLÔNIA PESCA DE CANANÉIA
VAGNER	13-98216-4936	PRESIDENTE DA COLÔNIA PESCA DE CANANÉIA
LETÍCIA QUITO	11-99753-0069	GESTORA APAMLS
JULIA ALVES COSTA	13 98186-4331	APA MARINHA LITORAL CENTRO
INGRID	13 99744-6160	IBAMA
SOLANGE	13 99210-1207	IBAMA
FABIA LUNA	13 99210-1207	IBAMA
MARIA DE CARVALHO	11 98157-2020	APA MARINHA LITORAL CENTRO
RAFAEL MONTEIRO	13 99105-6177	ALBATROZ
REBECA PIRES	13 98125-2013	IPEC
RODRIGO DEL RIO DO VALE	11 98265-4080	BIOPESCA
NATHAN	11 99591-5442	MANTAS DO BRASIL
CYNTIA RANIERI	13 98161-6611	ALBATROZ

ANEXO IX – CLIPPING DE MÍDIA ESPONTÂNEA



ANEXO X – QUESTIONAMENTOS E RESPOSTAS DA CENTRAL DE ATENDIMENTO

Nome	Central de atendimento	N. de protocolo	Demanda	Resposta	RG	Local
ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS SILVA	0800	sem protocolo	Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras pelo telefone. A pessoa estava interessada em saber sobre vagas de emprego. Foi informado que se tratava de uma audiência pública para apresentar os empreendimentos e seus impactos ambientais. De qualquer forma, ela pediu para se inscrever no transporte.	48411412-8	Cananeia
VANESSA DOS SANTOS	E-MAIL	sem protocolo	Solicitação de inscrição para AP Santos - transporte (moradora do Guarujá/SP)	Retorno da Petrobras pelo telefone. Não conseguimos contato em 28.01		Guarujá
VANDERLEI COSTA	0800	23305287	Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras pelo telefone. Informado o roteiro transporte Cananeia	7375522	Cananeia

ANEXO XI – ROTEIROS DOS ÔNIBUS

Município	Rota	Tipo de equipamento	Ponto	horário	Ponto de Partida
Santos	Santos 1 Caruara + Monte Cabrão	Micro Ônibus	1	16:00	Rotatória Andrade Soares - em frente a Subprefeitura de Caruara
			2	16:30	Policlínica Monte Cabrão - Rua Principal, s/nº
	Santos 2 Barca Ilha Diana	Van	1	16:30	em frente ao desembarque da barca (atrás da alfândega)
Itanhaém	Itanhaém	ônibus padrão	1	16:00	Avenida Padre Anchieta em frente ao Quiosque da tia Lena
			2	16:20	Avenida Rui Barbosa, esquina com Rua Cesario Bastos (feira do Artesanato)
Cananéia	Cananéia	Van	1	14h30	Prefeitura de Cananeia - Avenida Independência, 374, Rocio, Cananéia/SP

No dia da audiência serão anexados a seguir as listas dos passageiros de cada ônibus.

ANEXO XII – FOTO DO TREINAMENTO DE MOBILIZADORES

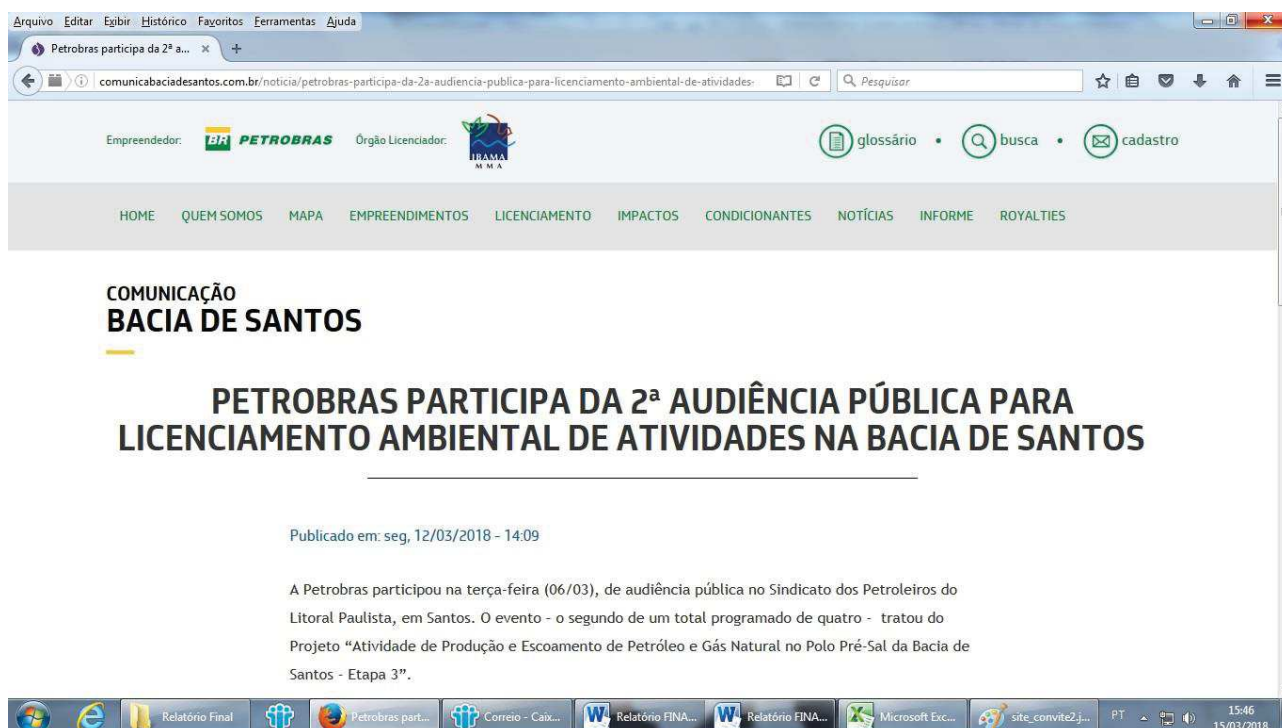


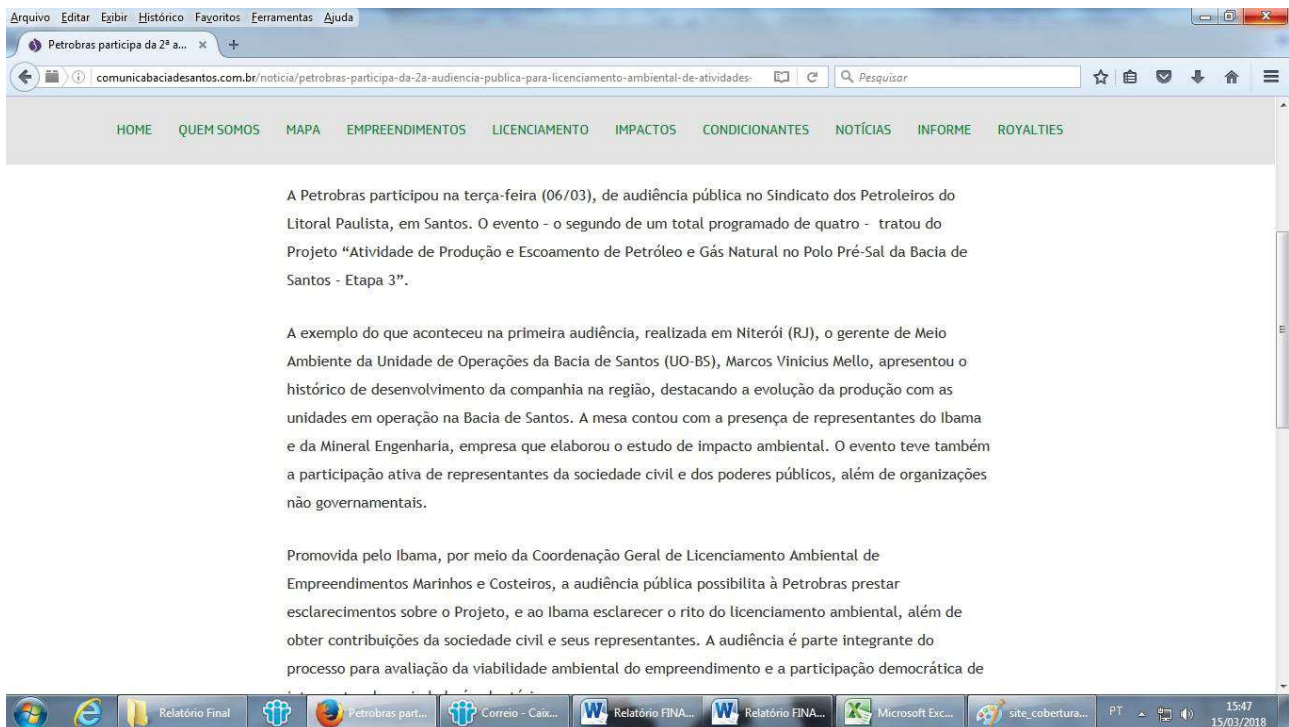
ANEXO II – SITE COMUNICABACIADESANTOS.COM.BR

Convite publicado no site.



Cobertura publicada no site.

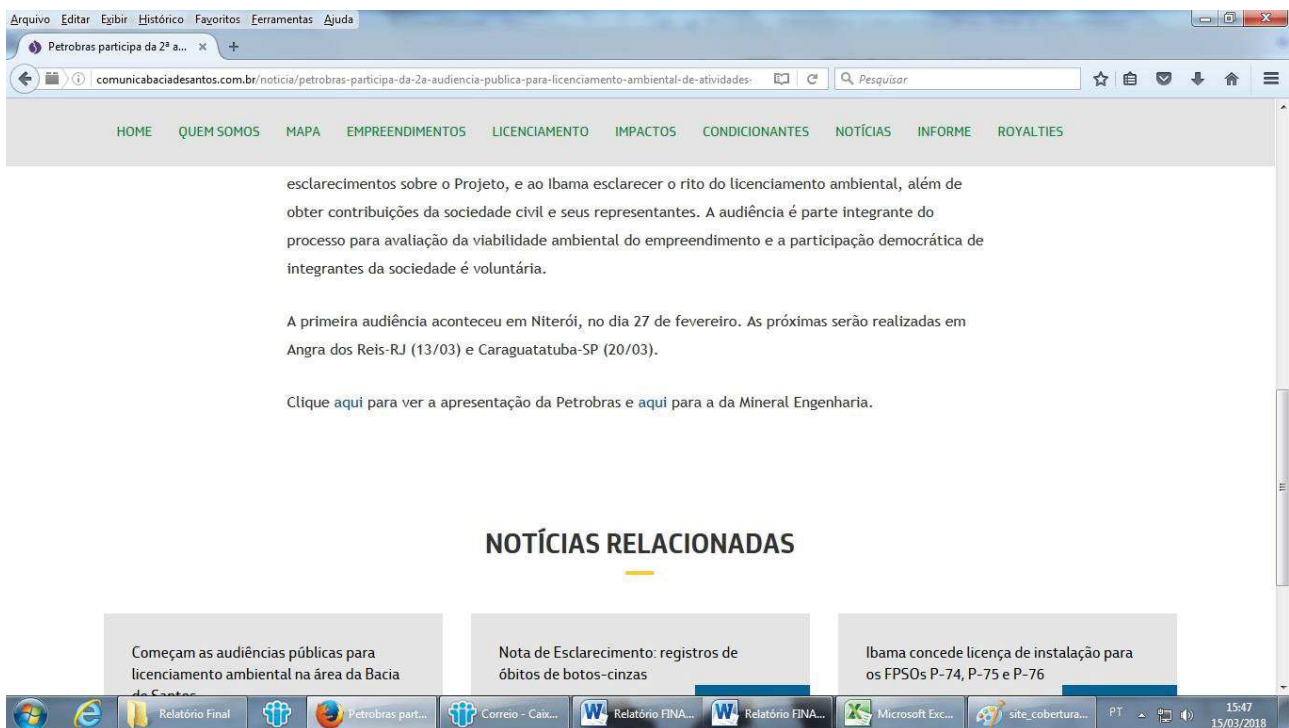




A Petrobras participou na terça-feira (06/03), de audiência pública no Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, em Santos. O evento - o segundo de um total programado de quatro - tratou do Projeto "Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3".

A exemplo do que aconteceu na primeira audiência, realizada em Niterói (RJ), o gerente de Meio Ambiente da Unidade de Operações da Bacia de Santos (UO-B5), Marcos Vinicius Mello, apresentou o histórico de desenvolvimento da companhia na região, destacando a evolução da produção com as unidades em operação na Bacia de Santos. A mesa contou com a presença de representantes do Ibama e da Mineral Engenharia, empresa que elaborou o estudo de impacto ambiental. O evento teve também a participação ativa de representantes da sociedade civil e dos poderes públicos, além de organizações não governamentais.

Promovida pelo Ibama, por meio da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros, a audiência pública possibilita à Petrobras prestar esclarecimentos sobre o Projeto, e ao Ibama esclarecer o rito do licenciamento ambiental, além de obter contribuições da sociedade civil e seus representantes. A audiência é parte integrante do processo para avaliação da viabilidade ambiental do empreendimento e a participação democrática de



esclarecimentos sobre o Projeto, e ao Ibama esclarecer o rito do licenciamento ambiental, além de obter contribuições da sociedade civil e seus representantes. A audiência é parte integrante do processo para avaliação da viabilidade ambiental do empreendimento e a participação democrática de integrantes da sociedade é voluntária.

A primeira audiência aconteceu em Niterói, no dia 27 de fevereiro. As próximas serão realizadas em Angra dos Reis-RJ (13/03) e Caraguatatuba-SP (20/03).

[Clique aqui](#) para ver a apresentação da Petrobras e [aqui](#) para a da Mineral Engenharia.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Começam as audiências públicas para licenciamento ambiental na área da Bacia de Santos	Nota de Esclarecimento: registros de óbitos de botos-cinzas	Ibama concede licença de instalação para os FPSOs P-74, P-75 e P-76
--	---	---

ANEXO III – QUESTIONAMENTOS E RESPOSTAS DA CENTRAL DE ATENDIMENTO

Inscrições AP Santos - CENTRAL DE ATENDIMENTO (total)

Nome	Central de atendimento	N. de protocolo	Demanda	Resposta	RG	Local
ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS SILVA	0800	23307384	Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras pelo telefone. A pessoa estava interessada em saber sobre vagas de emprego. Foi informado que se tratava de uma audiência pública para apresentar os empreendimentos e seus impactos ambientais. De qualquer forma, ela pediu para se inscrever no transporte.	48411412-8	Cananeia
VANESSA DOS SANTOS	E-MAIL	sem protocolo	Solicitação de inscrição para AP Santos - transporte (moradora do Guarujá/SP)	Retorno da Petrobras pelo telefone. Não conseguimos contato em 28.01. Não conseguimos contato em 2.03	não informado	Guarujá
VANDERLEI COSTA	0800	23305287	Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras pelo telefone. Informado o roteiro transporte Cananeia	7375522	Cananeia
Luís Fernando de Castro Campanha (Fundação Florestal)	e-mail	sem protocolo	Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras por email. Informado o roteiro do transporte de Cananeia	não informado	Cananeia
Letícia Quito (Fundação Florestal)	inscrito pelo Luis Fernando		Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras por email. Informado o roteiro do transporte de Cananeia	não informado	Cananeia
Samuel Balanin (Fundação Florestal)	inscrito pelo Luis Fernando		Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras por email. Informado o roteiro do transporte de Cananeia	não informado	Cananeia
Rafael Poccia (Fundação Florestal)	inscrito pelo Luis Fernando		Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras por email. Informado o roteiro do transporte de Cananeia	não informado	Cananeia
Diana - Prefeitura de Cananeia	inscrito pelo Luis Fernando		Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras por email. Informado o roteiro do transporte de Cananeia	não informado	Cananeia
Renato - Prefeitura de Cananeia	inscrito pelo Luis Fernando		Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras por email. Informado o roteiro do transporte de Cananeia	não informado	Cananeia
Renata Balsamo Dias	e-mail	sem protocolo	Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras por email. Informado o roteiro do transporte de Cananeia	Rg 47 071 777-4	Cananeia
Juliana Coelho	inscrito pelo Luis Fernando		Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras por email. Informado o roteiro do transporte de Cananeia	não informado	Cananeia
Eng ^a Lilian Klippel	e-mail	sem protocolo	Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras por email. Informado o roteiro do transporte da AP de Santos	não informado	não informado
SÉRGIO AGOSTINHO PRINCE GLADIER	0800	sem protocolo	Solicitação de inscrição para AP Santos	Retorno da Petrobras por email. Solicitou informações de transporte saindo de Minas e Rio de Janeiro.	06567810-4	Rio de Janeiro
GEORGE ROCCO	0800	sem protocolo	Solicitação de informações para a AP Santos	Retorno da Petrobras por email.	731278-9	São Paulo

ANEXO IV – TRANSPORTE E LISTA DE PASSAGEIROS**Ônibus Santos 1 – Caruara e Monte Cabrão**

Assistente responsável: Alexandre de Almeida da Silva.

**Ônibus Santos 1 – Caruara e Monte Cabrão**

Lista de passageiros.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3
Empreendimento PETROBRAS**LISTA DE PASSAGEIROS**

Município: Santos.
Rota: Caruara/Monte Cabrão
Responsável: Alexandre de Almeida A. da Silva.

NOME	DOCUMENTO	CEL
1. <u>Solano Rodrigues G. da L.</u>	<u>123648844</u>	<u>997088552</u>
2. <u>Solano G. da L.</u>	<u>258383403</u>	<u>986258415</u>
3. <u>Augusto M. Santana</u>	<u>049.691-258-56</u>	<u>99778-7180</u>
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		

Van Santos 2 – Barca Ilha Diana

Assistente responsável: Alexandre Bogonov



Van Santos 2 – Barca Ilha Diana

Van com os lanches no local do embarque.

**Van Santos 2 – Barca Ilha Diana**

Lista de passageiros (a van chegou vazia).

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3
Empreendedor: PETROBRAS**LISTA DE PASSAGEIROS**

Município: Santos
Rota: Santos, Ol. Barca Ilha Diana
Responsável: Alexandre Bogdanov

	NOME	DOCUMENTO	CEL
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			

Assistente responsável: Augusto César de Paula



Ônibus Itanhaém

Lista de passageiros (o ônibus chegou vazio).



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3
Empreendedor: PETROBRAS

LISTA DE PASSAGEIROS

Município: Itanhaém

Rota: _____

Responsável: Augusto

NOME	DOCUMENTO	CEL
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		

Van de Cananéia

Este transporte foi disponibilizado sob demanda, e não teve acompanhamento de assistente responsável. Foram transportados 4 passageiros, conforme lista abaixo.

06/03/2018

4dad62a5-0aa2-4819-988f-e99d8387a5d7.jpg

Cananéia.

	NOME	RG
1	Samuel B. Silva	98007239-6
2	Luiz G. Silva	3958278-7
3	RAFAEL RIBEIRO COSTA	22.126.226-X
4	Luiz Fernando de Castro Campos	48.451.4333
5		
6		
7		
8		
9		
10		

ANEXO VII – REGISTRO FOTOGRÁFICO DA AUDIÊNCIA

Sinalização na entrada do local.



Banner na recepção do local.



RECEÇÃO

A recepção do evento contou com 3 diferentes listas de assinatura: convidados, imprensa e funcionários Petrobras e IBAMA. Os convidados receberam uma pasta com o material sobre a Audiência, uma caneta e um formulário para perguntas.



ESTRUTURA

O evento contou com a estrutura de dois geradores e 2 ambulâncias com equipe médica.



Palco, tela de projeção, mesa diretora com telas de retorno e serviço de filmagem.



EVENTO

Mesa diretora composta por representantes do Ibama, Petrobras e Mineral.



Público.



APRESENTAÇÕES



INTERVALO



EIA / RIMA


Foram disponibilizados terminais de consulta e versões impressa e digital do EIA e do RIMA para o público.



Houve 18 retiradas de material, conforme lista abaixo.

Lista de entrega do RIMA na Audiência Pública

06.03.2018

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MMA - IBAMA	Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS – ETAPA 3 Local de realização: Santos/SP Data: 06.03.2018 Horário: 18:00h		
NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL	
Julia Alves	APAMLC / PP	(13) 3567 1495	
Sergio Cesar Almeida	Santos / S.P.	(13) 3221 8603	
Aristoteles da Silva	Santos / SP	(13) 9972 1653	
Fabio Melo	Santos Sindicato / LP	(13) 8826 2501	
Jair T. Garcia	SANTOS. FUNDIPELO	(13) 9812 9589P	
Wylson	Milton	13 9927 1677	
Mauricio Nogueira	Santos / Unimonte	13 5816 7811	
Jorge Rocco / CIESP	SP / SP	11-3549 3263	
Lina Maria Ache	São Paulo / SP	11 3133 3658	
FERNANDA C. SANTOS	PRAIA GRANDE	13 9918 8233 9	
Kelly Magalhães	Quarupí	13 9973 78319	
Carlos Simões	SÃO VICENTE	13 9820 19461	
Claudio do Nascimento	CTA Meio Ambiente	11 9837 47889	
Maria Fernanda Baluch	UNIMONTE / SANTOS	13 9915 21608	
Maurício Lameira Oliveira	PATEC / SANTOS	13 49710 0906	
Manuel P. Carvalho	Santos	13 9832 3562	
Aylla da Silva Jesus	Santos	(12) 98232-9778	
Antonio Carlos Espírito	Santos	(13) 9818 09751	

PERGUNTAS E RESPOSTAS



AUDIÊNCIA PÚBLICA SANTOS (06.03.2018)

Para essa audiência pública relativa a atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural, no polo Pré sal da bacia de Santos etapa 3.

Antes de darmos início gostaria de pedir a atenção de todos para as informações de segurança

(infos de segurança)

(hino nacional)

Agradecemos a presença de todos neste evento em que Petrobrás cumpre uma exigência legal do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - referente ao licenciamento da atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural no polo Pré sal da bacia de Santos etapa 3 .

Informamos que para a realização desta audiência foram entregues cópias do estudo de impacto ambiental - Eia - e do relatório de impacto ambiental - Rima - do referido empreendimento.

A lista das instituições que receberam o Eia e o Rima encontra-se disponível para consulta na mesa do Ibama à frente do palco.

Cópias do Eia e do Rima também estão disponíveis para consulta e coleta caso interessem no salão nobre. Informo ainda que o relatório de divulgação dessa audiência também está disponível na recepção.

Pra iniciarmos os trabalhos dessa noite, convidamos para compor a mesa: o senhor Itagiba Alvarenga Neto, Coordenador de licenciamento ambiental de produção de petróleo e gás do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Ibama, que irá presidir a mesa. Também o senhor Carlos Eduardo Martins, analista ambiental da coordenação geral de licenciamento ambiental de empreendimentos marinhos e costeiros do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama, que será o secretário executivo dessa audiência. O senhor Marcos Vinicius de Melo, gerente setorial de meio ambiente da unidade de operações da bacia de Santos da Petrobrás e pela Mineral, empresa responsável pela elaboração do Eia Rima convido o senhor Ricardo Magalhães Simonsen, coordenador geral do Eia Rima e também a senhora Fabiana Bonani, coordenadora adjunta do Eia Rima.

E para fazer a abertura inicial deste evento e a apresentação inicial, convido o senhor Itagiba Alvarenga Neto, do Ibama.

Boa noite a todos, bem vindos, é uma grande honra estar nesse momento nessa audiência pública referente ao processo de licenciamento ambiental do desenvolvimento da produção do polo Pré sal da bacia de Santos, o etapa 3, de interesse da Petrobrás. Essa audiência publica é parte integrante do processo de licenciamento ambiental que é conduzido pelo Ibama. É um momento onde o órgão licenciador vem à sociedade, é um canal onde a sociedade pode estar mais próxima, trazer as suas contribuições, seus questionamentos e suas colocações para o processo. Nós temos aqui além do órgão licenciador o Ibama, o empreendedor, a construtora que desenvolveu o estudo, enfim é uma oportunidade bastante relevante de interação com a sociedade. Então nesse momento a participação de vocês é fundamental. Nós

contamos com ela pra enriquecer o processo de licenciamento, aprimorar o processo e torná-lo mais efetivo.

Essa audiência pública, nós teremos nessa fase inicial uma rápida apresentação do Ibama indicando o escopo do processo de licenciamento, questão de atribuição e em que estágio nós estamos no atual processo. Será seguido de uma apresentação da Petrobrás que dará detalhes sobre o projeto em si, sobre o empreendimento que a gente está licenciando e depois a construtora que dará mais detalhes sobre o estudo desenvolvido.

Após esse momento nós teremos um intervalo onde todos vocês poderão se inscrever pra questionamentos orais na mesa do Ibama aqui a frente, a direita, bem como entregar os questionamentos que vocês tenham por escrito, que está na pasta de vocês, vocês podem formular essas questões e entregar ou aqui na mesa ou para uma das recepcionistas que estão aqui disponíveis que todas elas serão trazidas a equipe do Ibama e serão respondidas ao longo dessa audiência pública.

Então reforço o convite para que vocês participem, tragam suas questões, suas contribuições, nós estamos aqui para prestar os esclarecimentos necessários, para que a sociedade tenha conhecimento do que vem sendo conduzido pelo Ibama nesse processo de licenciamento.

Enfim, nosso objetivo é um processo transparente que efetivamente mitigue, minimize os impactos, que a gente tenha o ganho ambiental necessário pro empreendimento. Mais uma vez agradeço a presença de todos e coloco a equipe do Ibama a disposição para prestar os esclarecimentos que vocês julgarem necessários. Passo a palavra pro representante da Petrobrás fazer suas colocações iniciais.

Boa noite a todos.

Muito obrigada senhor Itagiba, agora passaremos a palavra ao gerente setorial de meio ambiente da unidade de operações da bacia de Santos da Petrobrás, o senhor Marcos Vinícius de Melo, que fará uma apresentação sobre o empreendimento e os seus objetivos.

Boa noite a todos, é um enorme prazer estar aqui representando a Petrobrás pra fazer a apresentação do etapa 3, que é um projeto, vamos chamar assim, sequencial ao desenvolvimento das atividades de produção de petróleo e gás na bacia de Santos e teremos aqui a oportunidade, além de conhecer o projeto, de dirimir dúvidas que eventualmente os senhores e as senhoras tenham, no que respeita a gestão ambiental implementada pela Petrobrás pra atendimento às condicionantes exigências ambientais impostas pelo Ibama, que efetivamente é quem conduz o processo de licenciamento. Na sequência eu terei uma oportunidade de fazer uma apresentação aonde traremos um nível de detalhe razoável sobre o empreendimento. Era basicamente isso que eu gostaria de falar e agradeço a presença de todos.

(explicação da ordem das apresentações)

Bom, eu vou fazer uma apresentação bastante rápida por que eu acho que é interessante vocês terem uma noção do que é o processo de licenciamento, de como é conduzido, mas é muito relevante vocês terem mais tempo com a informação do empreendimento, da construtora, dos dados que foram levantados, e enfim, nós termos mais tempo depois pro debate, pras respostas das colocações que serão colocadas por vocês.

A primeira questão é o que é o licenciamento ambiental. Eu botei duas definições bastante curtas do que é. Basicamente é um processo administrativo que visa avaliar o impacto dos empreendimentos, avaliar sua viabilidade ambiental, prever medidas mitigadoras, compensatórias, ou de monitoramento e opinar sobre a sua viabilidade ou não, então o processo de licenciamento é um processo de aprimoramento do processo, que visa verificar se o empreendimento é ambientalmente adequado, está adequado ao ambiente e a sociedade onde ele se insere.

Esse é um processo que é licenciado pelo Ibama, é um licenciamento federal. O licenciamento ambiental no Ibama é conduzido pelas diretorias de licenciamento ambiental, que tem suas coordenações gerais por tipologia, e abaixo dessas coordenações gerais, as coordenações de área.

A coordenação geral responsável pelo licenciamento de exploração e produção de petróleo é a CGMAC: Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros. Nessa parte hachurada, está a estrutura responsável pelo licenciamento de petróleo e gás offshore. Nós temos a COPROD que é a coordenação da qual eu faço parte e que tem conduzido o processo de licenciamento do etapa 3, que é o objeto dessa audiência pública e trabalha com o licenciamento e desenvolvimento da produção de petróleo e gás offshore. E temos a COESP, que é a coordenação de exploração de petróleo e gás que trabalha na parte de exploração, de pesquisa, seja nas atividades sísmicas ou de perfuração. O empreendimento que nós estamos tratando aqui já é um desenvolvimento da produção ou seja já é efetivamente a produção de petróleo e é conduzida pela COPROD. Nós temos as etapas do processo de licenciamento: inicialmente o empreendedor tem que apresentar uma ficha de caracterização e atividade ou seja informações básicas do que é o projeto que ele pretende elaborar, essa é a primeira etapa. Apresentado isso, o Ibama vai avaliar a competência dele, no caso de exploração de produção de petróleo offshore sempre é competência do Ibama, a competência é exclusivamente federal, ou seja o Ibama é competente pra qualquer atividade de exploração e produção de petróleo offshore. Recebido o “FCA” o Ibama vai emitir um termo de referência, que é um guia, uma receita do que é necessário para elaboração do estudo ambiental que vai subsidiar o processo de licenciamento. O Ibama emite esse termo de referência e o empreendedor é obrigado a apresentar o estudo dentro das diretrizes que o Ibama estabelece. Depois dessa fase, a empresa vai ter o tempo, fazer as contratações necessárias, e elaborar o estudo, sempre reforçando dentro das diretrizes que o Ibama dá. E a partir desse momento, a partir da entrega, o Ibama inicia o processo de análise. E procede a análise na caracterização da atividade, o diagnóstico ambiental da área, as avaliações de impacto, as análises de risco, as medidas mitigadoras, os planos de emergência necessários, enfim, o Ibama avalia o escopo de todo o estudo que foi apresentado. Estando ok, ou melhor, antes de estando ok, diante dessa análise o Ibama emite seus pareceres técnicos, ou seja, o processo de análise desse estudo, concomitantemente a isso, inicia-se o processo, quando pertinente, é o caso atual do licenciamento, os processos de consulta pública, como é o caso dessa audiência, onde levamos a informação, onde nós estamos mais próximos da sociedade, pra receber as contribuições, prestar os esclarecimentos necessários, enfim, é um momento onde nós estamos em contato direto, não o Ibama no escritório dele, a sociedade isolada, é um momento de interação entre a sociedade e o órgão licenciador, empreendedor ou consultoria. E ao longo do processo, pareceres podem ser emitidos até que o órgão licenciador tenha condições de se manifestar quanto a viabilidade ou não do empreendimento, então o Ibama emite um parecer, o empreendedor responde, se tiver

ok e o Ibama já tiver condições de emitir uma conclusão, o faz, senão você pede informações complementares até que haja segurança e informações suficientes para conclusão sobre a viabilidade ou não do empreendimento. Nesse momento a equipe técnica do Ibama elabora um parecer conclusivo, manifestando-se favorável ou contrário ao deferimento da licença. A licença é um ato administrativo da autoridade máxima do órgão, no caso a presidência, a equipe técnica faz as avaliações, submete a diretoria que corrobora ou não o entendimento técnico, e a palavra final, a assinatura da licença é feita pela presidente do órgão, e aí é emitida ou não a licença. No cenário de emissão de licença, não acabou nosso trabalho, pelo contrário, aí boa parte do nosso esforço se inicia que é o acompanhamento das licenças que nós emitimos, a partir do momento que a gente emite uma licença ambiental ela vem acompanhada, parte integrante dela, uma série de condicionantes que o empreendedor é obrigado a seguir e cabe ao órgão licenciador, acompanhar, fiscalizar, monitorar para o seu efetivo cumprimento e trabalhar sempre pra que qualquer desvio das condições dessa licença sejam normalizados na maior brevidade possível, pra isso adotando as medidas necessárias, avaliações em campo, acompanhamento de relatórios, quando identificado algum desvio, notificação e encaminhamento pra autuação, embargo, enfim, todas as medidas administrativas necessárias para o efetivo cumprimento da licença ambiental que foi emitida.

Vindo agora pro escopo do atual processo de licenciamento, em 10 do 7 de 2015 foi emitido o termo de referência pela equipe do Ibama, termo de referência como eu já disse, é o modelo, as diretrizes pra elaboração do estudo. Em 10 do 7 de 2017, em julho do ano passado, a Petrobrás protocolou o estudo e fez o requerimento da licença prévia pra esse empreendimento da etapa 3. Em 30 do 8, o Ibama analisou se o estudo ambiental estava de acordo com o TR que foi emitido e indicando seu aceite, se estava de acordo ou não. Em 26 do 2, foi emitido um primeiro parecer de análise do conteúdo do EIA apresentado. Então esse é o status que a gente está, hoje é a segunda audiência pública ou seja o segundo momento de consulta pública à sociedade pra esse processo. Para além disso, nós já temos o primeiro parecer de análise de conteúdo do EIA já foi emitido, esta disponível pra qualquer cidadão que o desejar solicitar ao Ibama, ele está disponível. Vale sempre ressaltar que o processo de licenciamento ambiental é um processo público, ele é de acesso de qualquer cidadão, o Ibama como órgão licenciador tem que trabalhar dentro das diretrizes do serviço público e a transparência é um deles então nós estamos aqui agora pra prestar todos os esclarecimentos, atender os seus questionamentos e incorporar as informações ao processo de licenciamento ambiental. Portanto mais uma vez convido a todos que participem ativamente dessa audiência. Para além disso, se ainda houver em outro momento contribuições, colocações que valham a pena, que os senhores julguem importantes entrar no processo de licenciamento ambiental, nós temos os contatos da coordenação geral responsável, da COPROD que é a coordenação de área que tem conduzido o presente processo, bem como o email pra onde pode ser enviado contribuições, questionamentos, enfim, qualquer conteúdo relacionado ao processo de licenciamento ambiental. É isso e uma boa audiência pública pra todos nós.

Muito obrigada senhor Itagiba, então agora passaremos a palavra ao gerente setorial de meio ambiente da unidade de operações da bacia de Santos da Petrobrás, o senhor Marcos Vinicius de Melo, que fará uma apresentação sobre o empreendimento e seus objetivos.

Boa noite a todos mais uma vez, então a partir desse momento nós faremos uma breve apresentação sobre o projeto de produção escoamento de petróleo e gás natural etapa 3 da bacia de Santos. Nós temos uma breve agenda composta por um histórico da produção e, a evolução da produção na bacia de Santos seguida da descrição da atividade de produção e escoamento de petróleo e gás, como se dá essa atividade, na sequência apresentamos efetivamente o empreendimento etapa 3, que a partir de agora eu passo a chamá-lo apenas de etapa 3.

A primeira produção de hidrocarboneto na bacia de Santos, ou seja, de gás natural se deu em 1993 pelo início da produção da plataforma de merluza. Essa plataforma é importante destacar que ela se encontra na camada do Pós sal, não é uma produção do Pré sal e composta além da plataforma por um gasoduto, que entra no continente pela Praia Grande e se dirige até a refinaria Presidente Bernardes em Cubatão. Nos idos já de 2011 nós já tínhamos definido a área geográfica da bacia de Santos, aqui em 2006 ainda me perdoem, que é um polígono formado por esses vértices aonde se encontra a bacia sedimentar da bacia de Santos ou seja um polígono de aproximadamente 350 mil km quadrados. Em 2006 a unidade de operações da bacia de Santos produzia mil e 200 barris de petróleo por dia basicamente condensado de petróleo e gás natural 964 mil metros cúbicos. Em 2011 nós já tínhamos em produção na bacia de Santos a plataforma de mexilhão que é o maior campo de gás não associado que se tem notícia no planeta e felizmente muito próximo do grande centro consumidor por que o gás natural ele é de difícil portabilidade então ele é escoado por gasoduto que vai até a unidade de tratamento de gás natural. Nesse momento também nós tínhamos já em produção ainda no Pós sal o campo de Uruguá - Tambaú, pela plataforma FPSO cidade de Santos, e o nosso primeiro projeto do Pré sal que é o campo de Lula. Em 2011, esse dado é importante, se produzia 81 mil barris, isso em dezembro de 2011, 81 mil barris de petróleo, e aproximadamente 9 milhões e 500 mil barris de gás, metros cúbicos de gás natural por dia. Em 2014, aí já com a entrada em operação do etapa 1 e o primeiro projeto do etapa 2 do Pré sal, nós pulamos de 80 mil barris de petróleo por dia pra 462 mil barris e 26 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, também já com o incremento de atividades no Pré sal da bacia de Santos. Campo de Lula e campo de Sapinhoá e também se teve já entrada em operação do campo de lagosta e na porção sul da bacia de Santos, também no Pós sal, Baúna e Piracaba com o FPSO cidade de Itajaí. FPSO é uma sigla em inglês depois vocês terão a oportunidade de ver, que define uma unidade, uma embarcação que tem a capacidade de produzir e armazenar e escoar petróleo e gás natural. Em 2017, esse retrato aqui é de dezembro do ano passado, demonstra a evolução do Pré sal da bacia de Santos. Aqui nós já temos o rota 1 implementado que alivia, escoar o gás natural do Pré sal, o rota 2 em operação que também que escoar igualmente o gás natural do Pré sal lá para o terminal de Cabiúnas no estado do Rio de Janeiro, várias unidades de produção em operação e com uma produção média de 1 milhão e 100 mil barris de petróleo por dia e gás natural potencial de 53 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Com a projeção do que se tem licenciado até o etapa 2, ou seja os projetos que já tem a sua viabilidade ambiental atestada e aprovada pelo Ibama com licença emitida, em 2019, ainda sem os projetos da etapa 3, esses que nós vamos apresentar na noite de hoje, a nossa projeção é que a bacia de Santos passe a produzir 1 milhão e 800 mil barris de petróleo por dia e 82 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, ou seja, é uma produção bastante expressiva, aí já maior do que metade, vamos dizer assim, da produção nacional de hoje. Estamos falando aí de 2 milhões e 400 mil barris aproximadamente. Enfim, especificamente, a atividade de produção e escoamento de petróleo e gás, o etapa 3, o que é o Pré sal? O Pré sal é essa mancha aqui que se

estende do sul do Espírito Santo até o norte do estado de Santa Catarina com aproximadamente 149 mil km quadrados em campos definidos que tem hidrocarboneto e com grandes reservatórios de petróleo e gás natural, situados entre 5 mil e 7 mil metros abaixo do nível do mar, ou seja, na superfície marinha nós temos uma unidade de produção com aproximadamente 2 mil e 100 metros de coluna d'água até o assoalho marinho ou seja onde está o subsolo marinho, o solo marinho. Então depois seguido da camada de sal do Pós sal, que se explorou o petróleo na bacia de Campos durante 30 anos, continua-se explorando né, depois a camada de sal propriamente dita, essa camada varia aí de 2 mil metros aproximadamente até chegar na camada Pré sal onde estão as rochas reservatório com petróleo e gás natural. É importante destacar que a produção de petróleo no Pré sal ela é associada a gás. Então as unidades de produção elas escoam, elas tiram aqui pelos poços uma mistura de petróleo e gás natural que é separado na unidade de produção, adiante eu vou explicar um pouco melhor isso. Então aqui está, essa aqui é uma plataforma típica, um FPSO que é uma sigla inglês que quer dizer que é um navio plataforma que produz, armazena e transfere petróleo e gás e esse efetivamente é o escopo do nosso licenciamento ambiental ou seja nós estamos falando das linhas de produção e da unidade de produção, ou seja, o sistema submarino é uma unidade de produção até aqui esse mangote, o mangote de offloading a atividade de transporte de petróleo ela não é objeto desse licenciamento ambiental ok, então pra se ter uma ideia nós estamos falando de uma unidade de produção que comporta em média 160 pessoas a bordo, ou seja com acomodações, sistemas de hotelaria, alimentação, dormitórios pra 160 pessoas a bordo, se você somar as linhas submarinas elas dariam em linha reta aproximadamente 350 km a profundidade média de onde se está ancorado a unidade de produção é de 2 mil metros, o petróleo produzido e armazenado nessa unidade de produção ele é transferido por meio desse mangote, que tem um termo inglês que é o mangote de offloading ou mangote de transferência de petróleo, para um navio aliviador, esse aqui talvez seja uma parte do processo que as pessoas comumente visualizam na costa brasileira, que são os navios que encostam nos terminais ao longo da costa como vocês poderão ver adiante. Tipicamente uma unidade de produção dessa ela consegue produzir até 180 mil barris por dia de petróleo, ou seja bastante expressiva essa produção. Ele tem um comprimento médio de 330 metros o que equivale a aproximadamente 3 campos de futebol e o peso de 63 mil e 300 toneladas, em torno disso né, o que se pode comparar com 143 boeing 747 800, são os aviões já um pouco maiores do que aqueles que atendem a ponte aérea Rio x São Paulo. No que respeita ao sistema submarino, essas unidades de produção elas ficam ancoradas de forma bastante segura, por meio de 24 linhas de ancoragem, 12 delas na proa, ou seja na frente do navio e 12 na popa, no fundo. Cada âncora dessa é como se fosse um torpedo que pesa aprox. 120 toneladas, então tem todo um sistema, uma tecnologia envolvida pra garantir que mesmo frente as piores condições adversas meteorológicas, a unidade de produção continue segura e estável em seu local. Além disso existem as linhas de produção e injeção de gás, vou explicar isso um pouco melhor, que tem essas boias aqui, essas linhas elas possuem essas boias que é pra neutralizar o seu peso, quem já mergulhou, fez mergulho submarino conhece o colete equilibrador, aquele que mantém você inerte na massa líquida, é algo dessa natureza que se utiliza aqui, depois as linhas são interligadas nos manifolds, e nas árvores de natal que por sua vez são interligadas nos poços. Os poços, esse sistema aqui complexo, ele também é objeto de outro processo de licenciamento, também não faz parte do processo de licenciamento do etapa 3 e aqui uma fotografia do que é uma árvore de natal, pra você ter uma ideia tem um homem aqui e o tamanho da estrutura bastante

robusta. Como eu disse, o petróleo após ser produzido ele tem um processo de separação física na unidade de produção aonde o gás ele é utilizado para geração de energia elétrica da unidade de produção e também para escoamento, para aproveitamento econômico, o gás natural ele é o combustível fóssil mais limpo que se tem notícia, pra lembrar ele é composto basicamente de metano, que é o hidrocarboneto de menor cadeia carbônica existente, então para atender ao pré-sal da bacia de Santos, aqui, nós temos aprox. 30 navios petroleiros, que fazem o offloading, ou seja que encostam na unidade de produção, recebem o petróleo e levam para os terminais da costa do Brasil ou podem até ser exportados para qualquer lugar do mundo, mais uma vez destacando: o transporte de petróleo não é escopo desse processo de licenciamento. E quais serão as atividades que vão desenvolvidas na etapa 3 do Pré-sal? Então nós temos projetos de curta duração, que são os testes de longa duração e sistemas de produção antecipada que efetivamente na prática são a mesma coisa, eles tem nomes diferentes por um marco regulatório, a partir do momento que a agência nacional do petróleo reconhece a viabilidade econômica do campo, declara a comercialidade daquele campo, você não realiza mais teste, você realiza uma produção antecipada. Então são unidades de produção específicas que tem 1, geralmente 1 poço produtor apenas e que dura em média 6 meses, o objetivo disso é conhecer melhor o reservatório e a sua capacidade produtiva, bastante importante esses testes no que respeita depois a produção de longa duração, e teremos também um piloto de curta duração que terá 1 poço produtor e 1 poço injetor de gás ou seja, aquele gás que vai ser separado na unidade de produção, como se trata ainda de 1 piloto, não tem necessidade, não é economicamente viável você planejar um gasoduto pra escoar esse gás, então você reinjeta o gás no reservatório. E os projetos de longa duração são os projetos que duram em média 30 anos que possuem igualmente em média 8 poços produtores e 6 poços injetores, interligados ao navio plataforma, esses poços injetores podem ser de gás, de água, ou misto, de gás e água, e com a possibilidade, e é o que se deseja, e se espera, de escoamento de gás através de gasodutos. Então aqui tem um desenho, uma fotografia de um navio típico que realiza um teste de curta duração e um projeto de longa duração. Os empreendimentos do etapa 3 do Pré-sal são: 1 teste de longa duração, 9 sistemas de produção antecipada, 1 piloto de curta duração e os projetos de longa duração são 11 projetos de desenvolvimento de produção com expectativa de produção de 30 anos e 1 piloto de longa duração igualmente com expectativa de produção em torno de 30 anos e estão situados nesses campos, estamos falando de BMS 50, BMS 11, BMS 24, aqui a região de campo de Lula, Búzios que é essa zona rosa, libra que também faz parte desse processo. E no ponto de vista geográfico eles se situam, aqui vocês podem ver as diferenças olha, essas unidades que estão em vermelho são plataformas, são unidades que ainda não estão em produção, são as unidades que serão futuramente implementadas após, e caso o Ibama concorde com a viabilidade ambiental do empreendimento. Os outros projetos já estão implementados desde 2011. Então por quê realizar o etapa 3 do Pré-sal? Por que é necessário o avanço na produção de petróleo e gás no Brasil, aumentando significativamente a oferta de derivados de petróleo e gás natural para consumo no país, isso concorre com a nossa autossuficiência de petróleo. Nós temos a previsão de produção média de todos os empreendimentos superior a 500 mil barris, estamos falando de uma produção a partir de 500 mil barris e de 16 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, bastante expressivo, e o aumento de oportunidades para a indústria nacional. E se o etapa 3 não for realizado? Não haverá arrecadação de tributos, inclusive royalties que contribuem pra economia de uma maneira geral, a não ocorrência de

impactos negativos, também igualmente previstos nesse estudo de impacto ambiental, nós temos sim previsão de impactos negativos, será apresentado para consultoria, e a menor probabilidade de ocorrência de eventuais impactos relacionados a produção e atividade de risco que é a produção de petróleo e gás. No que respeita as bases de apoio, não se prevê nenhuma alteração do que se pratica até agora na bacia de Santos, ou seja, nós continuaremos igualmente ao etapa 1 e ao etapa 2 do Pré sal, a utilizar as bases de apoio marítimo no município de Niterói e no Rio de Janeiro e as bases de apoio aérea em Cabo Frio e Jacarepaguá e eventualmente Itanhaém, por que eventualmente Itanhaém, por que Itanhaém está muito distante do Pré sal, o aeroporto de Itanhaém ele é uma base aérea importante para as atividades do Pós sal, como exemplo as plataformas de mexilhão e merluza. Bom era isso que eu tinha pra apresentar, agradeço a todos mais uma vez pela presença.

Muito obrigada senhor Marcos Vinicius pela apresentação, e agora para falar sobre o estudo de impacto ambiental do empreendimento, convidamos o representante da consultoria Mineral, o senhor Ricardo Magalhães Simonsen.

Senhoras e senhores presentes, muito boa noite meu nome é Ricardo, trabalho na Mineral engenharia e meio ambiente, a empresa contratada pela Petrobrás pra elaboração do estudo de impacto ambiental do empreendimento chamado etapa 3. O objetivo dessa minha apresentação hoje é trazer uma série de informações sobre a forma como esse empreendimento vai se relacionar com o meio ambiente, ou seja, sobre os impactos ambientais previstos pra esse empreendimento, bem como as medidas associadas que procuram aumentar a viabilidade ambiental da implantação e operação desse empreendimento, nós vamos falar um pouquinho sobre o que é o estudo de impacto ambiental, sobre como foram feitos os estudos pra caracterizar o meio ambiente, os impactos ambientais que é a parte mais importante de um estudo de impacto ambiental, a definição das áreas de influência ou seja as áreas que podem efetivamente sofrer alterações, modificações, em função da existência do empreendimento, os projetos ambientais que já vem sendo alguns implementados em função de projetos similares de responsabilidade da Petrobrás como o etapa 1, etapa 2 e projetos específicos para o etapa 3, a questão de riscos, principalmente o risco ambiental, e as conclusões do estudo. O Eia Rima que a gente fala bastante é um estudo bastante detalhado, ele demorou cerca de 1 ano pra ser elaborado, com dezenas de profissionais das mais diversas formações, e ele tem uma estrutura aparentemente simples que é conhecer o empreendimento que se quer avaliar, a viabilidade ambiental, todas as ações e características desse empreendimento que tenham alguma capacidade de modificar o meio ambiente, conhecer o meio ambiente e cruzando esses dois grandes blocos de informação se consegue identificar e avaliar os impactos ambientais e uma vez avaliados os impactos, propor medidas pra aumentar a viabilidade ambiental do empreendimento. Esse Eia Rima em particular tem mais de 8 mil páginas, escrito em linguagem técnica, é um documento feito por técnicos, para ser analisados por técnicos, de diversas especialidades, e existe um documento chamado Rima, o relatório de impacto ambiental que é um resumo do Eia, que traz as mesmas informações, as principais informações, numa forma mais fácil, mais gostosa de ler, o Rima desse empreendimento tem cerca de 90 páginas e é uma leitura bastante interessante, eu recomendo se vocês tiverem oportunidade que leiam esse Rima, no meu ponto de vista vale a pena. Como estamos falando de um documento bastante extenso, bastante detalhado, nessa apresentação a gente não vai conseguir esgotar o assunto do Eia, nós vamos trazer aqui o que a Mineral entende as principais

informações relacionadas a esse estudo e as suas principais conclusões. Quando a gente começa a fazer um Eia, o importante é a gente definir a área que vai ser estudada. E como é que foi feito isso e qual é essa área pra esse empreendimento etapa 3? Ela é uma área bastante ampla, ou seja ela tem que ser grande suficiente pra gente ter a certeza que nenhum impacto ambiental ocorrerá fora dessa área. E ela é feita com base numa previsão preliminar dos impactos. A Mineral tem bastante experiência nesse tipo de empreendimento, ela foi a responsável pela elaboração dos estudos ambientais do projeto etapa 2, na mesma região de características similares, então foi possível estimar, juntamente com a experiência de Petrobrás e com o termo de referência definido pelo Ibama, que trouxe critérios bastante claros pra definição da área de estudo, qual seria essa área. Pro meio físico e biótico foi definida toda a área da bacia de Santos, ou seja é uma área de grandes dimensões, que pega o litoral desde Santa Catarina até o Rio de Janeiro e aonde estão, serão implantadas as unidades de produção do etapa 3, aonde já estão unidades do etapa 2 e do etapa 1. Para o meio sócio econômico, o critério de definição da área de estudo foi a identificação de municípios que terão infra estrutura de apoio, como Itanhaém que tem aeroporto, municípios que oferecerão serviços e equipamentos públicos, que tem as atividades econômicas que de alguma forma são sobrepostas as áreas de ação desse empreendimento, municípios que possam receber royalties pelo critério de serem confrontantes as áreas de produção e municípios que através do resultado da modelagem de vazamento de óleo, possam ter suas atividades econômicas alteradas pelo empreendimento no caso de vazamento de óleo. Pra esse empreendimento então foi definido uma área com 24 municípios nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e aqui pro litoral sul e centro sul de São Paulo são 3 municípios: Santos, Itanhaém e Cananéia, que foram incluídos na área de influência, Santos por que tem infra estrutura, a sede administrativa da unidade operacional da bacia de Santos está aqui no município de Santos, que também demanda equipamentos e serviços públicos, Itanhaém tem o aeroporto, tem infra estrutura de apoio as atividades, com isso também acaba havendo demanda de equipamentos e serviços públicos e Cananéia é passível de receber royalty de 1 dos empreendimentos com duração aprox. de 6 meses, um teste de longa duração, não é empreendimento de produção de grande quantidade mas é um empreendimento para aumentar o conhecimento de 1 dos poços que produzirão petróleo. Pra definição dessa área de estudo com base nos critérios definidos pelo Ibama, foram utilizados já os resultados de alguns projetos ambientais implantados pela Petrobrás, um deles, o projeto de monitoramento do tráfico de embarcações na bacia de Santos, aonde se mapeia o tráfico de todas as embarcações de apoio e alívio da Petrobrás na bacia de Santos e se classifica a área em função da quantidade de embarcação que passa a cada 10 dias. Pra esse empreendimento as bases de apoio marítima serão exclusivamente Rio de Janeiro e Niterói. Então existe essa faixa aqui de concentração das embarcações pra atendimento dos empreendimentos que estão aqui, a gente vê que existe uma maior concentração de embarcações próxima aos empreendimentos e na entrada da baía da Guanabara, então foi definida esta área daqui como uma área de interferência pelo empreendimento, uma área que o empreendimento ocupará e exercerá as suas atividades nela. Outro projeto desenvolvido pela Petrobrás, um projeto de monitoramento da atividade pesqueira, que procura coletar dados sobre a pesca artesanal e industrial, desde Santa Catarina até o Rio de Janeiro, mais de 2.800 km de litoral, com monitoramento do desembarque pescado, o levantamento do perfil sócio econômico dos pescadores artesanais, também permitiu a construção de mapas aonde é praticada a pesca artesanal dos municípios do litoral, aqui nós temos exemplos de 2 resultados desses

mapas, aqui nós temos para o município de Niterói, a área de pesca artesanal do município de Niterói, tracejado aqui a área de tráfego das embarcações de apoio pro etapa 2, saindo das bases de Rio de Janeiro e Niterói na baía da Guanabara, e essa linha aqui vermelha tracejada é uma área vulnerável a vazamento de óleo, nós vamos falar mais sobre essa área quando tratarmos da modelagem de vazamento de óleo em caso de acidentes. Nesse mapa daqui nós trazemos a informação da área de pesca artesanal, conforme o projeto de monitoramento de atividade pesqueira feito, pros municípios de Cananéia e Itanhaém em Santos e vemos que elas não tem interferência nem com a área de tráfego das embarcações nem com a área vulnerável em caso de vazamento de óleo. Uma vez definida a área que será estudada então é importante conhecer o meio ambiente, fazer o que se chama de diagnóstico do meio ambiente. Costuma se dividir o meio ambiente em 3 meios, o primeiro deles o meio físico aonde são estudados meteorologia, oceanografia, regime de ondas, de marés, qualidade da água e sedimentos, a geologia do fundo marinho e a geomorfologia. Às vezes são utilizados veículos remotos pra obtenção de imagens do fundo pra poder estudar. O meio biótico é estudado também com bastante profundidade, se procura conhecer as tartarugas existentes na área do empreendimento, os peixes, as aves marinhas sejam elas migratórias, costeiras ou oceânicas, os mamíferos marinhos, baleias, golfinhos, a existência de bancos de corais, corais profundos, através daquele “margeamento” feito pra conhecer o fundo do mar no local do empreendimento constatou-se que não há a presença de bancos de corais no local de implantação dos empreendimentos, conhecer os seres marítimos que estão tanto na coluna d’água quanto os que estão fixados ao fundo marinho ou às estruturas das unidades de produção e também conhecer as unidades de conservação legalmente estabelecidas na área de estudo. Quanto às unidades de conservação foram identificadas mais de 240 unidades de conservação em toda a área de estudo e as unidades que tem interferência com o empreendimento são aquelas localizadas na rota das embarcações de apoio. Os empreendimentos do etapa 2 estão a cerca de 170, 200 km da costa, as unidades de conservação estão mais próximas da costa, e a forma como esse empreendimento interfere na área das unidades de conservação é através das embarcações de apoio. Então as unidades de conservação que tem relação com esse empreendimento, que podem ter, sofrer impacto, algum reflexo da implantação desse empreendimento estão localizadas na baía da Guanabara. Pro meio sócio econômico o estudo é bastante amplo, ele é um meio tão importante quanto os outros 2, eventualmente mais importante, é estudado então o uso e ocupação do solo, a infra estrutura existente na região, nos municípios, infra estrutura de transporte, de energia, de abastecimento de água, de saneamento, o movimento das populações as atividades econômicas que ali existem, e a oferta de trabalho, tipo de trabalho, qualidade de vida, saúde, educação, lazer, turismo e cultura, turismo é muito importante pra essa região litorânea, diversos municípios tem no turismo uma atividade econômica muito importante, pesca artesanal e industrial, a pesca industrial com maior mobilidade, pescando com embarcações maiores, mais afastada da costa pro abastecimento de grandes mercados, a artesanal mais próxima da costa, notadamente pro abastecimento de mercados locais, aquicultura, povos e comunidades tradicionais, comunidades caiçaras, indígenas, quilombolas, pescadores, grupos de interesse, a sociedade organizada, organizações não governamentais, entidades de classe, associações de pescadores, os recursos naturais existentes e a condição da paisagem natural. Então uma vez conhecido as ações do empreendimento conforme apresentado pelo Marcos Vinicius da Petrobrás ou seja o que é esse empreendimento, como ele será implantado, como ele será operado, e conhecida as características do meio ambiente então é possível

avaliar os impactos ambientais desse empreendimento. Os impactos ambientais para que a gente possa melhor compreendê-los, são classificados de acordo com as suas características, são mais de 10 atributos que cada impacto tem, se eles são regionais ou locais, permanentes ou temporários, reversíveis ou irreversíveis, diretos ou indiretos e tem algumas classificações que a gente acha interessante trazer aqui pra essa apresentação que o primeiro da classificação deles seriam se eles são impactos efetivos ou potenciais. Os impactos efetivos são aqueles que terão ocorrência certa nesse empreendimento, por exemplo, a geração de efluentes nas unidades de produção alteram a qualidade da água no entorno da unidade de produção. Esse é um impacto de ocorrência certa. Impactos potenciais, que na sua grande maioria são aqueles relacionados ao vazamento de óleo, não se espera que ocorra esse vazamento, mas existe a possibilidade dele ocorrer, por isso que esses impactos são chamados de potenciais. Outra classificação importante é se eles são negativos ou positivos. Essa é uma classificação um pouco mais intuitiva, os impactos negativos são aqueles que trazem efeitos adversos e indesejáveis pro meio ambiente, e os impactos positivos são aqueles que trazem benefícios pra sociedade, eles estão mais relacionados ao meio sócio econômico com a geração de emprego, geração de royalty, oferta de petróleo para o país e tudo mais. Outra característica importante dos impactos que permite conhecer melhor e ter uma percepção melhor do que são os impactos é definir a sua importância, que pode ser baixa, média ou grande e isso é feito através do cruzamento de duas informações importantes, uma do meio ambiente, a sensibilidade do fator ambiental, qual a capacidade de um determinado componente ambiental suportar o impacto decorrente de uma determinada ação do empreendimento e a magnitude do impacto ou seja essa ação do empreendimento, qual a capacidade dela de modificar o meio ambiente, é baixa, é média, é alta? Então o cruzamento dessa capacidade da ação do empreendimento de mudar o meio ambiente ou seja a magnitude da ação baixa, média ou alta com a sensibilidade do fator ambiental, pouco sensível a mais sensível, permite classificar a importância do impacto de pequena, média ou grande. A avaliação de impactos é feita conforme a fase do empreendimento, planejamento, implantação, operação e desativação e pra todos os tipos de empreendimentos que fazem parte do projeto etapa 3 sejam eles os projetos de curta duração, os projetos de longa duração, os gasodutos de interligação desses projetos todos. Foram identificados um total de 82 impactos, 43 no meio físico e biótico, 39 no sócio econômico, sendo 22 de grande importância, em sua maioria no meio sócio econômico. Já os impactos potenciais, aqueles relacionados principalmente ao caso de vazamento de óleo, foram identificados 58 impactos, 25 de grande importância, a grande maioria deles no meio físico e biótico. Esses números são interessantes, é importante que se conheça eles, mas eles tem que ser bem interpretados, procura-se identificar toda e possível qualquer interação desse empreendimento com o meio ambiente mesmo que ela seja de pequena importância, mas é importante que se avalie isso e que se conclua que é de pequena importância, pode parecer um número grande impactos mas é assim que a metodologia faz com que construamos, que a gente tenha conhecimento de quais alterações esse empreendimento pode causar no meio ambiente. Vamos falar um pouquinho dos impactos efetivos de grande importância que podem ocorrer decorrentes do planejamento e implantação, operação e desativação do projeto etapa 3. Vamos começar com os impactos negativos sobre o meio físico e biótico: contribuição pro efeito estufa, a ação do empreendimento que pode contribuir pro efeito estufa são as emissões atmosféricas e elas são decorrentes da queima de gás na plataforma, principalmente para fornecer energia pra própria plataforma, eles tem geradores de energia elétrica que queima o gás produzido na

plataforma pra produção de energia, e essa queima lança na atmosfera as emissões que podem contribuir pro efeito estufa. Outra forma de contribuição pro efeito estufa é nas unidades de teste que não tem o transporte do gás pro gasoduto e que não tem reinjeção de gás, a queima desse gás em tochas no navio, em quantidades e condições limitadas pela agência nacional de petróleo e pelo licenciamento ambiental, há limitação na quantidade que pode ser queimada, também contribui para a formação do efeito estufa. A perturbação dos seres que nadam na coluna d'água, peixes, mamíferos marinhos, tartarugas, de várias formas, de várias ações geradoras, a geração do ruído nas unidades de produção, nas embarcações de apoio, esse ruído pode interferir na comunicação entre os grandes mamíferos, ter outras consequências, a instalação e presença das unidades de produção, nessas unidades de produção há fixação de alguns animais, e isso pode atrair outros animais, pela oferta de alimentos desses animais que se fixam nas unidades de produção, a geração de luminosidade também pode atrair outros animais, que também vão fazer com que haja a maior presença de peixes no entorno das plataformas. Perturbação nas aves marinhas, a geração de luminosidade nas plataformas podem interferir com a navegação das aves marinhas, atrair essas aves marinhas, então aí alguma relação delas com a iluminação das plataformas, dos FPSO's. Tem uma série de medidas associadas que procuram diminuir a importância desses impactos, que procuram adequar esses impactos a legislação existente, por exemplo o tratamento de efluentes, então os efluentes lançados pela plataforma eles tem que obedecer limites legais estabelecidos pela legislação, então eles tem que ser tratados antes de serem descartados no mar, da mesma forma os resíduos alimentares tem que ser triturados antes de seu descarte, também existe uma legislação definindo como isso deve ser feito, a separação de CO₂ do gás e a reinjeção desse CO₂ nos reservatórios, esse CO₂ é um dos gases que contribuem pra formação do efeito estufa. As manutenções nas plataformas, principalmente nas unidades que queimam esses gases, os turbo geradores, as caldeiras, as tochas, por que a queima quanto mais controlada, quanto mais completa, menos gases formadores do efeito estufa emite, então é importante que esses equipamentos sejam bem operados e bem mantidos pra que eles possam operar de forma mais eficiente possível e emitir a menor quantidade possível de resíduos pra atmosfera. Controle dos resíduos sólidos gerados, através de um programa de gerenciamento de resíduos com sua separação, tentar reduzir a quantidade gerada, e a destinação adequada desses resíduos, e a otimização das viagens das embarcações de apoio, ou seja, procurar que cada vez que uma embarcação de apoio saia pra atender um dos FPSO's, atenda mais de um FPSO, ou seja, fazer com que cada viagem renda o máximo possível.

Impactos negativos no meio sócio econômico, nós já temos aqui na fase de planejamento do empreendimento, quando nada foi feito ainda, a geração de expectativas que a simples divulgação do empreendimento causa. Os moradores de uma determinada região podem ficar ansiosos pra saber se vai haver modificação nas suas atividades, se ele é um pescador, se esse empreendimento vai alterar a pesca, se ele trabalha com turismo, se esse empreendimento vai alterar o turismo, se vai ter ofertas de emprego pra ele, então tem uma série de expectativas da sociedade que são decorrentes do simples conhecimento de que esse empreendimento existe.

Interferência na atividade pesqueira artesanal, a atividade pesqueira artesanal tem uma menor mobilidade que a industrial, então a rota das embarcações interfere mais com essa atividade pesqueira, nós vimos que está mais restrito ali à região da entrada da baía de Guanabara. Interferência no uso, ocupação e valor do solo, que a existência do empreendimento, a contratação de produtos, de serviços, de mão de obra, gera aí essa pressão no uso e ocupação do solo. Também existem algumas medidas previstas pra

diminuir os efeitos desses impactos, comunicação social, informando pra comunidade exatamente o que vai acontecer com esse empreendimento, boletins informativos, folders, nós tivemos algumas reuniões prévias a essa audiência pública já levando informações pra alguns segmentos da sociedade sobre esse empreendimento, procurando esclarecer e diminuir a expectativa. Fortalecimento dos grupos sociais vulneráveis através de projetos de educação ambiental, de comunicação social, divulgação dos conhecimentos adquiridos com o empreendimento, nós vimos por exemplo ali já a utilização do conhecimento gerado por 2 projetos ambientais da Petrobrás: o de monitoramento da atividade pesqueira e o de tráfico de embarcações que já estão sendo utilizados na elaboração de estudos ambientais, ou seja, o conhecimento adquirido nesses projetos é útil e já vem sendo utilizado e os dados de monitoramento da atividade pesqueira e do tráfico de embarcações pra permitir que pessoas que tenham esta atividade possam melhor se planejar em decorrência do tráfico das embarcações de apoio.

Os impactos positivos no meio sócio econômico são a mobilização da sociedade civil, que a divulgação do empreendimento pode trazer, representantes de associações de pescadores se mobilizam pra vim obter informações, pra pleitear alguma coisa que ele entenda que seja pertinente, pleitear em função da existência do empreendimento, a audiência pública é um momento pra isso também, o aumento do conhecimento técnico científico seja pelo desenvolvimento da capacitação de produzir o óleo, o Pré sal rompeu barreiras no conhecimento, ele é muito profundo, no começo tinha-se até dúvidas se seria viável ou não, hoje ele é uma realidade, mas também o conhecimento dos projetos de monitorando, o monitoramento de baleias, o monitoramento de aves e tudo mais, vai aumentando o conhecimento científico, alteração da dinâmica econômica com a contração de mão de obra, contração de bens e serviços, e o aumento da arrecadação pública, o pagamento de tributos, taxas, e a compensação financeira entre elas os royalties gerados pela exploração do petróleo.

Uma vez então conhecidos os impactos, a gente define a área de influência desse empreendimento, não é mais a área de estudo, estudamos uma área grande, avaliamos os impactos e agora vamos ver de fato aonde esses impactos podem ocorrer. Então são as regiões que podem ser alteradas direta ou indiretamente pelo empreendimento, os critérios também são definidos no termo de referência emitido pelo Ibama para esse empreendimento específico. Área de influência do meio físico e biótico, a área de estudo era toda a bacia de Santos, ela foi reduzida pra área de tráfico das embarcações e pra um raio de 5 km em torno de cada unidade de produção, seja pela existência dos equipamentos submarinos, nós vimos na apresentação anterior que uma unidade pode ter mais de 1 poço ou 8 poços e eles estão lá espalhados no fundo do mar sob a embarcação, então tem uma zona, uma área dos equipamentos que pode atingir até 5 km, uma área de segurança em torno das embarcações de 500 metros e o alcance do efeito do lançamento dos efluentes nessa unidade também num raio de 500 m. Então foi bastante reduzida a área de influência pro meio físico e biótico em relação a área de estudo, já pro meio sócio econômico dos 24 municípios que estavam na área de estudo, 19 fazem parte da área de influência, no litoral centro sul e sul de São Paulo, ficaram os municípios de Santos e Itanhaém pelos mesmos motivos de sua inclusão na área de estudo, e o município de Cananéia saiu da área de influência por que, ele seria um receptor de royalty por um período curto, perto da vida do empreendimento, de 20 a 30 anos, ele receberá royalties por 6 meses, e royalty decorrente de um teste de produção ou seja, de um teste de longa duração, que é uma quantidade de produção menor do que os demais empreendimentos de longa duração terão.

Então no Rio de Janeiro saíram Duque de Caxias, Itaguaí, Mangaratiba e Rio das Ostras, e no estado de São Paulo, Cananéia estava na área de estudo e não está na área de influência.

Vamos falar um pouquinho dos projetos ambientais praticados pela Petrobrás, um projeto de controle da poluição, cada FPSO tem esse projeto de controle de poluição tem que entregar relatórios sobre esse projeto pro órgão fiscalizador no caso o Ibama, ele faz o monitoramento, o controle de emissões atmosféricas, dos efluentes líquidos e dos resíduos sólidos gerados nas plataformas. Projeto de monitoramento ambiental que monitora a qualidade da água do mar, da água de produção, água de produção é aquela que ocorre quando se trata o petróleo produzido na plataforma, sedimento e da biota, o projeto de monitoramento da paisagem acústica submarina, nós vimos que esses empreendimentos emitem ruídos, então tá sendo feito um projeto de monitoramento para gerar informações sobre o ruído que existia, como esse ruído está aumentando e poder cruzar essas informações depois com outros projetos de monitoramento pra entender como esses ruídos podem afetar a vida natural na área do empreendimento. Projeto de monitoramento de praias, é um projeto de grande envergadura, mais de 1.500 km de litoral, de Santa Catarina ao Rio de Janeiro, diversos postos de atendimento veterinário, para avaliação de aves, tartarugas e mamíferos marinhos que venham a encalhar nas praias nessa região. Projeto de monitoramento de baleias, então através de observações por avião, por embarcações, tentar identificar a alteração na ocorrência, na distribuição desses cetáceos na área do empreendimento, na área de estudo, na área de influência, projeto de monitoramento de impactos de plataforma sobre a ave fauna, sobre as aves, que venham a pousar nas plataformas, que tenham sua ocorrência encontrada na plataforma, nas embarcações de apoio. Projeto de educação ambiental, levando informações a comunidades que possam sofrer alguma alteração em função da implantação do empreendimento, levando informação, capacitação, organização a essas sociedades, programa de comunicação social regional divulgando informações dos empreendimentos da bacia de Santos, tem um site “comunica.bacia.de.santos.com.br” com a informação dos projetos, dos programas ambientais, essa audiência pública estava divulgada lá nesse site, projeto de monitoramento sócio econômico da baía de Santos, tentar construir indicadores sócio ambientais pra se acompanhar as alterações na bacia de Santos, projeto de monitoramento da atividade pesqueira, já vimos algum resultado dele, foi utilizado na elaboração desse Eia, projeto de caracterização dos territórios regionais, trabalhando com comunidades tradicionais na área da bacia de Santos, projeto de avaliação dos impactos cumulativos procurando entender as transformações, as pressões por transformação na área da bacia de Santos, não só dos empreendimentos da Petrobrás mas de portos, rodovias e outros empreendimentos, monitoramento do tráfego das embarcações, já utilizamos informações dele lá no começo do Eia, mostramos como elas são, e o projeto de desativação do empreendimento ou seja, uma vez esgotada a vida útil de um determinado poço, como desativar esse poço, retirar as unidades operacionais pra que não haja um impacto desnecessário sobre o meio ambiente.

Aspecto importante desse tipo de empreendimento que produz, estoca e transporta derivados de petróleo, é a questão dos riscos ambientais, como é que é feito, primeiro é conhecida a atividade mas aí com um enfoque diferente da caracterização da atividade pra elaboração do estudo ambiental, se procura conhecer a atividade do ponto de vista de segurança operacional, sistema de controle, válvulas de bloqueio, automação, capacitação dos trabalhadores, pra saber qual a possibilidade de ocorrer um acidente. Então é feito uma revisão da bibliografia, uma análise histórica de

acidentes, e a equipe responsável pela análise de risco, junto com uma equipe da Petrobrás, fazem uma análise preliminar de perigos ou seja identifica todos os cenários que podem evoluir pra um caso de vazamento de óleo. O pior caso identificado seria o afundamento de um FPSO totalmente carregado, mas que é um evento que tem baixa probabilidade de ocorrência. Foram consideradas 3 classes de vazamento conforme determina uma resolução Conama: vazamento pequeno, médio e o pior caso que é aquele de afundamento de FPSO, 450 mil metros cúbicos, considerou-se que toda essa quantidade vazaria em 24h, então foram feitas mais de 50 mil simulações, modelagens matemáticas, considerando 7 localizações diferentes pra ocorrência do vazamento, diversos períodos diferentes, variações no regime de corrente de maré pra poder entender o quê que acontece no caso de um vazamento de óleo. Aqui nós temos a localização dos 7 pontos de vazamento, em torno das unidades que produzirão no etapa 2 e exemplos do resultado de modelagem, a gente pode observar que em momentos diferentes, o óleo vazado se comporta de forma diferente, então pra todos os cenários, de pequeno, médio e grande quantidade, pra diversos momentos do ano naquelas 7 localizações foram feitas modelagens, como eu disse mais de 50 mil modelagens, e elas permitiram construir um mapa com a probabilidade de ocorrência de óleo em caso de vazamento, que vai desde 100% até 1% codificados por essas cores, então se pode observar a possibilidade de existência de óleo em toda a região que pode ser atingida por esse óleo em caso de vazamento, e com base nessa modelagem então, se define a área mais vulnerável à existência de óleo que é aquele contorno que nós utilizamos pra definir a área de estudo, que é uma área que é utilizada para o desenvolvimento de programas de ação de emergência e pra entendimento da relação desse empreendimento com o meio ambiente ou seja, a definição das áreas mais vulneráveis, a área de estudo, interferência com a área de pesca e tudo mais, porém, como nós tivemos definição da área de estudo, pra avaliação dos impactos ambientais e também pra análise de risco ambiental com a definição principalmente do programa de prevenção à áreas vulneráveis, aquele contorno lá, é o que traz a área que demanda maior atenção em caso de vazamento de óleo, porém foi feito todo um estudo de vulnerabilidade que extrapola aquela linha de contorno, que vai aonde mesmo tem a possibilidade de 1% de existência da presença de óleo é feita então a análise de vulnerabilidade, que leva em conta os componentes de valor ambiental existentes, sejam eles fixos ou difusos, aves, baleias, e a sensibilidade ambiental do litoral, se é praia, se é mangue, se é costão rochoso, se é uma planície de inundação e com base na possibilidade de ocorrência, na possibilidade de presença de óleo e na sensibilidade ambiental e nos valores ambientais, então se faz a análise de risco ambiental, considerando o tempo de recuperação dos componentes de valor ambiental que venham a ter contato com o óleo e tudo mais, então com base nas modelagens, no conhecimento dos valores ambientais, na sensibilidade ambiental, se calculam os riscos ambientais comparando a possibilidade de ocorrência, de presença de óleo com o tempo de recuperação e a existência dessas áreas mais sensíveis e concluiu-se que os riscos para esse empreendimento são aceitáveis. São aceitáveis também por que existem 3 grandes blocos de ação aqui que visam atuar na questão do risco ambiental: o plano de gerenciamento de risco, o plano de emergência individual e o plano de emergência pra vazamento de óleo, que tem entre os seus diversos subplanos, o plano de proteção a fauna que possa ser afetada em caso de vazamento de óleo. O plano de gerenciamento de risco ele é um plano que traz uma série de ações pra diminuir a possibilidade de ocorrência de um vazamento ou seja ele é praticado sempre procurando capacitar as pessoas, fazer a manutenção das instalações, testes, pra que

seja evitada a ocorrência de um vazamento, mas caso esse vazamento ocorra então são deflagrados 2 programas, o primeiro é um programa de emergência individual que toda unidade de produção pratica para vazamentos que não atinjam a área externa da unidade ou seja houve um vazamento, ele ficou contido dentro da embarcação então a própria embarcação cuida dele e caso esse vazamento atinja a área externa, caia no mar, então é desenvolvido o plano de emergência em caso de vazamento de óleo que aí é um plano de maior envergadura, não é praticado unicamente pela embarcação que teve o vazamento, mas toda uma ação que interrompe as atividades, cuida da comunicação, faz a contenção e recolhimento do óleo, a proteção de áreas vulneráveis com barreiras, com absorvedores de óleo, limpeza das áreas atingidas e coleta e disposição dos resíduos gerados nessas ações. Cabe destacar que aqui na região, a Petrobrás tem algumas unidades pra agir, no caso no PEVO, é um centro de defesa ambiental, localizado próximo do aeroporto de Guarulhos justamente pela facilidade de embarque, de transportar os materiais existentes nesse centro pra outras regiões, 2 bases avançadas, uma próxima a Praia Grande outra próxima a Caraguatatuba e diversas embarcações que ficam estrategicamente colocadas navegando para agir e chegar junto a um local de vazamento de óleo no menor tempo possível.

Caso haja esse vazamento de óleo então temos os impactos potenciais, a maior parte deles relacionadas ao vazamento de óleo que pode interferir nos manguezais, costões rochosos, planícies, marismas, terraços de baixa mar, alterar a qualidade da água, interferir com baleias, golfinhos, com os peixes, com as aves, com as tartarugas e no meio sócio econômico interferir principalmente com a pesca artesanal e atividades de turismo. Tem outros impactos potenciais que não estão relacionados a vazamento de óleo que é a perturbação nos seres que ficam na coluna d' água, veículos das embarcações de apoio que podem colidir com esses animais e a introdução ou disseminação de espécies exóticas invasoras que elas podem vir transportadas no casco das unidades de produção, nas embarcações de apoio, um exemplo típico disso é o coral sol que é uma espécie invasora que afeta a biodiversidade local.

Concluindo, esse projeto da Petrobrás, o etapa 3, ele já traz desde sua concepção um foco nas questões ambientais tanto por exigência legal, pela experiência da Petrobrás nesse tipo de empreendimento, é um projeto similar a outros já desenvolvidos pela Petrobrás na região, etapa 1 e etapa 2 são exemplos disso, então tem uma curva de aprendizado de como esses empreendimentos se relacionam com o meio ambiente, é uma obra muito importante pra infra estrutura e desenvolvimento nacional, a oferta de petróleo, de gás, de energia pra sociedade, geração de empregos, receitas, royalties, tributos, uma série de medidas associadas e projetos ambientais, alguns já implantados, como nós vimos exemplos deles aqui que terão que ser adequados pra acolher também os impactos do etapa 3, alguns específicos do etapa 3 como o controle de poluição de uma determinada unidade de produção, o tratamento de efluente e tudo mais, e as medidas para gerenciamento de riscos que nós vimos lá, o plano de gerenciamento de risco, e os planos de emergência individual e de emergência de vazamento de óleo. Considerando essas questões, a equipe que fez o estudo de impacto ambiental entende que se implantado e operado conforme previsto, ele é ambientalmente viável, a decisão pela viabilidade ambiental desse empreendimento é do órgão licenciador, no caso o Ibama, o estudo feito pela Mineral serve para que o Ibama inicie sua avaliação da viabilidade ambiental desse empreendimento, coleta outros subsídios, seja em audiência pública seja em manifestação de outras entidades, manifestação de estudiosos e tudo mais e aí após analisar todas as informações disponíveis ele decide ou não pela viabilidade ambiental do empreendimento.

Era isso que eu tinha pra apresentar hoje, o objetivo não foi esgotar todas as informações do Eia Rima, seria praticamente impossível, mas procurei trazer as principais informações ou tentar trazer um nível de conhecimento que seja possível entender esse empreendimento e sua relação com o meio ambiente. Mais pra frente um pouquinho nós vamos ter uma sessão de perguntas e respostas e caso surjam dúvidas, e eu sei que vão surgir e muitas, tentaremos respondê-las da melhor forma possível. Muito obrigado pela atenção.

Obrigada senhor Ricardo pela apresentação, faremos agora um intervalo de 15 minutos, durante o intervalo serão aceitas as inscrições para perguntas escritas e orais. (orientação para perguntas)

Gostaria de pedir aos presentes que retornem aos seus lugares para que possamos retornar às atividades.

São 20h35, até o presente momento nós contamos com a participação de 152 pessoas nessa audiência pública.

Sessão de perguntas (orientação para perguntas/respostas)

Senhor Aloisio Ramalho. Qual o incremento e tipos de novas embarcações de apoio para o etapa 3?

Bom, boa noite, seu Aloisio Ramalho obrigado pelas suas perguntas, nós temos no Pré sal da bacia de Santos alguns tipos de embarcação de apoio, nós temos as embarcações que são chamadas de atendimento ao plano de emergência de vazamento de óleo, que são os “Oil Recover”, são 6 embarcações dedicadas exclusivamente para recolhimento e mais 4 de uso misto que podem servir pra levar rancho, água, suprimentos de diversas naturezas para as unidades de produção na área do Pré sal. Com o incremento da produção do Pré sal da bacia de Santos se espera um aumento do número de viagens para atendimento às unidades de produção. Eu não saberia nesse momento detalhar esse número de embarcações por que sempre que se entra em operação uma nova unidade de produção, nós otimizamos o recurso ou seja, uma embarcação que iria levar comida, rancho e algumas peças sobressalentes por exemplo, FPSO estacionada no campo de Lula, e entra uma nova unidade nesse mesmo campo, nós aproveitamos a viagem e fazemos o atendimento de ambas unidades de produção. No estudo de impacto ambiental há uma previsão de um incremento ainda em 2018 de 2 embarcações e, 2019 continua esse mesmo número e em 2020 estamos falando de 4 embarcações, quando se toma por base o ano de 2017.

Senhor Aloisio está satisfeito com a resposta?

Senhor Nivaldo Dias. A exploração de petróleo e gás em alta escala pode causar abalos sísmicos com o passar dos anos?

Boa noite senhor Nivaldo, efetivamente a rocha que tem o reservatório, ela é uma rocha porosa, ou seja ela tem uma estrutura grosseiramente similar a uma pedra pome, aqueles mais antigos já ouviram falar de pedra pome, ainda hoje você consegue encontrar no mercado, então dentro desses poros existentes da rocha é que se encontra o gás e o petróleo, quando você remove o gás e o petróleo, primeiro a rocha continua com a mesma estrutura física, ou seja não há uma fragilização dessa rocha e também esse espaço da remoção do petróleo e do gás ele é ocupado por água do mar, então

respondendo objetivamente, não se espera nenhum abalo sísmico decorrente da exploração de petróleo e gás na bacia de Santos.

Senhor Augusto Matias. Por que o gás e a gasolina está bem perto de nós e cada vez fica mais cara?

Senhor Augusto, essa é uma pergunta bastante interessante né, e a Petrobrás recentemente divulgou os valores cobrados na refinaria de petróleo para o consumo final. Ou seja, quando você vai no posto de gasolina e você vê lá o preço do litro do combustível 4,40, 4,30, a Petrobrás cobra 1,50. A maior parte do valor, que é essa diferença entre 1,50 que é o custo que se paga na gasolina na refinaria, é composto de impostos e da distribuição do combustível no território nacional.

Mais uma do senhor Augusto: A ponte, ou túnel de Santos a Guajará sai ou não? Guarujá, perdão.

Senhor Augusto, esse projeto da ligação seca entre Santos e Guarujá não é de competência da Petrobrás, é uma obra de infra estrutura viária, de competência do estado ou do governo federal, enfim nós não temos informação sobre esse projeto.

Senhor Rivaldo Ramos. Foi aprovado recentemente uma MP de isenções fiscais para multinacionais de petróleo que operam no Brasil. Isso pode afetar na compensação ambiental dos municípios? O que o MP do meio ambiente acha disso?

Compensação se o senhor está se referindo a royalties, existe um marco legal específico pra isso, que é regulado pela ANP que é quem define, é um instrumento que está fora do processo de licenciamento ambiental, o Ibama não tem qualquer participação sobre essa questão, se compensação ambiental o senhor está falando da obrigação do “snok” enfim eu tô tentando interpretar qual foi a colocação, com relação a compensação ambiental pras unidades de conservação, não mudou em nada, as empresas todas, a Petrobrás inclusive, continuam com a obrigação de direcionar um percentual para compensação ambiental. A segunda pergunta que é o quê o MP, enfim a gente não tem como se manifestar com relação ao ministério público, não sei se tem algum representante do órgão aqui, mas enfim, o Ibama não tem como se posicionar sobre qual a colocação do órgão em relação a isso.

Questionamentos orais.

Senhor Maurício Moura. Boa noite a todos e a todas. Eu, como petroleiro aposentado, e membro ativo aqui do sindicalismo, com muito orgulho aqui na nossa casa de trabalhadores petroleiros, eu venho colocar aqui meu veemente protesto a forma como está sendo tratada a nossa amada Petrobrás. Empresa pela qual muitos trabalhadores perderam a vida, empresa pela qual tivemos o orgulho e o amor de trabalhar nela e fazer dela uma das maiores petrolíferas do mundo. A Petrobrás tornou-se grande, por que os seus funcionários a fizeram grande. Esse é o bem patrimonial maior da Petrobrás. Porém foi deixado de lado. Quero deixar aqui o meu veemente protesto, pela privatização da Petrobrás, a venda dos poços de Carcará a uma estatal norueguesa, a “Star Oil”, quer dizer todos podem ter estatal, França, China, menos o Brasil. E também deixar o meu protesto que, isso é informe da “Aepet”, engenheiro Fernando Siqueira, não é um aposentado, eu estou só transmitindo, colocando o que

um técnico com bastante conhecimento, colocou: só na venda do poço de Carcará o prejuízo foi de 14,5 bilhões de dólares ou seja, 47 bilhões de reais. Não ficou só aí, houve também a venda dos outros poços (...) e o poço também da Lapa que fazem parte do Pré sal e que foi adquirido por um consórcio muito conhecido que chama grupo “Roschild”, bastante conhecido, e que engloba a “Total” francesa, engloba a “ELF”, engloba a “FINA” da Bélgica, agora eu pergunto aos senhores do Ibama: Qual o procedimento que será feito com essas transnacionais e com esses cartéis internacionais de petróleo no caso de danos ambientais? E eu pergunto também se, não sei aí se é da alçada dos senhores, mas tivemos aqui na baixada Santista, 2 graves incêndios, um na outra “UltraCargo” e outra na “LocalFrio”, que causaram danos irreversíveis às comunidades caiçaras e a natureza nas suas adjacências e não foi feito nada em termos de punição, nós estamos acompanhando o processo. E a outra questão grave que está acontecendo e é bom que os senhores saibam, é uma cava subaquática que está sendo feita no estuário de “Piassaguera” exatamente entre Santos e Cubatão, com mais de 400m de largura, 25m de profundidade, para guardar nada mais nada menos do que resíduos químicos de chumbo “pretetila”, “ascarel” (...) que são usados para fazer pesticidas, dentre eles o pó da China e o “hexaclorobenzeno”, o (...) da “UsiMinas”, mercúrio da (...), resíduos de fábricas de fertilizantes, e resíduos da (...) dentre outros que nós não sabemos, sabemos sim que o licenciamento foi concedido pela CETESB assim como também a questão da termoeletrica de Peruíbe cuja cidade se rebelou e conseguiu impedir que acontecesse, também foi licenciamento conseguido pela CETESB, agora já que os senhores estão numa área além de 12 milhas, deixou de ser aí a área do porto, mas eu pergunto no caso, o quê que vai acontecer se houver um dano grave, como já aconteceu no golfo do México, como é que vai ser o procedimento? Por que enquanto Petrobrás nós sabemos que há uma exigência até, não houve nada de compensação, na questão de monitoramento da pesca do Rio de Janeiro até Santa Catarina, lógico que foi uma coisa boa, a Petrobrás atuou até bem nessa área, sempre com responsabilidade, enquanto Petrobrás, agora nós queremos saber com relação a esses outros grupos estrangeiros, como é que vai ser, se vai haver essa exigência, tem que ser feita né, nós temos que tratar do meio ambiente, que é tratar da nossa vida, que é o bem mais precioso que nós possuímos, e deixar claro que nada paga uma vida, nada. Uma vida não tem preço. Deixar claro também aos senhores que enquanto sindicato de trabalhadores petroleiros, nós continuaremos lutando até o fim para que a Petrobrás mantenha-se enquanto empresa de soberania nacional que pertence ao povo brasileiro, o nosso bem patrimonial maior atualmente, deixamos isso bastante claro e coloco isso com bastante veemência, é uma questão que para nós tem um significado muito especial. Para finalizar, queremos deixar claro a todos os senhores que a única luta que se perde é aquela que se desiste e nós não desistiremos, muito obrigado pela paciência de me ouvir.

Senhor Maurício agradeço pela excelente contribuição na audiência, então eu vou tentar responder o que cabe ao Ibama dentro da sua colocação. Com relação de como será o procedimento com as demais empresas que estão entrando na bacia, a primeira coisa que eu devo garantir pro senhor e pra todos os presentes é que o processo de licenciamento ambiental será conduzido com o mesmo rigor ao qual a Petrobrás está submetida, aos mesmos marcos legais, obedecendo a mesma legislação, rigor técnico, as avaliações de impacto, as análises de risco, as medidas mitigadoras serão cobradas da mesma forma, não haverá tratamento especial pra qualquer empresa que seja, a nossa obrigação como órgão licenciador é para com a sociedade, para com todos aqui presentes e é com esse espírito, com esse direcionamento, que o Ibama irá conduzir

todos os processos de licenciamento ambiental sob a sua responsabilidade. O que não descarta um questionamento muito interessante que o senhor levantou, como agora o Ibama vai lidar com a diversificação de atores na bacia de Santos e nas demais bacias, que é um cenário que se apresenta hoje. Até então nós tínhamos a Petrobrás como a grande operadora de produção no Brasil na bacia de Santos sobretudo era praticamente a única operadora, nós agora vamos nos deparar com situações de diversos atores entrando, novas operadoras, novos empreendimentos, e nós vamos ter que avaliar como mensurar os projetos, as medidas mitigadoras, de forma que seja equânime a participação dos projetos que a Petrobrás já tem com as demais, mas que esteja assegurado as medidas de compensação, de mitigação, de monitoramento pra todos os impactos identificados durante o processo de licenciamento. Esse é um desafio que o Ibama tem se deparado, tem uma série de discussões com os diversos atores incluindo as companhias envolvidas pra que a gente possa aprimorar o processo de licenciamento ambiental e garantir que ele cumpra a sua função, para com a sociedade, sempre destacando, o nosso compromisso é com a sociedade, pra quem a gente trabalha. Com relação aos outros tópicos que o senhor colocou, a questão do incêndio, da cava, como o senhor mesmo falou são situações que não estão sob jurisdição do Ibama, nós não somos o órgão licenciador, então eu não tenho o que colocar pro senhor os encaminhamentos que estão sendo dados, as medidas que estão sendo tomadas, cada órgão competente tem a sua ação e deve conduzir da melhor forma.

Senhor Condesmar Fernandes. Boa noite a todos, boa noite a mesa, eu sou de entidade ambientalista, mas queria dizer pra você que exatamente aquilo que você acabou de responder ao Maurício, já não aconteceu aqui. Um grande empreendimento que estava programado pra cá era a Termoelétrica de Peruíbe. E nesse empreendimento apesar de dizerem que era uma Termoelétrica, não era somente uma Termoelétrica, era um complexo e a primeira obra era um píer de mais de 10km avançando dentro do mar, onde chegavam os navios com gás para uso na Termoelétrica e a construção de gasodutos. No entanto o Ibama praticamente nem se manifestou a respeito desse grande empreendimento, o que mostra já que esses empreendimento de outras empresas de outros projetos parece que estão tendo um tratamento diferenciado por parte do Ibama e da CETESB, e isso foi um grande problema sim, por que a rota dos navios cruzavam áreas onde você tem migração de espécies marinhas e praticamente não havia nada a respeito disso, felizmente ao final, conseguimos que esse empreendimento fosse negada a licença ambiental, mas eu acho que vão haver outros empreendimentos, no caso eram multinacionais que estavam envolvidas, tinham inclusive empresas Chinesas e outras dentro dessa história, trazendo gás de péssima qualidade para o Brasil. Então eu acho que o Ibama deveria tratar melhor de todos esses empreendimentos que agora no momento já estão acontecendo e que impactam inclusive a pesca regional por que a Juréia no caso é um grande santuário e um grande berçário de diversas espécies. Então essa é a primeira questão que eu ponho. A segunda questão é que vendo na tv e ouvindo diversas outras pessoas, eu vi um depoimento da Dra. Tereza Higashi Yamabe falando da exploração do petróleo e gás em altas profundidades e ela dizia que esse tipo de exploração poderia aumentar a atividade sísmica em todo o entorno e lendo o Eia Rima eu não encontrei nada a respeito desse trabalho, eu sei que a Dra. Teresa parece até que trabalhou pra Petrobrás, ela foi que coordenou o processo de estudo das tsunamis que ocorreram no Japão, é uma pessoa seríssima, mas eu gostaria de saber por que isso não está entrando nesses estudos, essa é minha segunda questão. E a terceira é questão de que

em toda a região nós temos uma série de espécies ameaçadas de extinção e que com certeza com o trânsito de navios e com toda essa atividade nós vamos ter grandes impactos. Nós temos uma série de espécies que estão aparecendo mortas na praia, outro dia apareceu uma baleia numa das praias e não se sabe por que, foram lá fazer o estudo e ela não tinha comido plástico, nada disso, e veio encalhar na praia e morrer, então existem diversas outras espécies que também estão sendo afetadas, a gente não sabe por quê, por exemplo quando se usa um sonar, um ecobatímetro, você cria uma desorientação de diversas espécies que acabam indo parar nas nossas praias. Isso tem acontecido em grande quantidade, então essas são as minhas 3 questões, muito obrigado.

Senhor Condesmar, acho que nós teremos que compartilhar essa resposta, são várias questões bastante interessantes que o senhor trouxe e enfim, nós dividiremos a resposta, vou começar primeiro sobre a questão do empreendimento do píer ao qual o senhor se referiu, esse processo que, me referindo a esse processo que a gente está aqui agora licenciando, o desenvolvimento da produção etapa 3, é conduzido pela coordenação de produção de licenciamento de petróleo e gás do Ibama, a nossa competência dessa equipe que está aqui conduzindo esse processo é relacionada a atividade de produção de petróleo offshore. O Ibama, como o senhor pode ver na apresentação que eu fiz, existe uma estrutura de coordenações por tipologia, a questão por exemplo, o píer que o senhor citou como exemplo, seria licenciado por uma outra coordenação do Ibama, mas pra além disso, apenas por isso eu já não teria como dar informações mais específicas sobre o processo de licenciamento por não ser objeto do processo de licenciamento ao qual nós somos responsáveis, mas pra além disso, eu não tenho nem clareza se esse empreendimento foi um processo conduzido pelo Ibama, por que como a lei complementar 140 estabelece, no SISNAMA, no âmbito federal o Ibama é responsável pela condução dos licenciamentos, nos estados são as OEMAS, aqui em São Paulo é a CETESB, o INEA no Rio e por aí vai e pra empreendimentos de menor porte inclusive os municípios podem licenciar, conduzir processo de licenciamento ambiental, então cada instituição tem autonomia e estabelece os padrões, óbvio, sempre todos são obrigados a obedecer a legislação vigente, mas os padrões, enfim os critérios de análise, cada instituição, cada órgão conduz conforme a sua responsabilidade dentro do processo de licenciamento, então enfim eu não tenho como lhe dar informações mais precisas sobre esse empreendimento que o senhor citou, com relação a questão dos sismos eu acredito que a consultoria ou a Petrobrás pode dar informações mais adequadas e com relação aos impactos sobre espécies, o Ibama dentro do processo de licenciamento tem uma atenção bastante significativa com relação a isso, todos os projetos ambientais inclusive citados ao longo da apresentação da Petrobrás são exigências do Ibama no processo de licenciamento. O PMP que é o projeto de monitoramento de praia, o monitoramento de cetáceos, o monitoramento acústico, o PEMAVE que é um monitoramento de aves e plataformas ou seja o Ibama tem adotado uma série de medidas pra avaliar esse impacto que o senhor indica e pra dar a resposta necessária pra redução desses impactos, então a questão de espécies que podem ser impactadas pela atividade é crucial pro Ibama e já tem sido objeto de bastante atenção por parte da equipe técnica do órgão. Eu vou passar a palavra pros demais participantes da mesa que eu acho que podem complementar bem a resposta pro senhor;

Boa noite senhor Condesmar, efetivamente sua pergunta nos traz uma série de questões, efetivamente nos remetem ao sistema de gestão ambiental implementado

para o desenvolvimento do Pré sal da bacia de Santos como o coordenador de produção do Ibama comentou são projetos e programas exigidos no âmbito do licenciamento ambiental ou seja não é uma liberalidade do empreendedor, a Petrobrás não executa esses projetos por que quer e sim por que é uma exigência que passa a ser uma obrigação legal, então dentre esses projetos nós temos como foi dito aqui, o projeto de monitoramento de cetáceos que envolve uma série de atividades visando identificar grupos de cetáceos, baleias, golfinhos, na área geográfica da bacia de Santos, aquele polígono e a área que o Ricardo Simonsen apresentou da área de estudo aqui da bacia de Santos, adicionalmente nós temos o projeto de monitoramento de praias que ele abrange de Laguna em Santa Catarina até Saquarema no estado do Rio aonde nós temos um efetivo superior a mil profissionais, sejam biólogos, veterinários, técnicos, agentes ambientais que andam na praia, diariamente aproximadamente em 700km de praia e com alguma periodicidade seja por cruzeiros marítimos semanais ou por acionamento, se busca identificar animais desse grupo que são os “cetrápolis” marinhos ou seja cetáceos, aves e quelônios que cheguem na praia. Se chegam vivos, e estão em boas condições só é feito um registro, se chegam necessitando de atendimento veterinário nós temos uma rede bastante ampla de centros de triagem e reabilitação, unidades de estabilização pra onde esses animais são enviados e recebem os cuidados veterinários necessários pra que, o objetivo principal disso é reintroduzi-los à natureza e se chegam mortos nós fazemos necropsia se o corpo assim o permitir por que existem estágios de decomposição, até um determinado estágio nós podemos identificar a causa mortis. De uma maneira bastante objetiva, no primeiro ano de monitoramento, já estamos indo para o terceiro, nós coletamos aproximadamente 25 mil animais, na fase 1 que vai de Laguna em Santa Catarina até Ubatuba. Desses animais um número perto de 80% eram tartarugas, que a necropsia indicou o óbito por interação com lixo, numa maneira bem simplista, interação (...), com a atividade humana na zona costeira, sim identificamos cetáceos, alguns deles por óbito de causas não identificadas, e alguns chegamos a causa mortis, mas não havia, não foi possível chegar a alguma relação por exemplo com a atividade de sísmica, atividade de sísmica é aquela que antecede a produção de petróleo, são os navios que passam aqui na bacia de Santos e agora nós estamos tendo alguma atividade de sísmica mais pro lado do Rio de Janeiro mas não se há nenhuma correlação efetiva entre o óbito de um cetáceo com a atividade de sísmica, caso a sua pergunta, eu acredito que a sua pergunta tenha sido feita referência a atividade de sísmica mas caso ela tenha sido referente a atividades de abalos sísmicos, tremores de terra, decorrentes da atividade de exploração e produção eu antecipo ao senhor, existem sim estudos de geotécnica, estabilidade de talude e a atividade de produção de petróleo até o momento, e não estamos falando isso só da bacia de Santos mas estamos falando isso de um âmbito global, não se tem notícia de nenhuma relação entre abalo sísmicos e a nossa atividade eu vou passar aqui pra consultoria pra complementar a resposta.

Boa noite Condesmar, complementando a resposta dada, no item 2 romano 5 arábico do Eia na página 272, são apresentadas informações sobre a caracterização geotécnica da área, inclusive a utilização de um estudo chamado análise de ameaça de instabilidade sísmica de taludes submarinos na área do polo Pré sal etapa 3, um estudo recente de 2015, utilizando dados de sondagens geológicas geotécnicas mais de 1 centena de sondagens e as conclusões do estudo indicam que não há nenhuma anomalia na estabilidade sísmica da região do polo Pré sal etapa 3, apenas complementando que o Eia aborda essa questão na parte de diagnóstico e como não se

observa a relação entre a operação e a existência de sismos, na avaliação de impactos não foi cortejado.

Só pra complementar essa última colocação, vale destacar que o processo de licenciamento ambiental ele não é estático, ele não se encerra na emissão da licença, o Ibama a qualquer momento tendo acesso a informação ou a algum indício que algum impacto não tenha sido considerado na decisão que subsidiou sua licença e as devidas medidas mitigadoras, ele pode rever e tomar medidas adicionais para garantir a segurança, a redução dos impactos e dos riscos, mesmo que tenha ocorrido alguma brecha ou haja alguma informação nova que permita ao órgão licenciador, ao empreendedor identificar novos impactos, o processo de licenciamento pode e certamente irá tomar as medidas necessárias para corrigir, para mitigar, para minimizar esse impacto.

Senhor Cesar Pereira. Boa noite eu sou o Cesar Pereira, do fórum de saúde e meio ambiente aqui da baixada, acho que os camaradas que estão aí vão ser muito questionados sim por que nós temos uma cidade emblemática do lado nosso que se chama Cubatão. E Cubatão ela começou o desenvolvimento dela a partir duma usina, uma refinaria que nos primeiros 3 anos de atividade quase que foi fechada por que houve um acidente em 1953 de alta monta e isso quando estavam montando a refinaria. Então nós temos aqui uma ideia, que não é uma ideia de consenso não, trabalhar com Petróleo é a maior porquindade que existe na face da terra, é o petróleo. Todo mundo sabe que o problema todinho da humanidade é a partir do petróleo. Aí nós começamos os nossos questionamentos é por aí, por quê, por que eu queria saber uma coisa por quê que um projeto desse que vai tirar 1 milhão e 800 mil barris de petróleo por dia no auge da sua atividade e o presidente da Petrobrás manda baixar a carga de refinaria, mandou, semana passada, baixou carga de todas as refinarias do Brasil. Vai ter demissão dentro da Petrobrás. Vai ter, já começou corte de trabalhadores terceirizados da Petrobrás, corte de salário, corte de emprego, corte de tudo e tem um projeto maluco, uma coisa muito louca, 1 milhão e 800 mil barris de petróleo e abaixando carga de refinaria? E o preço da gasolina subindo, pelo amor de Deus, o que que é isso, isso é coisa de louco? Esse é o Brasil, esse é o nosso país. Por isso que a gente não acredita, a Rodia em Cubatão tinha um baita dum Eia Rima mas enterrou todo o pó da China, todo “hexaclube” (..) e uma outra coisa, esse é a primeira questão minha, que é uma questão matemática, né vai tirar 1 milhão e 800 mil barris de petróleo e tá baixando carga de refinaria, então quer dizer tem um dente de coelho aí no meio, uma transação do parente com o Pedro né, Pedro Parente, então eles fizeram uma transação aí eu não sei o que que é, essa é a primeira coisa, a segunda questão que eu queria perguntar é o seguinte: o Ibama licenciou essa porcaria de gasolina e diesel que a Petrobrás tá importando? Por isso que tá baixando a carga das refinarias e tão importando sei lá da onde? Uma porcaria duma gasolina e uma porcaria de diesel, diesel deles um alto teor de enxofre e a gasolina com problemas, o Ibama licenciou essa gasolina que tá entrando até pelo porto de Santos, porto do Rio e tudo mais, foram mais de 18 bilhões de litros de gasolina importada e não sei quantos bilhões de litros de diesel importado. Ele entrou assim facilmente, a Petrobrás pediu esse licenciamento, o Ibama foi lá ver a qualidade dessa gasolina, a qualidade desse óleo diesel ou foi *aun pasant*, ela importou, jogou dentro do mercado e *pá*, se vira, se vira o consumidor brasileiro. E uma outra coisa é o seguinte, esse 1,50, se a gasolina sai da refinaria a 1,50 e chega a 4 real no posto de gasolina, esse 1,50 já tá até os custos de tudo embutido. Agora o problema é o custo do quê? Pra chegar aos 4 conto

no posto de gasolina, qual é esse outro custo? Se pra ir lá no mar tirar o petróleo, manter as refinarias baixando carga e *pãn*, ainda aumenta em 300% o valor final da gasolina, do diesel. Só isso aí, muito obrigado.

Muito obrigado senhor Cesar eu vou responder primeiramente a questão direcionada diretamente ao Ibama e depois eu passo pros representantes da empresa. A questão do combustível que é importado é, a agência reguladora pra questão de combustível é a ANP, agência nacional do petróleo. Ela que estabelece, ela que regula o mercado, o Ibama não tem participação ou competência pra avaliar o combustível que é importado pela Petrobrás ou por qualquer outra empresa, à agência reguladora competente é que cabe essa função. As demais colocações são de competência, acredito que seja de competência da Petrobrás.

Boa noite senhor Cesar, obrigado pela sua explanação, ela nos remete algumas questões que possivelmente eu não terei as respostas aqui para lhe fornecer e aos demais presentes nessa noite, pelo fato de que a nossa área de atuação é a área de meio ambiente e de gestão ambiental da bacia de Santos, o que nós temos de informação da Petrobrás é que houve uma retração do consumo de derivados no país e esse foi o fato pelo qual se tomou a decisão de reduzir a produção das refinarias do parque de refino nacional. Se o senhor bem lembrar, houve uma expansão do parque de refino quando a economia estava punjante, o Brasil ele estava com um crescimento no consumo de derivados e com isso se investiu na ampliação do parque de refino. Agora com a crise que se abateu nos últimos 3 ou 4 anos no país, houve uma retração de consumo, não há sentido em produzir derivados de petróleo que não tem uma destinação comercial adequada, então a opção que se faz é retrain a produção. Essa é a resposta que eu posso lhe fornecer nesse momento.

E por quê que tá importando então? Gasolina, diesel. E por quê que aumentou a produção de automóvel? Não, é brincadeira, eu só queria ter uma resposta por que é o seguinte, esse petróleo do Pré sal vai ser dado a preço de banana pra mão da Exxon Mobil, da Royal Dutch Shell Petróleo, da Scotch Oil, por isso que a Petrobrás faz o licenciamento ambiental, gasta todo o dinheiro pra licenciar ambientalmente aí vem as bonitonas das 7 irmãs e levam assim de balaio. E é um petróleo de alta qualidade. Só que nós consumimos hoje uma gasolina, um diesel que vem lá do exterior e eu acho que o Ibama teria que cobrar sim a agência nacional de petróleo. Teria que cobrar, por causa que os índices de contaminantes dessa gasolina e desse diesel, do enxofre e dos contaminantes, tá muito alto. Agora, se houve uma retração econômica, por quê que tá importando? Se o preço da refinaria tá 1,50, tá importando por quê? É isso que eu gostaria de entender, essa lógica de mercado por que isso eu acho que passa por dentro de um Eia Rima, por que é a lógica do mercado. Senão não faria Eia Rima, que é a lógica de mercado, eu vou produzir 1 milhão e 800 mil barris de petróleo com retração, então abre o jogo, vai exportar mesmo ou vai dar isso de mão beijada pra essas grandes petrolíferas mundiais.

Bom senhor Cesar, a única informação que eu posso lhe trazer concretamente é que o Brasil ele é deficitário no consumo de óleo diesel, por causa do modelo de transporte adotado, então nosso modelo de transporte ele é rodoviário, não se otimiza o transporte por ferrovias, por cabotagem coisas dessa natureza, cabotagem ainda é uma escala embrionária, então com isso há um consumo maior de óleo diesel, isso é histórico. Agora se efetivamente você vir pro parque de refino pra produzir diesel

você tem que produzir gasolina, se a gasolina não consome, é mais interessante efetivamente, pode ser mais interessante, importar óleo diesel, mas essa resposta eu realmente lamento mas fico lhe devendo com maior riqueza de detalhes.

Questionamentos por escrito.

Senhor Rafael Costa. Considerando que nos meses de inverno as condições meteorológicas marítimas são mais intensas, por que nas modelagens o critério escolhido foi: primeiro e segundo semestre, ao invés da sazonalidade das estações? Isso não pode subdimensionar os reais riscos?

Boa noite senhor Rafael, pra cada 1 dos 7 pontos de vazamento foram feitas 1.200 simulações considerando cada um dos 3 cenários de pequeno, médio e grande vazamento, e a diferença dessas 1.200 simulações é justamente o momento que inicia o vazamento. Depois eles foram agrupados em primeiro e segundo semestre, pra se poder interpretar e construir a curva de probabilidade. Então não foi feita 1 modelagem pro verão, e 1 modelagem pro inverno, quer dizer essa é uma construção de probabilidade em função de uma grande quantidade de modelagens determinísticas e entende-se que dessa forma se consegue avaliar o comportamento do óleo vazado nas mais diversas situações, por que uma vez iniciado o vazamento, a modelagem simula 30 dias de deslocamento do óleo vazado, considerando que não haveria intervenção de medidas de mitigação, de medidas de emergência pra contenção ou recolhimento desse óleo. Então com essa quantidade grande de modelagens entende-se que todas as situações foram contempladas, foram agrupadas em primeiro e segundo semestre para fim de construção dessas probabilidades.

Rafael, para além disso, conforme parecer que já foi emitido no estudo ambiental, o parecer do Ibama, o Ibama solicitou a revisão da modelagem apresentada por diversos critérios que constam no nosso parecer que está disponível pra qualquer um, qualquer cidadão que desejar, a modelagem foi uma das questões levantadas pelo Ibama, pediram revisão dela.

Reforçando que o parecer, como todo o processo é aberto para consulta de qualquer cidadão que desejar acessá-lo e consultá-lo.

Senhora baiana Diana Graça. Conforme as análises de risco, Cananéia tem risco de 10 a 20% de chegar óleo e causar impactos levando em consideração a grande sensibilidade do meio físico e biótico, manguezais, golfinhos e etc, (...) por que o município não consta na área de influência?

Boa noite senhora Diana, existem alguns critérios pra tomada de decisão baseados nos resultados da modelagem. A modelagem é uma excelente ferramenta tanto pra avaliação da viabilidade quanto pro planejamento de impactos e ações de emergência. Quando se faz a análise de vulnerabilidade se considera, se avalia todas as áreas que tem possibilidade de toque, independente do percentual, da probabilidade se for 1, 5 ou 10%, mas pra se planejar as ações, pra definição das áreas vulneráveis se adota um critério que é o contorno da área com probabilidade de 30% de ser atingida em caso de vazamento de óleo, esse é um critério definido para o plano de proteção de áreas vulneráveis, pra definição da localização das embarcações que devem atuar em caso de emergência e um tempo de deslocamento da mancha de 7 dias. 7 dias é bastante

conservador, uma vez que existe uma resolução do Conama que diz que a ação de emergência tem que ocorrer no máximo em 60 horas, 7 dias são 168 horas então é um tempo bastante maior do que a ação de contenção ou recolhimento deve começar a acontecer, então o critério de decisão das áreas que podem ser atingidas para fins de adoção de medidas de emergência e para definição da área de estudo é 30% de probabilidade num tempo de deslocamento de 7 dias. Os critérios de definição da área de influência não levam em conta os impactos decorrentes do vazamento de óleo. Esses critérios foram definidos pelo Ibama no termo de referência ou seja, pra definição da área de estudo se considera a possibilidade de ocorrência de óleo em caso de vazamento, pra definição da área de influência não se considera, e esse critério de tomada de decisão é bastante razoável pelo conservadorismo dele na adoção de 7 dias de tempo de deslocamento, quando nos planos de emergência da Petrobrás a primeira ação deve ocorrer em 2 horas se eu não estou enganado, e a resolução Conama define 60 horas no máximo e foi adotado um tempo de deslocamento de 168 horas sem ação nenhuma, sem intervenção nenhuma em caso de vazamento.

Senhora Diana, pra além das colocações que foram postas, o Ibama questionou a não inclusão do município de Cananéia no mesmo parecer pelo critério de recebimento de royalties então mesmo considerando as colocações que foram postas pela consultora, o Ibama já, em seu parecer técnico emitido, questionou a não inclusão do município por outro critério que é o recebimento dos royalties, mas isso já consta no nosso parecer e estamos aguardando a manifestação da Petrobrás a respeito.

Senhora Rosemeire Neves Flores.

Senhor José Gonzales. Por qual motivo a operação Ouro Negro nunca foi realizada em embarcações que trabalham na área da “OABS”? Por que o Ibama não aluga uma aeronave homologada para pouso e faz uma inspeção surpresa, como devem ser todas as fiscalizações, e não com hora marcada e ao lado do gerente da Petrobrás. Quem, quando e como fiscalizam os barcos de apoio que ficam ao lado das plataformas?

Com relação a operação Ouro Negro, é uma operação conjunta, que não é uma operação do Ibama, inclusive ela é capitaneada pelo MP, ministério público do trabalho, tem participação da marinha do Brasil, da ANP, do Ibama e de outros entes do poder público. A definição da ação - outro dado importante - que a operação Ouro Negro ela já tem um histórico de aproximadamente 10 anos. A definição de quais unidades serão vistoriadas, o cronograma é definida de forma conjunta, lembrando sempre que a instituição responsável, que capitaneia essa ação é o Ministério Público do Trabalho. Normalmente uma das coisas que definem são as colocações de cada órgão nas suas questões, denúncias de irregularidade, indícios já observados durante inspeções anteriores, o relatório de acompanhamento, então é uma série de critérios que definem quais são as unidades. Além disso nós já tivemos inspeção na cidade de Parati, cidade de Maricá enfim, em algumas unidades da “OABS” já foram sim objeto da operação Ouro Negro. Mas há algo que vale destacar é que o desenvolvimento da bacia de Santos é mais recente então são unidades que começaram a operar a menos tempo, existe um histórico menor de produção e como já falei a operação Ouro Negro já tem um histórico de aproximadamente 10 anos, então é natural que unidades mais antigas em bacias mais maduras, tenham um esforço maior pra ver-se, com relação ao enquadramento e tudo isso, mas a OABS é abrangida também e conforme for aumentando a participação dela no cenário de produção, que os empreendimentos

forem ganhando uma temporalidade maior, certamente o número de inspeções nessa bacia vão aumentar.

Seguindo, a questão do aluguel da aeronave, é uma situação que não é trivial, não basta o Ibama ter uma aeronave. O controle do tráfego aéreo é regulado, o acesso a plataforma é regulado.. na prática, sendo absolutamente claro não existe surpresa, por que a gente tem que se comunicar, ninguém pode pousar na plataforma de surpresa, existe todo um critério inclusive por questões de segurança, tanto do tráfego aéreo, de operação na própria plataforma, mas para além disso a obrigação de dispor os recursos necessários de deslocamento quando dos custos do licenciamento, são obrigação do empreendedor. E enfim, dispor de uma aeronave, de um equipamento desse porte tem um custo elevadíssimo, e pra utilização, enfim, não se vislumbra um ganho efetivo. O Ibama possui aeronaves, ainda não pra esse porte, com autonomia pra ação offshore, tem vários pra ação em terra, está avaliando a possibilidade de ter sob contrato, sobretudo pra questão de emergência, ter equipamentos também sobretudo pra poder acompanhar alguma coisa que não dependa exclusivamente da empresa, mas será nesse cenário da emergência, pra questão do acompanhamento de licenciamento, inspeções, tudo, não se vislumbra uma mudança nesse cenário. Com relação as embarcações de apoio, as embarcações de apoio da atividade são cobertas pelo processo de licenciamento. Então elas são submetidas a todos os critérios estabelecidos pelo Ibama, inclusive com vistoria delas, então as embarcações de apoio, as embarcações de emergência, essas que foram apresentadas aqui que ficam lá paradas, elas são mais do que vistoriadas, elas são submetidas a exercícios pra ver a efetividade dela, a destreza, a capacidade de resposta a emergência dela, então o Ibama vistoria todas essas embarcações. Elas só podem entrar em operação nos empreendimentos depois de liberadas e aprovadas pelo Ibama.

Talvez eu não tenha me expressado bem, eu não sugeri que o Ibama comprasse uma aeronave, eu sugeri que ele alugasse uma aeronave por que a Petrobrás não tem uma aeronave. A Petrobrás aluga aeronave de Líder Táxi Aéreo, da (...), e essas aeronaves elas são homologadas pra pousar em qualquer plataforma da Petrobrás. A questão é que a fiscalização fica esvaziada quando vem junto com gerente, e é programada com diversos dias de antecedência. Eu tô explicando pra você por que eu trabalho na plataforma, e, você, acho que até você já teve em Mexilhão onde eu trabalho, então dependendo de um preparo prévio de uma fiscalização, ela não pode ser tão eficiente quanto uma visita surpresa, e você não estaria fazendo nada de errado por que quem vai embarcar, tá preparado, tem os cursos, tem tudo, não vai aparecer, eu tenho estranhado também, tem ido muito terceiro junto com a fiscalização, os órgãos de fiscalização não tem mais quadro próprio, tanto Ibama, quanto ANP, quanto Anvisa e tudo mais, vai uma pessoa, um auditor líder, e vão 2, 3 terceiros. Esses sim eventualmente não tem preparo pra fazer a vistoria por que às vezes nunca nem embarcaram, então o que eu tô sugerindo é pra melhorar a eficiência por que eu tô vendo no Eia Rima a questão dos efluentes, você sabe que toda plataforma lança efluente todo dia no mar, e o nosso laboratório que tem lá também é um laboratório muito fraco, é um laboratório terceirizado, e as análises que eles fazem lá são análises básicas do dia a dia, as amostras de (...) por exemplo, elas vão pra terra pra ser analisadas, e essa mostra é coletada por quem? Por um terceiro que trabalha pra Petrobrás. A minha sugestão é essa, talvez vocês pensem alguma coisa pro futuro, sem comprar aeronave. Obrigado.

Com relação a questão da aeronave, o Ibama tem trabalhado pra aquisição de uma aeronave mas voltada mais pra questão de emergência, mas pra além disso, 2 coisas que eu acho que é relevante ser destacada: a Petrobrás ou qualquer outra empresa, ela é responsável pelas informações que ela presta. Qualquer ato de omissão deliberada, de informação prestada deliberadamente equivocada, ela é responsável. Ela pode ser responsável inclusive criminalmente, além de todas as ações administrativas que o Ibama e os demais órgãos podem adotar. Então primeiro vale destacar isso, a responsabilidade. Qualquer empreendedor, nem tomei exclusivamente a Petrobrás, qualquer empreendedor ou pessoa, que omita informação ou apresente informação falsa ou parcialmente falsa, pode ser responsabilizado inclusive criminalmente. Pra além disso, o Ibama e acredito que os demais órgãos, tem seus critérios de análise, pra reduzir ao máximo essa possibilidade, de desvios, alguma coisa assim. Pegando um exemplo que o senhor deu da água de produção, o Ibama acabou de firmar com a Petrobrás um termo de ajustamento, um termo de compromisso, pra adequação de uma série de plataformas e isso foi decorrente de uma ação que inclusive se iniciou na Ouro Negro, e depois disso, de uma série de ações do Ibama, se chegou ao termo de compromisso que visa, num prazo de 2 anos, reduzir efetivamente a carga de poluição de óleo descartado na água de produção. Então enfim, o Ibama trabalha nas suas inspeções pra que, o que é apresentado aqui no estudo, pra avaliar, a efetividade, a realidade disso, se os impactos foram adequadamente mensurados, assim como os riscos e se as medidas e a operação tá correndo de forma adequada. Vou passar pra Petrobrás pra fazer alguma complementação.

Boa noite senhor José Gonzales, obrigado pelas suas perguntas, mas eu posso lhe assegurar que a força de trabalho que acompanha a gestão ambiental da bacia de Santos, e da Petrobrás eu ousaria dizer, meus colegas que atuam em toda a área de exploração e produção, do refino, do gás e energia, enfim, todas as diversas áreas de atuação, são profissionais responsáveis, são registrados nos respectivos conselhos de classe, e respondem pelos seus atos. Com isso eu quero lhe dizer e aos demais presentes, que em hipótese alguma, com a presença do Ibama ou sem a presença do Ibama, a gestão ambiental das unidades de produção é exatamente a mesma, e especificamente no que respeita a alguns ensaios, especificamente o ensaio de óleo e graxa, ele não tem condições técnicas de serem realizados a bordo, a metodologia padronizada internacionalmente determina a utilização, só pra exemplificar, de uma balança com 4 casas decimais, e como o senhor trabalha em plataforma o senhor sabe que existe uma vibração natural da plataforma, ou no FPSO o balanço decorrente da atividade marítima, desta forma, não é possível realizar análises de óleo e graxa com método “gravimétrico”, por isso que as amostras são coletadas a bordo e desembarcadas para ser, o ensaio ser realizado em terra. Esse ensaio realizado em terra é realizado por um laboratório que tem técnicos que são igualmente capacitados e registrados nos seus respectivos conselhos de classe e respondem por aqueles laudos que eles assinam, civil e criminalmente. Então eu acho que, eu acho não, eu tenho certeza, que ninguém cometeria um desvio para favorecer, seja qual for a atividade, por conta de, enfim, não sei de qual interesse. Mas lhe asseguro que isso é auditado. Os laboratórios são auditados tanto pela Petrobrás, quanto pelo Ibama. Então a gente tem muita tranquilidade de, se possível, se o Ibama, enfim, conseguir se organizar e se for possível também por que questões, a questão do tráfego aéreo, de chegar em nossas plataformas em qualquer dia, qualquer hora sem nenhum risco de encontrar algo que, alguma atividade que não seja usual e rotineira na plataforma.

Eu fiz esse comentário por que eu trabalho na plataforma de Mexilhão, eu acho que você não teve lá, é uma plataforma fixa, nós temos balança analítica, eu sou químico, sou engenheiro químico, e essa balança ela pesa 4 casas depois da vírgula, e ela não vibra por que a minha plataforma é fixa. Até poderia realizar esse ensaio lá, entendeu? O meu objetivo, eu também sou um profissional Petrobrás a 11 anos na empresa, e o que eu tô querendo é acrescentar pra melhorar, mas nós temos toda condição de fazer o ensaio lá se for necessário, só pra complementar, obrigado.

Obrigado pela sua colocação mais uma vez, mas a norma técnica que determina a estabilidade da medição de massa, que é a creditada pelo Inmetro, ela define a partir de um determinado número, e 4 casas decimais já inclui nisso, que haja, inclusive em laboratórios físicos, em terra, vamos dizer assim, o “Guia 25”, como o senhor é engenheiro o senhor sabe disso, o piso não é o mesmo do local onde fica a mesa da balança, esse piso ele não pode ser o mesmo, por que o andar do técnico altera a 4ª casa decimal, esse é o motivo que não se faz a bordo os ensaios de óleo e graxa.

Questionamentos orais.

Senhor Rivaldo Ramos. Bom em primeiro lugar, dizer aqui que eu tô vendo muita juventude aqui, já fomos jovens, mas eu trabalhei nessa empresa aí 25 anos. Não me preocupa por parte da empresa, o meio ambiente, muito embora os acidentes podem acontecer a qualquer momento. Ela sempre foi muito cuidadosa, pelo menos nos 25 anos que eu trabalhei lá. O que mais me preocupa é a questão econômica, é a questão política. Por que a Petrobrás nesses últimos 10 anos, foi a petroleira que mais descobriu petróleo no planeta. E deixou aí uma reserva fundamental pra essa geração que tá aqui. Mas eu queria dizer que nós não estamos numa Noruega. Nós estamos num país onde o presidente da república tá sendo indiciado e metade do seu ministério também está. Eu quero que essa juventude tenha um país melhor, mas eu quero completar e acrescentar mais uma coisa aqui. Esse patrimônio é estatal. Esse patrimônio é público, e o que é público, tem que ser do povo, e quando se fala em privatizar, o quê que acontece? O que é de todos, que é do povo, passa a ser de alguns acionistas. E é uma transferência de riqueza, que a gente não quer que essa geração fique sem ela. Bom, só vou dizer aqui da importância estratégica. Nossa reserva, segundo os técnicos da Petrobrás e as pesquisas feitas pelos técnicos e pelos cientistas da universidade do Rio de Janeiro atestaram que nesse Pré sal nosso tem 200 bilhões de barris. 200 bilhões de barris, pra quem quer fazer um cálculo, ele vai dar, se a gente consome, eu vou dar o consumo brasileiro, o consumo brasileiro hoje é aproximadamente 1 bilhão por ano. Descobriram 200 bilhões. Dá pra meia dúzia de gerações. E vou dizer mais ainda, nós temos um PIB brasileiro em torno de 3 bilhões de reais. Só essa reserva que está estimada em 30 trilhões de reais. 30 trilhões de reais não é pouca grana, tá a Lava Jato correndo atrás de alguns bilhões. Aqui, se tiver corrupção, serão trilhões, mil vezes mais. Mas, pra que vocês não saiam sem alguma informação, eu vou dar aqui a reserva americana: Estados Unidos da América, 20 bilhões de barris é o estimado que tem lá. Nós temos 200. 200 bilhões de barris. Lá no Iraque jogaram bomba e prenderam Saddam Hussein por causa de petróleo. Aqui não vai ter guerra não, aqui vai ter propina, que é muito mais barato e é muito mais fácil. Isso nós não queremos pra essa geração que tá aqui não. Nós lutamos mais de 50 anos por um Brasil melhor e é esse Brasil que a gente quer pra vocês. Já passamos dos 70 há algum tempo, e não queremos morrer aqui envergonhados de ter brasileiro que não tem coragem de defender a sua pátria. Aprendemos quando chegamos aqui na empresa, com os antigos companheiros, que a gente tinha 2 obrigações aqui. Uma

delas era com a categoria. Mas a maior não era com a categoria, era com a Petrobrás que era do povo brasileiro. Então quando a Globo joga lá aqueles tubos cheios de ferrugem jogando dinheiro sujo, a gente pergunta aqui agora, se roubam a tua casa, 2, 3, 4 vezes, tu vende a casa ou manda prender o ladrão? Lógico que manda prender o ladrão, então lugar de corrupto é na cadeia, não importa o partido político. É esse país mais limpo, com uma perspectiva melhor de vida, que nós já tivemos lá atrás e não tem hoje, que a gente quer pra vocês.

Senhor Rivaldo, agradeço a manifestação (...)

Senhor Erick Willy, secretário de meio ambiente de Cananéia.

Senhor Samuel “Balalin”. Primeiramente boa noite pra todo mundo que tá aqui. Meu nome é Samuel eu sou monitor ambiental na Apa marinha do litoral sul, que é uma unidade de conservação, gerida pela fundação florestal e a gente tá fazendo parte de um time que tá analisando o Eia, pra fazer uma informação técnica e aí a fundação vai encaminhar pro Ibama. Aí eu resolvi destacar algumas coisinhas que a gente já tem visto, principalmente em relação com a pesca que é minha área de especialidade, eu trabalho com isso lá em Cananéia, pesca e peixes em geral, foi apresentado na apresentação e também tem no Eia, os mapas com as áreas de pesca. O meu questionamento é o seguinte, esse mapa foi feito com base na fase de planejamento do “Pemac” que eram os mapas mentais que foram feitos ou foram feitos já com base no monitoramento que já está ativo? Por que são duas coisas diferentes e vai dar muita diferença entre os dois. Principalmente por que a coleta de dados tá muito mais intensa, já era muito grande pelo instituto de pesca e agora os dados estão muito mais ricos e com certeza aquela área lá vai mudar, vai mudar bastante.

Só fazer um preâmbulo, o Ricardo vai complementar a resposta, como foi apresentado logo na fala do Ibama, o termo de referência desse estudo foi emitido em 2015, o Eia foi construído ao longo do ano de 2016 porém ele ficou 13 meses aguardando uma questão administrativa existente entre a Petrobrás e o Ibama pra ser protocolado. Enfim, era esse o preâmbulo que eu gostaria de fazer, do ponto de vista de como foi elaborado o Ricardo vai complementar.

Foram utilizados dados dos monitoramentos de 2011 e 2012, que é o que tínhamos disponível quando acabamos a elaboração do Eia Rima, no parecer do Ibama já foi pedido a atualização de diversos dados do Eia Rima, incorporando resultados posteriores desses projetos, principalmente dos projetos praticados pela Petrobrás que já se tem mais informação no momento, e elas serão incorporadas.

Tenho mais um questionamento aqui, por que é o seguinte, durante a análise a gente, inclusive tá na informação técnica, vocês vão poder ver depois, mas basicamente os impactos sobre a pesca no geral tanto a pesca industrial quanto a artesanal estão subdimensionados. Uma das questões que tem principalmente aqui no sócio econômico, no modo do sócio econômico é que é feito uma análise em cima das áreas de pesca. Só que o recurso pesqueiro, o estoque pesqueiro, ele não vai respeitar só aquela área que os barcos estão. Muitas vezes eles são compartilhados, inclusive por estados, a gente tem estoque por exemplo da curvina, que vai desde o Rio de Janeiro praticamente até o Mar del Plata, lá embaixo. Então tem que ser feita uma análise mais voltada pros estoques como uma coisa só, não só dessas áreas fixas de pesca, por

que senão você está subdimensionando e um recurso que ele tá frequentando até os 100 metros que é basicamente onde chega os 30% da mancha, que é a curvina, também tá dentro até inclusive do estuário de Cananéia. Então a gente quer saber também por quê que não foi feita essa análise do recurso como um todo, só dessas áreas que isso vai subdimensionar o impacto sobre a pesca.

O parecer técnico que o Ibama emitiu no dia acho que 27 de fevereiro, a cerca de uma semana atrás, já trouxe questionamentos nesse sentido, que vão ser avaliados e contemplados na revisão do Eia.

Só aproveitar pra registrar que a gente já recebeu uma primeira contribuição da Florestal, a gente recebeu um documento técnico de vocês, ele foi protocolado no Ibama, a gente encaminhou ele anexo ao nosso parecer pra ser respondido na íntegra pela Petrobrás diretamente pra vocês, e passar a resposta posteriormente pra gente, e o que for solicitação comum dos nossos pareceres que estejam relacionados com vocês, eles responderem diretamente pra gente incorporando as considerações de vocês.

Boa noite, meu nome é Erick Willy, eu sou secretário de meio ambiente de Cananéia e queria aproveitar pra entrar na discussão da exclusão de Cananéia como área de influência. Já foi comentado anteriormente que o Ibama fez esse questionamento, aparentemente talvez tenha essa questão no parecer, por que assim, se nós pegamos a lei 7.525 de 22 de julho de “1976”, nos critérios que ela define zona de influência, a questão temporalidade não está colocada. Então a partir do momento que, o entendimento jurídico pelo menos a priori, é que tendo a questão dos royalties, mesmo pelos 6 meses, ela já estaria sobre influência. Então é uma questão jurídica que eu faço o questionamento como que foi dada essa interpretação. Outra questão com isso, é que a partir desse momento que ela está como área confrontante, e entra isso como critério sócio econômico, existe uma questão geoeconômica a partir de Cananéia, então os municípios também entorno teriam relações com isso. E pairou uma dúvida, por que na explicação inclusive do Eia Rima, se coloca que vai existir um poço, que é um poço de estudo, durante 6 meses, só que pra mim ficam algumas questões nebulosas, após a verificação da viabilidade desse poço inclusive, qual que é o procedimento posterior, ele vai continuar sendo explorado, vai ser explorado, não vai ser explorado, como que vai funcionar a partir desse momento, a partir desses dados, então fica um questionamento pra nós a partir do momento que tá dentro da área de influência de Cananéia por esse entendimento. Obrigado.

Boa noite senhor Erick obrigado pelas suas colocações, eu antecipo ao senhor que o Ibama questionou a Petrobrás com relação a isso, nós entendemos que a significância é bastante baixa, pelo fato de que teremos apenas 1 teste de longa duração no “BME 50” que torna o município de Cananéia recebedor de royalty por um período de 6 meses, quando nós falamos de um projeto de 30 anos, a significância disso é bastante baixa, mas iremos avaliar e responderemos ao Ibama.

Só colocando isso pela questão jurídica e até por que isso não ficou expresso no termo de referência, então não coloca esse critério temporalidade, por isso eu faço esse questionamento e aguardo o parecer e a resposta da Petrobrás e da empresa associada pra que a gente possa discutir melhor a questão. Obrigado.

Senhor Erick, independente da resposta da Petrobrás ao Ibama, nós nos comprometemos a ir fazer uma visita e esclarecer melhor o projeto.

Como já foi dito aqui também o Ibama tem o entendimento que a questão dos royalties é critério pra estabelecimento da área de influência e como já foi dito, já foi questionado pelo Ibama ao longo do processo de licenciamento.

E além disso só registrar que independentemente dessa discussão no âmbito do etapa 3 a meta é contemplar todos os projetos vindos do etapa 1, etapa 2, monitoramento de praia, monitoramento da pesca, avaliações de impactos cumulativos, monitoramento sócio econômico, quer dizer Cananéia faz parte da área de influência das atividades do Pré sal.

Questões escritas.

Senhor Luiz Fernando Castro. Por que no Eia do etapa 3 não foi apresentado um programa de monitoramento e controle de espécies exóticas invasoras? Existem muitas áreas sensíveis, susceptíveis e não monitoradas.

Vou encaminhar primeiro pra Petrobrás se manifestar com relação a isso e depois faço a colocação do Ibama.

Bom senhor Luiz Fernando, obrigado pelo seu questionamento, não sei se o senhor tem conhecimento mas o ministério do meio ambiente está conduzindo um grupo de trabalho interdisciplinar, interministerial, enfim, com a participação de representantes da sociedade civil, da academia, pra discutir o plano nacional do coral sol que é uma das espécies invasoras. O ICMBio hoje ele tem planos específicos espécies exóticas para o mexilhão dourado, que é de água doce, pro javali nas plantações e especificamente ao coral sol. Então hoje não existe um marco regulatório que defina como se deve proceder, ha muita contradição no que respeita por exemplo o manejo do coral sol. Existe uma linha, a academia que diz, que deve fazer a remoção com martelinho mergulhando e tal, e outra linha que diz que não se deve fazer por que cada vez que você vai lá dar uma martelada no coral sol ele solta “propálogos” e ele amplia a invasão dessa espécie na costa brasileira, enfim, a Petrobrás por ser uma empresa legalista, o que for definido no plano nacional do coral sol, irá cumprir a risca.

Mesmo considerando as colocações que foram postas pela Petrobrás, o Ibama considera a questão das espécies exóticas bastante crítica e também no nosso parecer já emitido, foi solicitado que a Petrobrás desenvolvesse um projeto de prevenção e controle de espécies exóticas ou seja o Ibama já demandou que a empresa desenvolva esse projeto no âmbito do processo de licenciamento ambiental em curso.

Senhor William de Sousa. A base de estabilização de Itanhaém permanecerá ativa conforme descrito no Eia Rima? Se sim, por que há previsão de encerramento de suas atividades para o mês de abril de 2018, se não, qual o motivo?

Senhor William, o senhor está fazendo referência ao projeto de monitoramento de praias, obrigado pela sua pergunta, boa noite, efetivamente nós não planejamos manter a base de Itanhaém operacional pelo fato de que a base existente na Praia Grande está sofrendo um ajuste pra contemplar toda essa área de abrangência sem

nenhum prejuízo ao manejo dos animais encontrados no projeto de monitoramento de praias.

Boa noite. Com base nessa resposta que nos foi dada, eu queria entender qual a, não me parece dentro do Eia Rima quando consta que há uma base de estabilização em Itanhaém então no Eia Rima consta que uma das bases de estabilização ela vai estar presente em Itanhaém, o Eia Rima ele tem um prazo de validade ainda que ele possa ser revisto ou o Ibama pode interferir nisso e aí nos vem uma informação de que há já a previsão de que essa base vai ser removida do município, para o município de Praia Grande. O projeto quando ele se iniciou, ele trouxe uma visibilidade grande para a ponta sul lá o litoral, “Mangaguá”, Itanhaém e Peruíbe, muito em decorrência desse empreendimento já previsto na etapa 2, a gente vê dentro do município de Itanhaém, não com bons olhos, essa ausência dessa base de estabilização em Itanhaém, em decorrência dos números que foram apresentados. Eu falo aqui também como presidente do conselho de meio ambiente, que é quando foram apresentados esses dados e a aparição dos animais, muito significativo, maiores do que outros municípios vizinhos, acho que a gente perde talvez pra Peruíbe em determinados animais, e aí me parece que a justificativa financeira, não sei se é essa, os ajustes econômicos ou financeiros dentro do projeto, pro tamanho do empreendimento que é, sobre o quê que nós estamos falando, parece que não fica muito plausível, eu ainda não consigo entender essa justificativa técnica justamente por que Praia Grande faz e abrange esse número desses animais dos outros municípios, sendo que a gente nunca houve nenhuma apresentação de dados da instituição por exemplo que atua na Praia Grande, para com Itanhaém, então os parâmetros não parecem muito claros nesse sentido, eu queria que houvesse um esclarecimento maior enquanto a isso.

Bom senhor Wiliam, efetivamente, eu acredito que essa informação que consta no Eia, como eu falei aqui anteriormente, o Eia ele foi construído em 2015, e teve um *delay* aí de 13 meses para ser protocolizado no Ibama. Nesse meio tempo houve uma avaliação da Petrobrás e com as entidades que prestam esse apoio, principalmente a UniVale que é a gestora desse processo na fase 1 do projeto de monitoramento de praias, e devido a proximidade de Itanhaém com Praia Grande, se optou por incrementar a base de Praia Grande e desativar a de Itanhaém. Nós estamos falando aí de uma distância menor que 50km servida de boa infra estrutura rodoviária, o projeto executivo, o projeto de monitoramento de praias foi revisado com essas informações e eu posso lhe prestar essas informações, esse projeto foi encaminhado ao Ibama e o Ibama aprovou a estratégia da Petrobrás. Você tem duas maneiras, no site “comunica bacia de Santos” tá lá a revisão do projeto executivo com as informações, os motivos que levaram tecnicamente a Petrobrás a rever a distribuição geográfica das suas bases de apoio ao projeto monitoramento de praias.

Questionamento anônimo.

O “PEIA” e o “PCS” terão ações presenciais na região do litoral sul de São Paulo? (Cananéia). Se não, por que?

Vou passar primeiro pra Petrobrás depois a gente põe também uma colocação. Boa noite, as ações do projeto de comunicação social regional da bacia de Santos ocorrerão em Cananéia sim, certamente. Com relação ao “PEIA” foi feito um diagnóstico, e não se identificou efetivamente os motivos pra se prosseguir no projeto, esse diagnóstico foi encaminhado ao Ibama, e agora eu tenho uma dúvida se ele já foi

aprovado ou não pelo Ibama, mas enfim, estamos aguardando a manifestação do Ibama pra tomar a decisão se avançamos no “PEIA” de Cananéia ou se fica apenas na fase de diagnóstico.

Com relação ao programa de comunicação social ele tem ações desenvolvidas no município de Cananéia, as atividades presenciais do programa elas ficaram suspensas por um período, que a Petrobrás apressou uma proposta de remodelar essas atividades presenciais e a gente aguardou a apresentação dessa proposta, a proposta já foi desenhada, foi feito um diagnóstico de como é que seriam essas ações presenciais, como é que elas atenderiam melhor as comunidades, esse diagnóstico foi apresentado pro Ibama e as atividades presenciais eram pra ter se iniciado agora, mês de março, em toda a região da bacia de Santos. Só que o Ibama entendeu que pra não iniciar um processo de comunicação social específico no âmbito do programa de comunicação social concomitante com as audiências públicas do etapa 3, a gente pediu pra Petrobrás aguardar, finalizar esse processo de consulta pública do etapa 3 e a partir do segundo semestre retomar essas atividades presenciais, vão ter atividades presenciais no litoral sul do programa de comunicação social regional com certeza.

Com relação ao “PEIA”, a Petrobrás apresentou no início desse ano uma proposta de um projeto de educação ambiental pra ser desenvolvido no litoral sul de São Paulo. Esse projeto foi apresentado, ele tá sendo avaliado pelo Ibama, mas ele não guarda qualquer relação com o etapa 3. Ele é um projeto que já estava pendente das etapas anteriores do Pré sal. Então ele tá sendo analisado pela equipe técnica do Ibama no âmbito do processo específico do programa de educação ambiental de São Paulo e assim que o Ibama tomar uma decisão obviamente as comunidades, o município de Macaé vai ser informado e a gente vai ver quais são os melhores encaminhamentos pra isso.

O “PMP” e o “PMC” estão com o cronograma desatualizado não atendido ao TR do Ibama. Quando teremos acesso a esses cronogramas atualizados? Isso está diretamente associado ao atendimento ou não das medidas mitigadoras e compensatórias do empreendimento?

Boa noite, o “PMP” e o “PMC” eles estão em execução, conforme o projeto executivo aprovado pelo Ibama, e os relatórios sejam eles parciais ou completos estão disponíveis no site “comunica.bacia.de.santos.com.br”

Só pra esclarecer então, o programa de monitoramento de cetáceos ele tem pequenos atrasos no cronograma, basicamente relacionados a determinados monitoramentos que não foram executados por questões de tempo, por “n” motivos isso pode ocorrer, a gente considera obviamente quando tem um atraso na execução de um projeto se esse atraso é razoável, justificável ou não é. No caso a gente entende que as questões de mar são consideradas primordiais pra você fazer um cruzeiro marítimo, então a gente considera esses atrasos como parte do processo e vem acompanhando isso. O Ibama apesar dos relatórios, do cronograma estar desatualizado no Eia, no parecer que o Ibama emitiu ele atualiza essas informações dizendo todos os relatórios que já foram entregues pela Petrobrás até o presente momento. Ele não só fez isso pro “PMC”, como fez pra todos os projetos que estavam com informação defasada no Eia, naquilo que o Ibama tem conhecimento, do que já foi entregue pra gente.

Com relação ao projeto de monitoramento de praias, o projeto como o Marcos Vinícius falou, está em execução e a gente pede no parecer uma consolidação de

informações relacionadas a construção das bases. Por que a gente entende que isso ficou muito disperso ao longo do próprio processo de acompanhamento nosso do “PMP”, a gente entendeu que a etapa 3 era um momento da gente consolidar essa informação e através da resposta da Petrobrás dar visibilidade à atual situação de atrasos e da estruturação de toda essa base de apoio do “PMP”. Então a gente aguarda a resposta da Petrobrás com a atualização dessas informações.

Senhora Rosimeire Neves. Não está presente.

Questionamentos orais.

Senhor William Carrilho. Com relação a utilização do aeroporto no município de Itanhaém, o Eia Rima consta a informação de que terão voos regulares e durante a apresentação foi enfatizado que esses voos seriam esporádicos, eu queria que fosse esclarecida essa questão, e também se pela utilização do aeroporto, tenham previsto alguma medida mitigadora com relação a fauna silvestre também, algum plano, alguma... por que o que eu presenciei, verifiquei, que seria apenas essa questão de logística, de diminuir o número de voos como medida mitigadora.

Bom senhor William, o aeroporto de Itanhaém, ele não atende ao Pré sal, de uma forma geral. Por quê, por que ele está com uma distância bem maior do que os aeroportos de Jacarepaguá e Cabo Frio, no Rio de Janeiro, pra atender o Pré sal, então, o aeroporto de Itanhaém ele se serve muito bem pra atender a plataforma de Merluza e Mexilhão, que são no Pós sal. No que respeita a medidas mitigadoras compensatórias, o aeroporto em seu licenciamento prova, autorizações próprias, então não há previsão nesse estudo de nenhum projeto, nenhuma compensação relativa a essa questão de um eventual incômodo pelo barulho de helicóptero, de aviões de outra natureza inclusive se utilizando aquele aeroporto. Nesse momento inclusive não estamos utilizando o aeroporto de Itanhaém pra nenhuma operação.

Senhor Fabricio Gandini. Boa noite a todos, meu questionamento vem na questão da forma como a Petrobrás vem historicamente trabalhando com relação a monitoramento, do que vocês chamam de monitoramento pesqueiro. Na verdade a natureza do entendimento de, tentar entender que tipo de peixe os caras pegam, que tipo de pescaria tem na região, é uma das maneiras da própria Petrobrás se preservar no sentido de que se poderia estar mudando a produção pesqueira e aí consequentemente ter alguma medida compensatória, mitigatória ou algo que o valha. O instituto “Mar a Mar” que eu coordeno há 12 anos, a gente se empenha profundamente na matéria, e o que a gente tem observado é que precisa ter um choque de inovação nesse processo. Note que o Brasil aniquilou as suas estruturas de comando e controle do ministério da pesca, a gente hoje não tem uma secretaria, a gente está num vácuo de política pesqueira no país que não deve melhorar nos próximos 5 anos. A gente tá num ano eleitoral, tá complicado. Na verdade a Petrobrás indiretamente, vocês abastecem com informação pesqueira as instituições que aqui no estado estão falidas. Não só desse estado como as outras. As instituições técnicas e de extensão foram sucateadas pelos governos e vocês mantêm com orçamentos do licenciamento, o que os governadores deveriam adotar. A gente tá falando aqui de instituições daqui, instituto de pesca, instituto do Rio de Janeiro e etc. Portanto, tá na mão dos senhores uma possibilidade de inovar. Na mão na verdade do Ibama, de recepcionar eventuais inovações. Por que o quê que a pesca precisa, a pesca não

precisa ter estatísticas, a pesca não precisa ter papel com estatística pra mostrar que a produção tá aumentando ou abaixando, a gente precisa de gestão pesqueira. As APAs marinhas do litoral de São Paulo por exemplo, recentemente teve todo um cancelamento do programa do plano de manejo e agora a própria Fundação Florestal com pessoal próprio vai tentar tocar de alguma forma, teve diagnóstico, levantamento muito fracos da questão. Assim aí eu pergunto pra vocês, que informação nós temos hoje de natureza pesqueira, de todo esse litoral de Saquarema a Laguna? Que dados são esses? Eu sei que tem o portal, com essa produção, mas de que adianta esses dados, se eles não servem pra tomada de decisão pra gestão? O que os estoques pesqueiros precisam dos oceanos, é de tomada de decisão pra gestão pesqueira, é isso que vai fazer com que os estoques se conservem ou se auto gerem de uma maneira que a gente possa garantir pras próximas gerações. Então o que eu tô colocando, é algo assim, a gente tá num país que a gente perdeu e tá perdendo muito das nossas estruturas de geração de conhecimento. A Petrobrás é uma empresa pública, as outras empresas que tão operando no Pré sal talvez não sejam, a “Scotch Oil” essas outras aí, mas elas também tem como medida compensatória, e agora de maneira global, atender esses programas então a gente tem que inovar pra gerar informação de fato nova pra tomada de gestão, tomada de decisão e gestão pesqueira. E o quê que é isso, se precisa mudar a qualidade de geração de informação na base. A gente tá participando de 2 processos aqui de compensação, desculpa me estender um pouco mais acho que vem a calhar, do maior incêndio portuário desse país que é o da “UltraCargo”, o ministério público federal e estadual nos convidou pra trabalhar na compensatória dos danos morais coletivos, o que acontece, a gente analisou os pareceres da magistratura, dos juizes, que não conseguem compensar o dano pesqueiro, sabe por que? Por que a informação que tem hoje da pesca é assim, o camarada lá pesca sei lá 45kg de corvina, 35, 47, depende da safra, 80, corvina média, corvina.. mas não há, não tá valorado, aí os juizes tripudiam em cima, os advogados da empresa falam assim “como vocês querem alegar compensatória de danos se vocês não tem um valor real da pescaria?” Não é calculado por exemplo o custo de você ir buscar o pescado. Os caras na vila dos pescadores aqui no “alto estuário” de Santos, hoje eles demoram 3x mais pra achar o peixe do que eles demorariam há 10 anos atrás e esse custo operacional tá muito maior. Então o que eu quero dizer, e queria saber se há abertura, se caso na medida em que aqui se está colocando um fato novo, o fato de que a informação que está sendo gerada poderia gerar algo novo, duma nova dimensão. E fazer um enfrentamento real, por que se tiver que fazer um dano compensatório aos pescadores, vai ter o mesmo problema do pessoal do “UltraCargo”, que é o quê, você não tem como provar que o cara lá de Ubatuba pesca tanto de camarão e qual o valor desse camarão. O valor do camarão oscila. Então tem uma dimensão econômica fundamental a ser colocado nesse programa de monitoramento que não tá contemplado. Então fica aqui a sugestão, eu vou buscar também fazer isso oficialmente, e naturalmente dentro do programa do pessoal da Fundação Florestal, a gente é conselheiro da Apa Marinha a muito tempo desde a sua fundação. Pra tentar inovar nisso, por que isso vai fazer uma diferença danada em termos de construção de gestão pesqueira no país, por que a gente tá sem informação, estamos num abismo aí de informação. Agradeço.

Senhor Fabricio, agradeço bastante as suas colocações, e a gente aguarda as contribuições do senhor e de todos aqui pra que a gente possa incorporar ao processo de licenciamento ambiental e avaliar qualquer medida que aprimore as medidas que

nós já temos imposto, solicitado às empresas. Qualquer proposição que aprimore o resultado dessas medidas é extremamente bem vindo.

Senhor Rui Santos, da Prefeitura de Itanhaém. Boa noite a todos, meu nome é Rui, sou secretário de planejamento e meio ambiente de Itanhaém, vou falar primeiro a nível pessoal, eu fico contente que a gente perceba que o Pré sal na bacia de Santos esteja acelerando, está sendo retomado, por que foi diretamente atingido por essa crise de 2014, estive recentemente na sede da Petrobrás e já tenho informação que hoje já está produzindo mais de 1 milhão de 100 mil barris por dia, e é um anseio da população em geral a retomada da economia e é claro que com a retomada do Pré sal nós vamos ter os benefícios de emprego, mais renda, impostos, etc. A nível do município, tem a informação que vai continuar o projeto de monitoramento das praias e protocolamos aqui exatamente a questão da discussão, dentro do projeto, da estação de estabilização de Itanhaém, uma manifestação pedindo a revisão pra manutenção da mesma, por que nós chegamos a conclusão que a estação de tratamento de animais ela está localizada entre Guarujá e “Bertiovia”, no canal de Guarujá e “Bertiovia”, um pouquinho mais ao centro, um pouco mais ao norte. Então a lógica é ter a estação de estabilização mais ao sul, exatamente pra receber os animais em função do tempo de deslocamento até o Guarujá. E a quantidade de animais em 2016, nós temos a informação de mais de 2 mil e 100 animais que apareceram entre Praia Grande e Peruíbe, que surgiram, porém em Praia Grande, é menor a quantidade. E a gente não vê sentido, se a gente tem uma base de estabilização formada, com pessoal treinado, nova, por que foi refeita, foi mudada de local há pouco tempo, então ela é nova, com todos equipamentos novos, por que gastar dinheiro fazendo outra, né, colocando, de outra mais ao centro, muito mais próxima a estação de tratamento dos animais. Então queríamos deixar esse apelo do município de Itanhaém em função de repensar essa questão da manutenção da base de estabilização. Ela hoje está localizada bem na orla, no centro do município, e a população já vivencia a base, ela interage muito com a base de estabilização, e já assumiu o conceito, em função até do trabalho que vem sendo feito pelo instituto que coordena ela, de treinamento, e de conscientização, quando alguém reconhece, nos 26 km de praia que nós temos, quando alguém localiza um animal, já chama, ou até pega e já leva até a estação. A própria polícia ambiental da região acaba pegando os animais que nem são marinhos e levam pra estação. Então a gente percebe que há uma interação muito grande e a base virou um símbolo da conscientização ambiental, da atuação ambiental no município. Essa retirada, a desmobilização da base vai nos trazer um prejuízo com relação a essa área de educação ambiental e desse vazão que vai criar com a população. Por que hoje, na orla é o ponto de mais fluxo da população, a orla de Itanhaém no centro da cidade ela virou um parque horizontal, ela é frequentada por toda a população e os turistas, e todo mundo já se acostumou com a base no local. Queremos deixar esse apelo pra repensar e reanalisar esse deslocamento exatamente até pela questão logística. Queria aproveitar pra fazer uma pergunta com relação ao aeroporto, eu soube que recentemente a Petrobrás parou de operar aeroporto e eu fui saber o por que eu sei que teve um problema do aeroporto com o contrato dos bombeiros, os bombeiros venceu o contrato dos bombeiros, estavam refazendo, esse contrato acho que começou a operar hoje, iam reassinar hoje, iam voltar os bombeiros. Então eu queria perguntar também se há mais algum problema além da questão da renovação dos contratos com os bombeiros, por que a gente sabe que o aeroporto agora foi privatizado, entrou um novo grupo, e se tem algum problema comercial, econômico, pra que a gente possa até se for o caso tentar interceder e auxiliar em algum sentido.

Bom senhor Rui, com relação a sua colocação sobre o projeto de monitoramento de praias ela tá registrada, e obviamente será objeto de análise pelo Ibama. Especificamente no que respeita a utilização do aeroporto, efetivamente como o senhor bem colocou, houve uma questão ligada a segurança pra uso da base, então ela foi suspensa e não temos essa informação ainda de forma oficial então efetivamente não poderia lhe responder nesse momento sobre quais serão os procedimentos adotados pela Petrobrás.

Só colocar que exatamente a escolha de Itanhaém pra base de estabilização foi uma própria indicação do Ibama na etapa 2, deixar mais ao sul na região metropolitana da baixada santista. Obrigado.

Senhor Rui, nós registramos aqui o protocolo, o documento da prefeitura de Itanhaém, e ela vai ser direcionada a equipe técnica que vai avaliar as informações apresentadas e incorporar ao processo de licenciamento inclusive pra uma tomada de decisão quanto a questão colocada.

Nós concluímos toda a bateria de questionamentos escritos e orais. São 22h27, nós tivemos um total de 154 pessoas presentes, tivemos 2 documentos protocolados durante a audiência pública, 1 do Codema, de Itanhaém e outro da prefeitura de Itanhaém.

Agradeço a participação de todos até esse momento, em plena terça feira, registro que mesmo após essa audiência pública conforme descrito na projeção aqui, contribuições podem ser encaminhadas ao Ibama, através do email e dos contatos que foram apresentados na apresentação, por 10 dias a partir de depois dessa audiência. Agradeço a participação de todos, esse é um momento bastante importante no processo de licenciamento.

Declaro válida a audiência pública de Santos para o projeto etapa 3 do Pré sal da bacia de Santos. Boa noite a todos e obrigado.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO DE
EMPREENDIMENTOS MARINHOS E COSTEIROS

ATA SUMÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CGMAC/DILIC/IBAMA Nº 2/2018


EMPREENDIMENTO / Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental –
ATIVIDADE: RIMA, do Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e
Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos –
Etapa 3.
PROCESSO IBAMA Nº: 02001.007928/14
DATA: 06.03.2018
LOCAL: Santos/SP

Aos seis dias de março do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta, no Teatro Sindipetro (Av. Conselheiro Nébias, 248 – Paqueta), iniciou-se a Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA referente ao Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3. A presente ata foi lavrada de acordo com os procedimentos definidos pelo IBAMA no Regulamento da Audiência Pública e em atendimento à Resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987. Participou da Audiência um intérprete de libras. A cerimônia teve início após o rito do hino nacional, quando a mestre de cerimônia comunicou sobre a distribuição do EIA-Rima e sobre o relatório de divulgação da Audiência e informou a composição da mesa diretora da Audiência Pública, presidida pelo Sr. Itagyba Alvarenga Neto; Coordenador de Produção da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA, tendo como Secretário Executivo o Sr. Carlos Eduardo Martins; o Sr. Marcos Vinícius de Mello representando a Petrobras; o Sr. Ricardo Simonsen e a Sra. Fabiana Bonani, representantes da empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente. O presidente da mesa passou orientações regimentais da Audiência, explicou o funcionamento da mesa de apoio do IBAMA e realizou a apresentação institucional, explicitando que o licenciamento ambiental é um processo de avaliação de impactos e riscos ambientais, a partir da análise do estudo de impacto ambiental (EIA) e da imposição de medidas de gestão ambiental, sendo papel do Ibama exigir o menor impacto possível. A Audiência Pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo desse estudo, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito do EIA-RIMA, estando a equipe técnica responsável pela análise presente na Audiência, pois é o momento onde o estudo ainda está em análise, com possibilidade de mudanças e correções. A mestre de cerimônia chamou o Sr. Marcos Vinícius, representante da Petrobras, que fez breve fala de abertura, saudando os presentes e explicitando a disponibilidade para dirimir dúvidas sobre o empreendimento. Em seguida, o presidente da mesa falou sobre a dinâmica do processo de licenciamento de petróleo e gás, as atribuições e competências do IBAMA e as etapas correspondentes, desde a apresentação da ficha de caracterização do empreendimento pelo interessado até a emissão, ou não, da licença ambiental, quando se inicia o acompanhamento do seu cumprimento. Apresentou o cronograma do processo da Etapa 3, com a emissão do Termo de Referência em 10 de julho de 2015 até a emissão, no dia 26 de fevereiro, do

primeiro parecer sobre o Estudo de Impacto Ambiental; e explicitou que toda a documentação sobre o processo é pública e disponível para consulta, indicando os contatos (telefones/ endereço eletrônico) correspondentes. Às dezoito horas e cinquenta minutos, o Sr. Marcos Vinícius, gerente setorial da Petrobras, iniciou a apresentação pelo histórico das atividades da empresa na Bacia de Santos, indicando os empreendimentos de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás já instalados e os previstos que já possuem licenças emitidas, explicitando os volumes de óleo e gás produzidos desde 2011 e as projeções de produção sem considerar a operação dos empreendimentos da Etapa 3. Em seguida foram apresentadas as características da área Pré-sal e as características operacionais e econômicas dos empreendimentos propostos e seus cronogramas (Etapa 3: 1 TLD – Teste de Longa Duração; 9 Sistemas de Produção Antecipada; 1 Piloto de curta duração, 12 Desenvolvimentos da Produção 1 Piloto de longa duração), falando da localização e do funcionamento das estruturas componentes; arranjos submarinos; volumes de produção e escoamento de óleo e gás; transporte do petróleo por navios (explicitando que o transporte não é escopo do licenciamento em epígrafe); transporte do gás por gasodutos; medidas de controle e de segurança; e utilização das bases de apoio. Por fim, o Sr. Marcos apresentou as justificativas para o desenvolvimento dos empreendimentos propostos e o cenário sem o desenvolvimento da Etapa 3. Após encerrada a apresentação, às dezenove horas e seis minutos a Mestre de Cerimônia chamou o Sr. Ricardo Simonsen, representante da Mineral Engenharia e Meio Ambiente, empresa responsável pela elaboração dos estudos ambientais (EIA-Rima) para o licenciamento da Etapa 3. O Sr. Simonsen apresentou as justificativas para a delimitação da área de estudo adotada para posterior delimitação da área de influência, indicando todos critérios utilizados; os diagnósticos realizados para caracterização dos meios físico, biótico e socioeconômico, destacando os impactos ambientais operacionais e potenciais, descrevendo os mais importantes que podem ocorrer e suas classificações; alguns resultados de projetos continuados condicionantes de licenciamento (abrangentes para todos os licenciamentos da empresa na Bacia de Santos) referentes às Etapas 1 e 2 do Pré-sal, como os projetos de monitoramento do tráfego de embarcações e monitoramento da atividade pesqueira; os riscos ambientais; as medidas mitigadoras e compensatórias e as ações para enfrentamento de incidentes como vazamento de óleo, descrevendo as propostas elaboradas para os projetos ambientais de mitigação/monitoramento/compensação e plano de emergência a serem continuadas (potencializadas)/implementadas na Bacia de Santos, considerando o aporte da Etapa 3, finalizando às dezenove horas e cinquenta minutos. Após a apresentação, a Mestre de Cerimônia anunciou a abertura das inscrições para realização de perguntas orais na mesa de apoio do IBAMA. Fez-se um intervalo de cerca de 45 (quarenta e cinco) minutos. Reabrindo a sessão o Sr. Itagyba Alvarenga Neto convidou para compor a mesa dos debates o Sr. Carlos Eduardo Martins, como secretário executivo; o Sr. Marcos Vinícius de Mello representando a Petrobras; o Sr. Ricardo Simonsen e a Sra. Fabiana Bonani, representantes da empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente. Iniciaram-se os debates e o esclarecimento das perguntas escritas. Os temas abordados foram os seguintes: (1) permanência e funcionamento das bases de fauna existentes, principalmente em Itanhaém (PMS-BS); (2) intensificação da exploração e produção e possibilidade de abalos sísmicos; (3) isenções fiscais à indústria de E&P (Exploração e Produção de Petróleo) e seu reflexo nas compensações ambientais; (4) fiscalização do IBAMA; (5) incremento da estrutura de apoio (embarcações); (6) desenvolvimento dos projetos ambientais; (7) área de influência e área de risco, exclusão de Cananéia da área de influência e atuação dos projetos ambientais no município em decorrência dos outros licenciamentos do Pré-Sal; (8) modelagem; (9) Porto Verde (Ibama nos portos); (10) maior disponibilidade de gás/óleo x preço ao consumidor; (11) construção de ponte/túnel de Guarujá a Cananéia; (12) monitoramento e controle de espécies exóticas/invasoras. As perguntas orais: (1) Maurício Moura, do Departamento de Aposentados do Sindpetro, apresentou protesto sobre o tratamento que a empresa Petrobras, do povo brasileiro, vem recebendo, mencionando privatizações (como Carcará e outros campos), e perguntando ao Ibama os procedimentos para enfrentamento dos danos ambientais causados por empresas estrangeiras (citou dois incidentes ocorridos em Santos que

causaram grande prejuízo às comunidades caiçaras e sem solução adequada). Denunciou ainda uma intervenção em Piaçaguera para armazenamento de produtos perigosos; (2) Condesmar Fernandes de Oliveira, da Rede Caiçara Ecosocialista, mencionou a tentativa de instalação de uma termelétrica em Peruíbe que não teve - e segundo ele deveria - manifestação do Ibama, revelando um tratamento diferenciado com empresas estrangeiras; em seguida falou sobre a possibilidade de aumento de atividades sísmicas (abalos) em decorrência do aumento da exploração de petróleo; por fim, falando sobre espécies ameaçadas de extinção, relacionou o impacto das atividades de E&P, perguntando sobre causalidades e medidas de controle; (3) César A. G. Pereira, do Fórum Permanente de Saúde e Meio Ambiente da Baixada Santista, mencionando o desenvolvimento industrial do município de Cubatão, as indústrias poluentes e seus legados negativos para o meio ambiente, perguntou sobre o descomissionamento de ativos da Petrobras apesar do aumento da produção do Pré-sal; em seguida perguntou se Ibama licenciou a gasolina/diesel de péssima qualidade que está entrando no mercado nacional (relacionando o descomissionamento de refinarias e o aumento de poluentes); e perguntou ainda sobre os custos de produção e preços abusivos ao consumidor; (4) Rivaldo Ramos, funcionário aposentado da Petrobras, expressou sua preocupação quanto aos rumos políticos e a afetação da Petrobras, uma empresa do povo, neste processo, mencionando a riqueza projetada do Pré-sal e a transferência dessa riqueza para empresas/países estrangeiros ou para a corrupção; fez ainda comparações entre as produções norte-americana e brasileira de petróleo, sendo a brasileira muito superior; (5) Erick Willy, Secretário de Meio Ambiente de Cananeia, perguntou sobre a exclusão de Cananeia da área de influência, mencionando o critério de recebimento de *royalties*; (6) Samuel Balanin, Monitor Ambiental da APA Marinha do Litoral Sul, destacou problemas verificados no EIA (questionou se os dados ali consignados são resultados dos projetos de monitoramento ou da caracterização), como os mapas das áreas de pesca e dados sobre recursos pesqueiros estão desatualizados e subdimensionados; (7) William Carrillo, Presidente do Condema – Itanhaém, perguntou sobre a utilização (se esporádica como foi falado na Audiência ou regular como consignado no EIA) do aeroporto de Itanhaém e as medidas mitigadoras correspondentes; (8) Fabrício Gandini, do Instituto Maramar, falando sobre o projeto de monitoramento da atividade pesqueira e o vazio regulatório do setor no país nos últimos anos, perguntou sobre inovações possíveis para melhorar a gestão pesqueira, indicando que as bases de coleta e sistematização dos dados precisam ser aperfeiçoadas; (9) Rui Santos, Secretário de Meio Ambiente de Itanhaém, falando sobre PMS-BS, perguntou sobre a permanência e funcionamento de base de fauna/Estação de Estabilização no município, indicando o prejuízo para retirada desta estrutura que já é referência, já integrada às instituições de pesquisa e demais intervenientes de Itanhaém. Perguntou também sobre a utilização do aeroporto pela Petrobras, indicando que uma situação envolvendo os bombeiros já está sanada e se houver outras, qual ação do município para o funcionamento adequado da estrutura para atendimento das necessidades da Petrobras. O presidente da mesa informou que o encaminhamento de documentos sobre o Licenciamento Ambiental ou sobre o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do empreendimento Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3, podem ser encaminhados para o e-mail CGMAC.sede@ibama.gov.br ou através do endereço: Praça XV de novembro, nº 42, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ no prazo de 10 (dez) dias úteis. Todos os pontos foram esclarecidos pela mesa, pelo IBAMA, pela empresa de consultoria e por técnicos da PETROBRAS com conhecimento específico sobre os temas perguntados. Foram protocolados 2 (dois) documentos durante a Audiência Pública: (1) do COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itanhaém: apontamentos sobre o EIA-Rima e Moção COMDEMA 01/17, solicitando a continuidade do Projeto e Monitoramento de Praias (PMS-BS) conforme especificação técnica original que tinha Itanhaém como município prioritário; (2) da Prefeitura Municipal de Itanhaém: solicitação de manutenção da Estação de Estabilização do Greomar de Itanhaém (PMS-BS). A Audiência Pública contou com a presença de 154 (cento e cinquenta e quatro) pessoas. O Sr. Itagyba Alvarenga Neto fez suas considerações finais

e, às vinte e duas horas e vinte e sete minutos do dia seis de março de dois mil e dezoito, considerou válida e encerrada a Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA referente ao Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3. Lavrou esta Ata a Analista Ambiental da CGMAC/DILIC/IBAMA, a Sra. Lilian Maria Menezes Lima, que assina com os demais representantes.



Itagyba Alvarenga Neto

Coordenador de Produção da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA
Presidente da Mesa Diretora da Reunião Pública



Carlos Eduardo Martins

Analista Ambiental da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA
Secretário Executivo



Marcos Vinicius de Mello

Gerente Setorial de Meio Ambiente UOBS
PETROBRAS



Ricardo Simonsen

Mineral Engenharia e Meio Ambiente



Lilian Maria Menezes Lima

Analista Ambiental
CGMAC/DILIC/IBAMA

IBAMA

Lista da Audiência Pública

06/03/2018



SERVICO PÚBLICO
FEDERAL
MMA - IBAMA

Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -
ETAPA 3

Local de realização: Santos/SP

Data: 06.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Carlos Santos	IBAMA	3077-4270
Lilian Lima	IBAMA	"
MARCELO A. FARIAS	IBAMA	"
Stefano A. Neto	IBAMA	"
Guilherme A. S. Carvalho	IBAMA	"
Ingrid Oberg	IBAMA SANTOS	(13) 32275776



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gas Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3 -
Empreendedor: PETROBRAS

Local de realização: Santos/SP

Data: 06.03.2018 Horário: 18h

LISTA DE PRESEÇA - Participantes Petrobras e equipes de apoio

NOME	INSTITUIÇÃO/LOTAÇÃO	TELEFONE/E-MAIL/CHAVE
1. JOSÉ ELÁQUE	EXPLORAT	Sm 68
2. ROSA MARIA MENEZES	COBS/SM/MA	ASII
3. CAROLINE JARDIM ROCHA	COBS/SM/MA	BOWY
4. MARCELO LOPES	VO-BO/PLP	URHX
5. Tatiana Mader	RS/IRRC/MSUL	EUTN
6. Guilherme Araújo Lima	RS/IRRC/SPSUL	CO18
7. MARCELO PEREIRA DA SILVA	RPBC/ESTO/CO	RIEM
8. Carlos Alexandre Fardina Azevedo	CO-BS/SM/MA	BSBW
9. Carlos Gonçalves Belmonte	VO-BO/SM/MA	ALKB
10. GUSTAVO LIMP	PETROBRAS	C7100
11. GUYHERME SANNIA	PETROBRAS	9-1111
12. JOSE LUIS COSTA DA SILVA	CO-BS/SM	9-1111
13. EDER VALDES MODESTO	RPBC/CM/PEF	9-1111
14. Jhonatan P. de Souza	RPBC	9-1111
15. Jhonatan B. Marqueti	VO-BS/PG/CONF	9-1111
16. Felipe Rinaldi Barbosa	UNIFESP	13496851995
17. Paulo Valério de Almeida	Unifesp	(11) 963703144
18. JACIEL LOPES	Unifesp	13 996282787
19.		
20.		



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gas Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3.
Empreendedor: PETROBRAS

Local de realização: Santos/SP

Data: 06.03.2018 Horário: 18h

LISTA DE PRESENÇA - Participantes Petrobras e equipes de apoio

NOME	INSTITUIÇÃO/LOTAÇÃO	TELEFONE/E-MAIL/CHAVE
1. Alencio Gattardo	Petrobras	21 96815 7296
2. Mariana Luiza Coutinho	Petrobras	mizacoutinho@petrobras.com.br
3. Fabiana Zanoni	Mineral	(11) 99216 5575
4. Maria Cecilia M. Turatti	MINERAL	(11) 98282 4352
5. Eliza Cristina R. Gamin	Petrobras	(13) 28187 1433
6. Gustavo Luiz Silva	PETROBRAS	(13) 3249 7116
7. Flávio Ribeiro da Silva	Petrobras	(11) 79629-4847
8. Larissa Belli	Petrobras	(13) 98129 3055
9. ARNALDO MARGOTTI JR	PETROBRAS	13 99740-5894
10. Lilian Thies	Petrobras	(13) 3249 4125 / NTTG
11. Plámidon Silva	Petrobras	13- 99213-8789 / BSDX
12. Genival A.V.F. Sauer	Petrobras	11-98545-7048 / BMDV
13. Vilma Opavada da Silva	Petrobras	(13) 996284424 / B1V5
14. Sérgio Cesar Almeida	Petrobras	(013) 32318603
15. Cleofusa Abismon	Petrobras	(13) 3249 4103 / RORH
16. Larissa M. Gaitan	Petrobras	(13) 3249 4110 / UTAC
17. Evelyn Lúcia Zidena	Petrobras	(21) 2144-2299 / T2LS
18. Bárbara Ratter Carpegiani	Petrobras	(13) 3249-4111 / CX12
19. Paulo Torres	Petrobras	(13) 99763 5823 / RDMA
20. Marceli M. Cocho	Petrobras	(11) 984576011 / TTA9



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atividade de Produção e Escopoamento de Petróleo e Gas Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3 - Empreendedor: PETROBRAS

Local de realização: Santos/SP

Data: 06.03.2018 Horário: 18h

LISTA DE PRESEÇA - Participantes Petrobras e equipes de apoio

NOME	INSTITUIÇÃO/LOTAÇÃO	TELEFONE/E-MAIL/CHAVE
1. Vinícius Vendramini	Petrobras/VO-BS/SMS/MA	99262302 / VENDOR.MINI@PETROBRAS.COM.BR / USU
2. Celio Eduardo Mendonça	Petrobras/AG-UP-07-ES-ET	21-998055126 / 7m36
3. Vitor B.R. Borges	Petrobras/VO-BS/ATP/MESSE	21-99490-8854 / vitor.borges@petrobras.com.br
4. Gersonel Alves Gomes	Petrobras/AG-UP-07-ES-ET	13 374997640
5. Maurício S. Costa	PETROBRAS/BS	17MauricioSouza@petrobras.com.br / BSF
6. LAERCIO P. FREIRES	Petrobras/VO-BS/RG	13 3249-7400 / laercio@petrobras.com.br - ELD7
7. Celio Teixeira do Prado	Petrobras/VO-BS/NSBS	(13) 991817593 - petro delext@petrobras.com.br
8. Antonio Celso Guírio	Petrobras/EXP	(13) 9910341007 / guirio@petrobras.com.br
9. Sérgio Oliveira	CA-NO-BS	(13) 999588888
10. ANDRÉ GUSTAVO DE MORAES	VO-BS/SMS	(13) 996768192 / U004
11. RAACSON B. COSTA	RPGC LABAIST	(13) 997490117
12. Renata Loo	Grupo Engenharia	(13) 997163879
13. Christamery Romaluz	PETROBRAS/JURIDICO/ITAMB	(13) 3249 71581 / JUF6
14. Elói Ribeiro	Petrobras/AG-UP-07-ES-ET	13 3249 2402 / U907
15. Camilla Bury Aguiar	Petrobras	(13) 997205202 / RBQ6
16. Camilla Aguiar Machado	Petrobras/VO-BS/NSBS/ETIS	(11) 846604850
17. Tereza Vitoria Correa Allen	Petrobras/AG-UP-07-ES-ET	(13) 99731 2406
18. KERNANCO AMANDA	PETROBRAS/SMS	(13) 997490117
19. ESTEFANIA FERREIRA	Petrobras/SMS/MA	13 32494140
20. Mariana Almeida Marques	Petrobras/Apoio	13 996742015



**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -
ETAPA 3**

**SERVICO PÚBLICO
FEDERAL**
MMA - IBAMA

Local de realização: Santos/SP

Data: 06.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
José Carlos de Silva	Santos	(13) 997211653
Cláudio de Souza	Santos	013-53013430
Orlando de Antunes	Santos	(013) 32312071
Willian Prado	Santos	(13) 997229697
Sérgio Rodrigues Rufin	Santos	(13) 987089552
Augusto Moreira da Costa	Quarupá	997487180
Renato Yoshimine	Praia Grande	21 982519471
Camila M.H. de Souza	Praia Grande	13 98845809
Cynthia Rancieri	Santos	13 981616611
ANDRÉ ZABIAN	MINERAL	11 996117259
Lucas Chaves	MINERAL	4 999537055
Renata Balsame Dias	IPÊCI Camareira	(18) 98110-6086
JOSE R B GONCALVES	SANTOS	(13) 38477446
LUIS DE PAULA E SILVA	Soeficiente SP	(13) 30623206
Antônio Carlos	Santos	(13) 32246523
Ronaldo de Souza	Santos	(13) 997116219
Maria Fernanda Paluch	Santos	(13) 991571608
Vaneza F. M. Ribeiro	Santos	(13) 98103-9966
WILSON SANTEN	Praia Grande	13 992000189
MARIA CAROLINA RAMOS	Praia Grande	13 981850661
Maurício A.A. Moura	Quarupá	(13) 997384887
Cláudio de Souza	Santos	9976522 991652289
João Garcia	Inf. Camareira	(13) 38511931
Luís Chaves	Camareira / IPÊ APMS	(11) 998575261
Rômulo F. Pereira	Quarupá / Green	(11) 98415-4614
Alexandre Machado	Santos - SP	(13) 981619655
GUSTAVO SAMPAIO	SANTOS - SP	(13) 3385-5854



**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -
ETAPA 3**

**SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL**
MMA - IBAMA

Local de realização: Santos/SP

Data: 06.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
Cristina C. Donato	Praia Grande / CTA-MG	11 983747889
Marcelo Borgo Davanzo	Santos / IBAMA	marcelo.davanzo@ibama.gov.br
Georane Albuquerque	São Vicente / Rede	georane.albuquerque.oc@gmail.com
Julian Cesar F. Apuz	CAVE Eletrônica	apuz@cave.com.br
Kelly Magalhães	Quarupá - SP	13 997378319
Eduardo C. Santos	Praia Grande - SP	13 991882539
Carque Simão	São Vicente - SP	13 982019461
Clécio V. F. Lima	Praia Grande - SP	18.164.004
Frederico Wanderley	Praia Grande - SP	(51) 981165866
Rosemeire Neves Flores Santos		(13) 991158710
Aylla da Silva Jesus	Santos	(12) 9 8232-9778
Gabriella Ponte	Unisantos	(11) 95893-1218
allana Costa	Unisantos	(13) 99605-3588
Bianca de S. Gicienne	Unisantos	(13) 99424-3745
Calvin do E. Knorr	Santos	(12) 99774-6465
Adelmar Gascoles Gonçalves	Santos	(13) 98187-1527
Ana Luiza F. Gouveia	Santos	(11) 96533-4091
Marcos Vinícius Oliveira	FATES / Santos	MARCOS.VINICIUS@FATES.COM.BR
Sergio Santos Gomes Ribeiro	Santos / Unifesp	Sergio.Santos@unifesp.br
Renaldo Tarciano Gaspar	Unifesp / Santos	rgaspar@unifesp.br
Fabrizio / Miriam	Unifesp	
Austaciano	Fernandes	32883706



**SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL**
MMA - IBAMA

Data: 06.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
MATHEUS VIEIRA 33706583x	Santos / Unimonte	matheusvieira@unimonte.com
CESAR A C PEREIRA	SANTOS / SP	CESAR 1966@hotmail.com
REGINALDO INACIO CARVALHO	SANTOS / SP	988696438
Jose S Datta	Santos / SP	997853609
Manuel Balanin	Caramuru / PE-PAULUS	(19)999532592
Fabio R de Mello	Sindipeba / L.P	(13) 991267501
WILLIAM CORILLO	Itanhem / CONDENA	13 99129-9956
Antonio Santos	SANTOS / SP	13-99808337
JOSE A C. REZENDE	SANTOS / SP	13-991240634
ARTHUR S MEND	SANTOS - SP	(13)99796.3348-VIVO
NILSON SARTORI	SANTOS / SP	13-99117-5196



Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS – ETAPA 3

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL
MMA - IBAMA

Local de realização: Santos/SP

Data: 06.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
TRONISIO - 8707.743	SANTOS	981234239
WALDIR	SANTOS	79695-4963
Carlos Augusto	SANTOS	974.056969
TATIANA NEVES	PROJETO ALBATROZ	TNEVES@PROJETOALBATROZ.ORG.BR
RAFAEL POGGI Costa	AMMEL FERRAZ FLORESTA	(11) 98298 0636
Manuela C.A. Cavallho	SANTOS	(13) 98832-3562



**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS –
ETAPA 3**

**SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL**
MMA - IBAMA

Local de realização: Santos/SP

Data: 06.03.2018

Horário: 18:00h

NOME/IDENTIDADE	Localidade ou Instituição	ENDEREÇO/TELEFONE/E-MAIL
SILVIA FRIZZO	SP	9 7155 6215 (11)
PA Marinha Litoral/Comar	SP	(13) 98157-2020
Alcides Camalho	SP	011 4011 5919
Roberto Arta Demarchi	EDTE - SP	011 99274 2790
Roberto Reis Corrali	SP	3236 9198
Semiraldes Ribeiro Lima	SP	(13) 98178 5459
Marcelo Juarez Vaz	Sindicato dos Petroleiros	(13) 991643514
Camila dos Reis	Estuário	(13) 98828 6739
FURUA DA C/OPARMA	SP - L.	13 3084 8341
Ally Marinha Litoral/FP	Santos	13 981864031
João Eduardo T. Silva	Santos	13 99121-8832
Renato Francisco	SP	11 91890 703
Monica Salsalico da Conceição	Santos	13 3222-6155
Salomão Farias Dantas	Santos	13 99625 8915
Ederson L. Santos	São Vicente	13 991648101
Carolina Galvão	AUKA	(13) 98124-0500
Valeria Ruggolo	AUKA - P. Grande	13 97411-0979
ERICK W. B. L. S.	P.M. EC - CANANEIA	(13) 3851-1571
Cezar A. B. Brasilico	P.M. SANTOS - SENAM	(13) 32268080 - 8017
Renata P. de Lencastre	REDECA/IBAMA - COSMOLIST	(13) 22-70748
P. R. P. R. P. / CIESP	SP / SP	11-35493263
VALA R. P. SANTOS F.	SANTOS/SP	13-32277565
Rivaldo Ramos	Santos - SP	13-32367665
REGIO ALBERTO	SANTOS	13 99705 6723
NIVALDO DIAS	SANTOS - SP	13-32319664
RODRIGO DEL VIO DA VALE	SANTOS - SP	13 997347191
Carla de Lencastre	Praia Grande - SP	13 47422 2704
Vitor M. de Souza	SANTOS - SP	3017-3618



**Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA DA
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E
GÁS NATURAL NO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS -
ETAPA 3**

**SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL**
MMA - IBAMA

Local de realização: Santos/SP

Data: 06.03.2018

Horário: 18:00h

[illegible]